

O ARQUIVO E A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

DA LITERATURA CIENTÍFICA
À PRÁTICA PEDAGÓGICA NO
BRASIL

WILMARA RODRIGUES CALDERON

**O ARQUIVO E
A INFORMAÇÃO
ARQUIVÍSTICA**

CONSELHO EDITORIAL ACADÊMICO
Responsável pela publicação desta obra

Maria Cláudia Cabrini Grácio
João Batista Ernesto de Moraes
Helen de Castro Silva Casarin
Edberto Ferneda

WILMARA RODRIGUES CALDERON

O ARQUIVO E
A INFORMAÇÃO
ARQUIVÍSTICA
DA LITERATURA
CIENTÍFICA À PRÁTICA
PEDAGÓGICA NO
BRASIL

CULTURA
ACADÊMICA 
Editora

© 2013 Editora Unesp

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.culturaacademica.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP – BRASIL. Catalogação na Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

C152a

Calderon, Wilmara Rodrigues

O arquivo e a informação arquivística [recurso eletrônico]: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil/Wilmara Rodrigues Calderon. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

recurso digital

Formato: ePDF

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-486-8 (recurso eletrônico)

1. Arquivos - Pesquisa - Metodologia – 2. Arquivos - Coleções. 3. Arquivos. 4. Pesquisa - Metodologia. 5. Livros eletrônicos. I. Título.

14-08270

CDD: 025.1714

CDU: 930.251

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

A Deus, infinitamente grandioso, minha riqueza maior. A minha mãe, minha amiga, companheira, incentivadora e inspiração de vida. A meu esposo, Alcibiádes, e meus filhos, Andressa e Matheus, minha alegria de viver.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar comigo em todos os momentos de minha vida e me mostrar um amor sem igual.

Ao orientador Dr. José Augusto Chaves Guimarães, pelo carinho, pela amizade e pela generosidade com que me orientou desde o início da pesquisa, procurando fazer que eu não sucumbisse diante dos desafios que a vida acadêmica nos impõe.

Aos docentes e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp de Marília, pelo apoio e pelo respeito.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação da Unesp de Marília, pela troca de experiências e pelo companheirismo nessa caminhada.

À Universidade Estadual de Londrina, por me proporcionar a oportunidade de dedicar esse tempo para me aprofundar nos estudos.

Ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, pelo apoio na realização de mais essa etapa de minha vida.

À Fundação Araucária, pelo indispensável apoio financeiro, sem o qual certamente esta pesquisa teria sido prejudicada.

Aos examinadores Eduardo Ismael Murguía Marañon e Renato Tarciso Barbosa de Sousa, pelas preciosas sugestões feitas na ocasião do exame de qualificação.

Às amigas, profa. dra. Nádina Aparecida Moreno, dra. Heloísa Bellotto, dra. Johanna W. Smit, pelo carinho, pelo apoio, pela amizade e pela troca de experiências fundamentais para meu crescimento profissional e pessoal.

À profa. Maria Cláudia Cabrini Grácio, que, com grande competência e generosidade, elaborou a análise estatística dos dados coletados.

À família Andruzinski (Ana, Sandro, Nathan e Davi), mais que amigos, irmãos presentes em todas as horas.

À família Patriota (Ana Lydia, Emerson e Gabriel), irmãos em fé, modelo de vida e inspiração para minha caminhada.

Aos amigos Mariela, Thiago, Jamile, Rafael, Vinícius, pelas orações e pelo apoio durante essa jornada.

A todos meus alunos e ex-alunos, o maior motivo para a realização deste trabalho.

A todos aqueles que não foram nominados, mas que contribuíram para que a pesquisa fosse possível. Certamente haverá sempre aqueles que acreditam em nosso trabalho e torcem por nosso sucesso.

*O que atenta para o ensino acha o bem. E o que confia no Senhor, esse
é feliz.*

Provérbios 16:20

SUMÁRIO

Introdução	13
1 Arquivo, arquivologia, arquivística	29
2 O documento de arquivo e a informação arquivística	77
3 A trajetória do ensino de arquivologia no Brasil	113
4 A abordagem dos conceitos “arquivo” e “informação arquivística” nos cursos brasileiros de arquivologia	133
Considerações finais	163
Referências	171
Anexos	191

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa decorre de um esforço em compreender os meandros científicos da área, que causam inquietações que me acompanham no meio acadêmico onde atuo como professora no curso de arquivologia da Universidade Estadual de Londrina. Tais inquietações são aguçadas, constantemente, pelas reflexões teóricas que ocorrem no desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa, compartilhadas com os alunos do curso de arquivologia, que são minha fonte de inspiração maior para os investimentos na área.

A arquivologia, devidamente inserida no âmbito acadêmico-científico, experimenta uma fase caracterizada por instituições de ensino superior firmadas na autonomia didático-pedagógica, que admite, por princípio, “a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, bem como o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (Brasil. Ministério da Educação, 1996).

O ensino de qualidade requer, entre outros aspectos, um bom projeto político-pedagógico que esteja em consonância com a autonomia universitária e atenda aos anseios da comunidade acadêmica, norteando as práticas educativas que devem partir de um planejamento didático-pedagógico sustentado pelas diretrizes curriculares nacionais.

Nesse sentido, as universidades precisam promover o desenvolvimento contínuo do conhecimento que cada vez mais tem sido solicitado no campo do fazer. Mas, na atual sociedade, é praticamente impossível estudar determinada área contemplando tudo o que existe publicado; isso representa para o exercício da docência um grande desafio. O professor é responsável por preparar o aluno para construir um pensamento crítico-reflexivo e para um processo de constante busca pelo conhecimento. Nesse sentido, uma das tarefas importantes do professor é a de ensinar como chegar até a informação e “não distribuir certezas, mas instigar dúvidas; não inculcar a aceitação passiva do estabelecido, mas instrumentalizar para a contestação [...]” (Silva e Cunha, 2002, p.82).

A capacidade de compreender e gerar conhecimento são vitais no universo acadêmico. É dever de todo educador refletir, discordar, repensar e pesquisar acerca de questões de ordem teórico-prática, com o cuidado de não tomar como verdade absoluta as realidades apresentadas, mas analisá-las visando a gerar conhecimento que possa refletir na melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, na formação profissional.

Nesse aspecto, o processo de ensino e aprendizagem deve ser baseado na atividade de pesquisa, permitindo a reflexão em uma ação compartilhada entre professores e os futuros profissionais. A sociedade moderna espera que a formação profissional esteja embasada em uma proposta pedagógica na qual as disciplinas ofertadas permitam esse exercício de reflexão, desconstrução e reelaboração de procedimentos metodológicos “a partir de (re)leituras de textos técnico-científicos e de uma mundividência não pronta, não acabada e aberta a críticas e modificações” (Duarte, 2006-07, p.150).

Reflexão ampla, planejamento e envolvimento científico devem ser premissas das ações didático-pedagógicas nos cursos de arquivologia. Trata-se de uma área em ascensão, que tem sido impulsionada principalmente pelo aumento da produção documental e pelo crescimento das tecnologias de comunicação dos últimos tempos. Sousa (2010) afirma que a arquivologia experimenta um bom momento na sociedade brasileira no que diz respeito às bases

que sustentam o ensino e a pesquisa, cabendo às universidades um papel importante na melhoria do ensino e da pesquisa na área.

Mas quais seriam essas bases? Que escolhas têm sido feitas para sustentar teoricamente as disciplinas de caráter fundamental? O referencial teórico arrolado nas disciplinas serve para dar suporte ao ensino dos conteúdos temáticos e, de certa forma, indicam as opções teóricas dos professores. Conseqüentemente, é possível, com base na análise dessa bibliografia, conhecer como determinado assunto tem sido apresentado ao aluno e, em se tratando de conceitos básicos, é fundamental que o futuro profissional compreenda os aspectos que os tornam particulares no âmbito acadêmico-científico.

Nesse sentido, é oportuna a discussão dos conceitos para determinada área, sobretudo aquelas que buscam se firmar no universo científico, como é o caso da arquivologia/arquivística.¹ Para este estudo, destacamos, dentre os diferentes conceitos da área, dois que julgamos de suma importância, em razão do destaque que recebem na literatura arquivística. Um deles é o termo “arquivo”, que tem sido objeto de discussão; fazer uma reflexão acerca das controvérsias existentes é salutar para promover a compreensão de seu significado; o outro termo é “informação arquivística”, que aparece com frequência a partir da década de 1980, mas sobre o qual ainda não se tem muita clareza. Seria um significante pobre de significado ou um rótulo de moda?

Assim sendo, o objetivo geral desta tese é analisar as concepções de arquivo e informação arquivística que têm permeado o ensino de arquivologia no país.

Para tanto, elencamos como objetivos específicos:

- Identificar as bases teóricas que fundamentam a concepção de arquivo e informação arquivística;

1 Os termos “arquivística” e “arquivologia”, nesta tese, serão utilizados como sinônimos, embora existam trabalhos que, fundamentados em discussões teóricas, defendam um ou outro termo. No Brasil, o termo “arquivologia” é o mais utilizado. Para detalhes, consultar Heredia Herrera, 1993.

- Identificar o referencial teórico utilizado pelas escolas brasileiras de arquivologia, nas disciplinas introdutórias da área;
- Conhecer a compreensão dos professores das disciplinas fundamentais dos cursos de arquivologia do Brasil.

Surgiu, então, uma primeira dificuldade: Como analisar toda a literatura que aborda os conceitos destacados? Tornou-se, portanto, imprescindível ter um parâmetro exequível e consistente que, de fato, contribuísse para uma análise dos trabalhos publicados. Caso contrário, correríamos o risco de tornar a tarefa inacabada.

Optamos, assim, pela análise da literatura arrolada pelas escolas de arquivologia do Brasil, as quais são responsáveis pela formação de profissionais que atuarão no mercado de trabalho, em nível teórico-prático. Atualmente, são dezesseis escolas no Brasil, distribuídas nos estados de São Paulo, Amazonas, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Paraíba, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. É um lócus privilegiado, onde interagem aqueles que participam do processo educacional, desenvolvendo e adquirindo conhecimentos e habilidades, visando a entender e a agir na realidade que os cerca.

Para a análise da literatura utilizada pelas escolas de arquivologia foi necessário recorrer à grade curricular dos cursos, de modo a identificar, dentre as disciplinas oferecidas, aquelas que introduzem os alunos no universo conceitual da arquivologia e que são denominadas de formas diversas pelas escolas.

Foi um longo caminho percorrido. Além da dificuldade em obter informações sobre a grade curricular de alguns cursos, houve casos em que conseguir uma cópia dos programas das disciplinas elencadas para a pesquisa, bem como as respostas dos respectivos responsáveis, foi desgastante.

Percurso metodológico

Para atingir os objetivos da pesquisa, os procedimentos teóricos e operacionais foram escolhidos de maneira a garantir sua validação científica. Assim, passaremos a expor os fundamentos teóricos e procedimentais que sustentaram a discussão do problema proposto.

Caracterização da pesquisa

O ser humano construiu seu caminho devido à necessidade que lhe é inerente em descobrir sobre o mundo. No campo científico e tecnológico, foram muitas as conquistas advindas por meio da pesquisa. O termo conhecimento tem origem na palavra francesa *connaissance* que significa “nascer com” (Michel, 2005, p.14-5); de acordo com o autor, é possível afirmar que uma pessoa adquiriu conhecimento sobre algo quando ela for “[...] capaz de reunir experiências, percepções sensoriais próprias, lembranças e ideias, formando novos conceitos”.

Em relação a um objeto ou um fenômeno, é possível ter diferentes tipos de conhecimento: dogmático, empírico, filosófico ou científico. O conhecimento científico, especificamente, é obtido com base na ciência e requer uma postura investigativa, de análise e crítica, além da escolha de um método apropriado. Essa escolha é feita considerando as propriedades do objeto ou fenômeno que será estudado em uma investigação científica.

No âmbito das ciências sociais, Michel (2005, p.23) afirma que

o objeto é histórico, o que significa dizer que as entidades estudadas nas ciências sociais sofrem desgaste temporal, modificam-se com o passar do tempo [...]. Os grupos sociais, as instituições, as leis, as visões de mundo são específicos de um momento, de um espaço; são transitórios, passageiros, estão em constante dinamismo, e, potencialmente, tudo pode ser transformado. A arquivística, como ciência social, admite diferentes tipos de pesquisa e uma variedade de métodos, cada qual

apropriado a um tipo de problema. Assim, o objeto, os objetivos e o referencial teórico desta pesquisa conduzem para uma abordagem metodológica do problema de natureza quali-quantitativa, tendo por base a interpretação da literatura arquivística e da percepção dos sujeitos em relação aos conceitos teóricos selecionados e o tratamento dos resultados obtidos com o uso de recursos métricos.

A pesquisa em questão, de natureza bibliográfica e documental, busca identificar na literatura arquivística nacional e internacional utilizada pelas escolas brasileiras os aspectos que caracterizam os conceitos de arquivo, de documento de arquivo e de informação arquivística, de modo a evidenciar como se posiciona a teoria diante das exigências da sociedade da informação.

Também com base nos objetivos propostos, classificamos essa pesquisa como sendo de natureza aplicada e descritiva. Danton (2002, p.10) define a pesquisa descritiva como um tipo de pesquisa que “observa, registra e analisa os fenômenos, sem os manipular”, ou seja, “procura descobrir a frequência com que ocorre, sua natureza, suas características, sua relação com outros fenômenos”. Esse tipo de pesquisa tem o intuito de descrever as características de certa população ou de um fenômeno.

Recursos procedimentais

No tocante aos recursos procedimentais, partimos de uma ampla pesquisa bibliográfica, com o objetivo de respaldar a pesquisadora no desenvolvimento da fase descritivo-analítica. Para tanto, buscamos a literatura técnico-científica de cunho arquivístico que abordasse os tópicos selecionados. Nesse momento, as principais fontes consultadas foram os portais como o Capes, Scielo, Unesco, sites oficiais de associações de arquivistas, de instituições relacionadas etc. A partir disso, foi possível obter um conjunto de textos escritos por autores nacionais e estrangeiros que compõem a comunidade científica da área e que podem ser consultados ao final deste

trabalho, em “Referências”. Foram também objeto de estudo as referências constantes dos programas das disciplinas apontadas pelos professores no questionário como sendo utilizadas para o ensino dos conceitos de “arquivo” e “informação arquivística”.

Assim, é possível uma síntese do quadro teórico analisado da seguinte forma: para o estudo da história/evolução do conceito de arquivo ao longo dos anos, utilizamos Muller, Feith e Fruin (1973), Tanodi (1975; 1979), Tanodi Chiapero (1987), Castro, Castro e Gasparian (1988), Lodolini (1988), Koselleck (1992), Heredia Herrera (1993), Lodolini, (1993), Mendo Carmona (1995a/b), Lopes (1996), Vázquez (1996), Ketelaar (1996), Rousseau e Couture (1998), Fonseca (1999), Fuster Ruiz (1999), Delmas (2001), Ketelaar (2001), Thomassen (2001), Arévalo Jordán (2002), Bellotto (2002), Schellenberg (2002), Silva et al. (2002), Sousa (2002), Tschan (2002), Alberch i Fugueras (2003), Moreno (2004), Reis (2006), Heredia Herrera (2007), Marques (2007), Cruz Mundet (2008), Hora, Saturnino e Santos (2010) e Sousa (2010).

Em busca de uma compreensão da trajetória da arquivística até sua consolidação como disciplina no contexto da ciência da informação, foram estudados Muller, Feith, Fruin (1973), Tanodi (1975), Castro, Castro e Gasparian (1988), Lodolini (1988), Jardim e Fonseca (1992), Duranti (1993), Heredia Herrera (1993), Lodolini (1993), MacNeil (1994), Romero Tallafigo (1994), Bearman (1995), Mendo Carmona (1995a/b), Ruíz Rodríguez (1995), Cook (1996a/b), Martín-Pozuelo (1996), Ketelaar (1996), Vázquez (1996), Cook (1997), Pinheiro (1997), Rousseau e Couture (1998), Nuñez Fernández (1999), Thomassen (1999), Delsalle (2000), Cook (2001), Delmas (2001), Japiassu e Marcondes (2001), Menne-Haritz (2001), Ribeiro (2001a/b), Rumschöttel (2001), Thomassen (2001), Arévalo Jordán (2002), Bellotto (2002), Ribeiro (2002), Rondinelli (2002), Schellenberg (2002), Silva et al. (2002), Alberch i Fugueras (2003), Araújo (2003), Fredriksson (2003), Menne-Haritz (2003), Smit (2003), Moreno (2004), Fonseca (2005), Duchein (2006), Masson (2006), Marques (2007), Marques e Rodrigues (2007), Castro (2008), Cruz Mundet (2008), Fonseca (2008), Marques (2008), Ra-

bello (2009), Rodríguez López (2009), Marques e Rodrigues (2009), Santana e Mena Mugica (2009), Bellotto (2010), Castro e Rodrigues (2010), Eastwood e MacNeil (2010), Murguia (2010), Silva e Guimarães (2010), Tognoli (2010) e Marques e Rodrigues (2011).

Para explorar os aspectos relativos à informação arquivística, adotamos os seguintes autores: Dahlberg (1978), Campbell (1989), Buckland (1991), Koselleck (1992), Oliveira (1992), Dollar (1993), Camargo e Bellotto (1996), Lopes (1996), Bellotto (1998a/b), Jardim e Fonseca (1998), Marcondes (1998), Marinho Junior e Guimarães e Silva (1998), Rousseau e Couture (1998), Fonseca (1999), Jardim (1999a/b), Miranda (1999), Carvalho e Longo (2002), Ribeiro (2002), Silva e Ribeiro (2002), Kemoni, Wamukoya, Kipang'at (2003), Le Coadic (2004), Calderon et al. (2004), Jardim e Fonseca (1998), Brito (2005), Fonseca (2005), Cornelsen e Nelli (2006), Leão (2006), Moreno (2006), Oliveira (2006a/b), Silva (2006), Andrade (2007), Indolfo (2007), Louzada (2007), Moreno (2007), Nascimento e Flores (2007), Silva (2007), Fauvel e Valentim (2008), Moraes e Fadel (2008), Nascimento e Flores (2008), Silva (2008a/b/c), Rabello (2008; 2009), González de Gómez (2009), Sousa (2009; 2010) e Silva (2010).

Outro recurso utilizado foi a pesquisa documental, que é bastante similar à bibliográfica. No entanto, a principal diferença entre ambas está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete às contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, fontes primárias. Porém, chamamos a atenção para o fato de que “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador(a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram por nenhum tratamento científico” (Oliveira, 2007, p.70).

Foram analisados os programas das disciplinas e os questionários enviados aos professores. Inicialmente, é preciso que apresentemos como foi realizada a identificação das disciplinas e dos respectivos professores. Na maioria dos casos, fizemos uma busca nos sites dos cursos. Quando isso não foi suficiente, fizemos conta-

to por e-mail e/ou telefone com a coordenação do curso, para obter cópia da grade curricular dos cursos de arquivologia. Com isso, foi possível conhecer o conjunto de disciplinas oferecidas pelos diferentes cursos e, com base nessa informação, fizemos uma seleção prévia das disciplinas que interessariam a esta pesquisa.

Posteriormente, foi feito contato por e-mail e/ou telefone com a coordenação para obtermos informações sobre os professores responsáveis por essas disciplinas. Assim, esses professores foram contatados para nos certificarmos se o ensino dos tópicos mencionados era efetivamente tratado na disciplina e, em se confirmando tal fato, solicitávamos a eles uma cópia do conteúdo programático, na qual constasse, entre outras informações, a bibliografia utilizada. O conjunto de todas as referências arroladas pelas instituições de ensino encontra-se discriminado no “Anexo A”.

Recursos para coleta e tratamento dos dados

A coleta de dados ocorreu em dois momentos distintos e complementares. Primeiro, analisamos o referencial teórico utilizado nas disciplinas (“Anexo B”) visando a estudar a concepção dos teóricos acerca dos conceitos mencionados e, em outro momento, analisamos as respostas dos professores obtidas em questionário (“Anexo C”), com suas concepções acerca dos conceitos de arquivo e informação arquivística.

Os questionários foram enviados por meio eletrônico e, depois de preenchidos, devolvidos também por via eletrônica. Cabe ressaltar, porém, que a morosidade que envolveu essa etapa pode ser atribuída a diversos fatores, como a necessidade de entrar em contato com a instituição para acessar a grade curricular do curso e a demora na obtenção das respostas dos professores, justificada por excesso de trabalho, problemas de ordem pessoal, entre outros.

O questionário, composto por quatro questões abertas, solicitava aos professores que explicitassem o que entendem por “arquivo” e “informação arquivística” e que indicassem quais itens constantes da bibliografia eram utilizados com os alunos para a discussão

conceitual de arquivo e informação arquivística. Outra questão indagava se os professores entendiam o arquivo como sistema de informação. Nesse caso, após a realização do exame de qualificação, avaliamos as ponderações da banca e percebemos que essa questão demandaria uma discussão de dimensão diferente da proposta nesta pesquisa, razão pela qual, optamos por desconsiderá-la.

A análise do referencial teórico indicado pelos professores possibilitou que construíssemos o conhecimento acerca da concepção dos teóricos a respeito do assunto em questão, o qual será apresentado, em detalhes, no Capítulo 4. Da mesma forma, foi analisada a concepção dos professores que ministram as disciplinas de caráter fundamental dos cursos de arquivologia, especificamente em relação aos conceitos “arquivo” e “informação arquivística”.

A concepção dos professores foi analisada e confrontada com o posicionamento encontrado no referencial teórico, de modo a identificar as tendências teóricas que permeiam o ensino arquivístico do país. Para essa construção, foi importante, primeiro, a análise de conteúdo pelas fronteiras da linguística tradicional e da hermenêutica. Entre ambas, está o grupo de métodos lógico-semânticos que permite uma classificação lógica que segue parâmetros mais ou menos definidos, cuja análise se baseia em definições que são problemas da lógica. Os critérios que nortearam a operação de classificação das definições atribuídas pelos professores foram definidos, a princípio, segundo os elementos constitutivos dos conceitos: natureza, objeto e objetivos.

A identificação das tendências científicas foi obtida a partir do uso do recurso métrico conhecido como análise de cocitação. Esse recurso permitiu explorar a estrutura científica de um campo do conhecimento e, nesta pesquisa, propiciou o conhecimento de aspectos pontuais da área arquivística.

Com base na lista de referências indicadas pelos professores como utilizadas para a discussão dos conceitos de arquivo e de informação arquivística, construímos um quadro (“Anexo D”) que evidencia o número de planos de disciplinas, de trabalhos e de citações que cada autor recebeu; com base nesse quadro, elaboramos a matriz de cocitação (“Anexo E”).

A partir dessa matriz de cocitação foram construídos diagramas e mapas representacionais de uma estrutura composta por grupos de autores que estão na mesma linha de pensamento ou relativamente próximos. Essas estruturas simbólicas foram baseadas na quantidade de vezes que os autores são citados em um mesmo trabalho.

A construção das redes foi possível a partir do uso da ferramenta MDS – *multidimensional scaling* – disponível no *software* Ucinet, que dispõe proximamente na figura, os autores com alta similaridade de cocitação e distancia os autores com baixa similaridade em termos de cocitação.

Segundo Mattos e Dias (2010), “apesar das limitações, as citações configuram-se como importantes documentos para investigar o estado atual de um campo do conhecimento”. Existem diferentes formas de cocitação,² mas nesta pesquisa a aplicação do método considerou todos os autores referenciados. Cabe salientar que definimos como corte três trabalhos.

O uso desse método possibilitou o desenho do quadro teórico que sustenta o processo de ensino-aprendizagem nos cursos de arquivologia do Brasil e os dados resultantes foram discutidos e estão no “Capítulo 4”, em forma de gráficos.

No que se refere ao cenário da pesquisa, tem-se o ensino de arquivologia, que se materializa em diferentes regiões do país, em um total de quinze cursos. Porém, dois cursos (Unesp de Marília e UFMG) não participaram da pesquisa. No caso da Unesp de Marília, foi uma opção, baseada no fato de o orientador da pesquisa ser docente do curso de arquivologia, mais especificamente da disciplina ligada à temática da tese. No caso da UFMG, apesar da insistência, não houve resposta ao questionário encaminhado por e-mail, aos docentes indicados como responsáveis pelas disciplinas por nós selecionadas, pois suas ementas previam o ensino dos fundamentos básicos da área arquivística.

Ao todo foram selecionadas quinze disciplinas ministradas nas séries iniciais, com uma carga horária que varia entre 54 e 90 horas.

2 Para detalhes sobre as formas de cocitação, ver Rousseau e Zucala, 2004.

Suas ementas denotam que essas disciplinas têm o objetivo de inserir o aluno no contexto teórico do mundo arquivístico (Quadro 1).

Foi possível identificar, ao todo, 237 itens referenciados, conforme o “Anexo A”. Dentre esses, destacamos o(s) item(ns) usado(s) para abordar esses conceitos em destaque (“Anexo B”), em um total de 73 referências.

Vale ressaltar que em um dos planos de disciplinas, na bibliografia, o professor indicava duas referências utilizadas, dois números da revista *Arquivo & Administração*. Nesse caso, optamos por analisar todos os artigos publicados nos referidos fascículos. Com exceção de dois trabalhos³ que não puderam ser obtidos, os demais foram analisados pela pesquisadora com o objetivo de averiguar a abordagem dada pelos autores aos conceitos de arquivo e informação arquivística. Todas essas informações e também a perspectiva dos professores entrevistados serão apresentadas em detalhes no Capítulo 4.

Quadro 1 – Disciplinas de fundamentos básicos e suas respectivas ementas

Disciplina/ instituição	carga horária	Ementa	IES
Fundamentos de arquivologia, biblioteconomia e da ciência da informação	68	Princípios e teorias da ciência da informação e da arquivologia. Conceitos básicos que fixam o perfil, a posição e a função da arquivologia no campo da ciência da informação.	UFBA

3 Os trabalhos a que nos referimos estão referenciados no “Anexo B” como os de número 32 e 52.

Introdução à arquivologia	60	Origem e conceito. Estudo e evolução da arquivologia. Ciclo vital dos documentos. Princípios da arquivística. A atuação profissional do arquivista em instituições públicas e privadas. A informação, a documentação e o conhecimento. A interdisciplinaridade em arquivologia.	UniRio
Introdução ao estudo da arquivologia	60	Não consta no programa recebido nem no site do curso.	UFSM
Fundamentos arquivísticos	90	Não consta no programa recebido nem no site do curso.	UFSM
Fundamentos da arquivística	60	Arquivologia: conceituação e consequências. Interdisciplinaridade com a ciência da informação e áreas afins. Terminologia arquivística.	UFPB
Introdução à arquivologia	60	Conceitos gerais: arquivo e arquivologia – objeto, campo de atuação; classificação e tipos de arquivo; história da arquivologia; profissão do arquivista; legislação básica; noções de ética arquivística; ciência da informação; áreas afins.	UFES
Introdução à arquivologia	60	Arquivologia: conceituação, evolução, doutrina. O aparecimento do arquivista e suas consequências. Relações com a ciência da informação. Áreas principais da terminologia arquivística. Aspectos profissionais e técnico-científicos da área. Legislação e ética.	UnB
Fundamentos da arquivologia	60	Conceituação, importância, objeto do arquivo. Evolução histórica dos arquivos. Relação com outras ciências. Classificação dos arquivos. Bibliografia arquivística. Terminologia e legislação arquivística.	UFRGS

Epistemologia da ciência da informação	60	Ciência da informação e sociedade. Abordagem histórico-conceitual da biblioteconomia, documentação, arquivologia e museologia. Profissionalização: legislação, código de ética e órgãos de classe. Formação e prática profissional. Mercado de trabalho.	UFAM
Fundamentos da arquivologia	54	Conceituação, importância, objeto do arquivo. Evolução histórica dos arquivos. Relação com outras ciências. Classificação dos arquivos. O profissional arquivista. Bibliografia arquivística. Terminologia e legislação arquivística.	FURG
Fundamentos da ciência da informação e arquivologia	60	Princípios e teorias da ciência da informação e arquivologia.	UEL
Fundamentos arquivísticos I	60	Histórico da construção do saber arquivístico; as características da informação arquivística; principais conceitos; terminologia.	UFF
Fundamentos arquivísticos II	60	Não consta no programa da disciplina nem no site do curso.	UFF
Introdução à arquivologia	80	Histórico da construção do saber arquivístico; as características da informação arquivística; principais conceitos; terminologia; legislação arquivística; a organização das instituições arquivísticas no Brasil; organizações internacionais na área arquivística; o estado da arte da pesquisa em arquivologia.	EPB

Introdução à arquivologia	72	Arquivologia: natureza e função dos arquivos. O documento arquivístico. Princípios, métodos e técnicas da arquivologia. Os diferentes tipos de arquivos.	FSC
---------------------------	----	--	-----

Esperamos que a pesquisa possa, de alguma forma, contribuir para a reflexão acerca da formação de profissionais dispostos à superação dos limites determinados por uma concepção arraigada em parâmetros tradicionais que poderiam, de certa forma, limitar o potencial do arquivo como fonte de informação.

A pesquisa encontra-se estruturada nos seguintes capítulos, conforme apresentamos a seguir:

No Capítulo 2, apresentamos as dimensões histórica e conceitual do termo arquivo, além de uma síntese a respeito da trajetória da arquivística/arquivologia em direção à construção de uma identidade. Dessa forma, destacamos, desde a Antiguidade até a atualidade, quais foram os principais aspectos que contribuíram para que o arquivo chegasse à posição que assume junto à sociedade. Também aborda a arquivística/arquivologia como alvo de discussões acerca de sua cientificidade e que, atualmente, experimenta uma mudança de paradigma.

O Capítulo 3 tem por função apresentar como a área define e caracteriza o documento de arquivo e a informação arquivística. Sobre tudo, relativo a esse último termo, pretendemos destacar a noção dos teóricos acerca dos elementos que a caracterizam como uma das dimensões do objeto da arquivística.

No “Capítulo 4”, esboçamos a configuração do ensino arquivístico praticado no Brasil, em termos de escolas e tendências teóricas. Foram destacadas as disciplinas que abordam os conceitos básicos da área, em especial os conceitos de arquivo e informação arquivística e o referencial teórico que sustenta o ensino.

Nas considerações finais, apresentamos os dados coletados e analisados à luz do referencial teórico da área que fundamentou a reflexão acerca da perspectiva dos professores quanto aos conceitos mencionados e da literatura citada no programa das disciplinas fundamentais dos cursos de arquivologia no Brasil.

1

ARQUIVO, ARQUIVOLOGIA, ARQUIVÍSTICA

O arquivo na perspectiva histórica

O título do capítulo guarda uma relação bastante complexa entre os arquivos e a teoria que propõe sustentar suas práticas. A formação do arcabouço teórico, atualmente identificado como arquivística ou arquivologia, foi construído simultaneamente às práticas desenvolvidas nos arquivos, de modo que estes cumprissem sua função. Cabe destacar que, concomitantemente à relativa instabilidade social, característica da evolução da humanidade, a função dos arquivos sofreu alterações substanciais decorrentes das respectivas necessidades informacionais.

É possível afirmar que os arquivos são resultado das atividades humanas, razão pela qual sua história é influenciada pelo desenvolvimento social e, portanto, não deve ser contada à parte da História em geral (Mendo Carmona, 1995a). Porém, compreender a trajetória dos arquivos não é uma tarefa fácil; exige a superação de algumas dificuldades, como encontrar fontes que façam essa síntese e superar a dispersão historiográfica que acarreta na

produção de resultados bibliográficos desiguais e fragmentados. Soma-se a isso o caráter multidisciplinar que envolve o assunto, tornando ainda mais difícil a construção de uma síntese a respeito.

Ao longo do tempo, a história dos arquivos é contada por vários autores e, mesmo correndo o risco da redundância, optamos por fazer uma síntese analítico-histórica do percurso, como forma de contextualizar o surgimento da arquivística enquanto campo do conhecimento.

Inicialmente, foi preciso “garimpar” e identificar na literatura existente trabalhos com esse registro. Constatamos que autores de diferentes partes do mundo compuseram a história dos arquivos e de como surgiu a disciplina arquivística, resultando em fontes bibliográficas de larga monta. Assim sendo, selecionamos, dentre as fontes existentes, trabalhos que julgamos de maior expressividade na área e que normalmente são utilizados pelas escolas brasileiras como referencial teórico, como: Mendo Carmona (1995a), Rousseau e Couture (1998), Silva et al. (2002). O conjunto dessas obras permite uma compreensão abrangente da história dos arquivos e de suas funções nas diferentes civilizações.

Nesse sentido, pretendemos destacar algumas características de cada período histórico em relação ao surgimento dos arquivos, a respeito do qual, aliás, não há consenso: há quem afirme que os arquivos surgiram no período pré-histórico, quando as pessoas registravam nas paredes de cavernas e grutas informações a respeito de seu cotidiano (Hora, Saturnino e Santos, 2010); outros preferem relacionar o surgimento dos arquivos à escrita e, portanto, afirmam que os arquivos apareceram na civilização do Oriente Médio, há 6 mil anos (Schellenberg, 2002; Marques, 2008; Silva et al., 2002; Reis, 2006).

Sem dúvida, a invenção da escrita marcou a história dos arquivos, além de ter viabilizado o acompanhamento da evolução do suporte, do tipo de informação registrada, bem como dos métodos de trabalho e das funções dos responsáveis pela gestão da informação (Gagnon-Arguin, 1998, p.29).

Partindo, então, do entendimento de que a escrita é determinante para o estudo dos arquivos, apresentamos a proposta

de Silva et al. (2002), que defendem uma “perspectiva diacrônica”, a partir da qual se busca compreender os arquivos desde o surgimento da escrita, no berço das civilizações pré-clássicas, passando pela prática greco-romana, até a prática medieval e moderna, quando, na opinião dos autores, surgiu a configuração da arquivística como disciplina.

A trajetória dos arquivos é contada por alguns teóricos, tendo por base critérios específicos; outros utilizam períodos históricos clássicos (Quadro 2), o que, conforme denuncia Moreno (2004), não se trata de um procedimento metodológico consensual. Teóricos como Mendo Carmona (1995a) definem cinco períodos; Casanova (1928) e Bautier (1968) definem quatro períodos; Brenneke (1968), Sandri (1970) e Lodolini (1991) destacam três períodos; e, por fim, Cruz Mundet (2008) e Romero Tallafigo (1994) estabelecem apenas dois períodos.

Nesse contexto, Bautier (1968) se baseou nos períodos tradicionalmente usados pela história, ou seja, Idade Antiga (arquivos dos palácios), Idade Média (tesouros documentais, de Chartes), Idade Moderna (arquivos como arsenal das autoridades) e Idade Contemporânea (arquivos como laboratórios da História). Sandri (1970) e Lodolini (1991) apontam três períodos, sendo o primeiro desde a Antiguidade até o início do século XVIII, caracterizado pelo conceito de arquivo patrimonial e administrativo, associado à importância do valor jurídico dos documentos; o segundo, do século XVIII até metade do século XIX, ocasião em que o arquivo é marcado pelo conceito historicista e pelo valor histórico dos documentos que prevalece. Por fim, o terceiro período compreende o final do século XIX e parte do século XX, quando cresce o volume documental e há uma integração entre o conceito administrativo e histórico, advindos de períodos anteriores (Moreno, 2004).

Quadro 2 – A trajetória do conceito de arquivos

<i>Período histórico</i>	<i>Autores</i>
Idades - Antiga (palácios) - Média (tesouros documentais, de Chartes) - Moderna (arquivos como arsenal da humanidade) - Contemporânea (arquivos como laboratórios da História)	Casanova (1928); Bautier (1968)
- Antiguidade até início do século XVIII (arquivo patrimonial e administrativo) - Século XVIII até metade do XIX (arquivo como conceito historicista e valor histórico dos documentos) - Final do século XIX e parte do XX (crescimento volume documental e integração conceito administrativo e histórico)	Sandri (1970); Lodolini (1991)
- Antigo Regime - Novo Regime (após Revolução Francesa)	Romero Tallafigo (1994)
Idades - Antiga (arquivos dos palácios) - Mundo greco-romano (arquivos públicos) - Média (tesouros de cartas) - Moderna (arquivos do Estado) - Contemporânea (arquivos nacionais)	Mendo Carmona (1995a)
- Período pré-arquivístico (Antiguidade até meados do século XX) - Período de desenvolvimento arquivístico (arquivística como disciplina)	Cruz Mundet (2008)

O mesmo ocorre entre os autores espanhóis: Cruz Mundet (2008) sinaliza como período pré-arquivístico, desde a Antiguidade até meados do século XX, e período de desenvolvimento arquivístico, no qual a arquivística é situada como disciplina que objetiva responder às necessidades de preservação da documentação gerada por diversas organizações. Romero Tallafigo (1994) apresenta esses períodos em termos de Antigo Regime e de Novo Regime, tendo como divisor de águas a Revolução Francesa (Moreno, 2004). Mendo Carmona (1995a) estabelece cinco períodos, baseando-se na evolução da arquivística, a saber: Idade Antiga (arquivos dos palácios), mundo greco-romano (arquivos públicos), Idade Média (tesouros de cartas), Idade Moderna (arquivos do Estado) e Idade Contemporânea (arquivos nacionais).

O fato de cada autor adotar critérios distintos para a delimitação dos períodos pelos quais passam os arquivos não compromete o entendimento de sua história. Constatamos que os fatos registrados permitem uma relativa compreensão do contexto político, social e jurídico que influenciaram a construção desse conceito. Assim, não nos detivemos em marcar com exatidão cronológica essa periodização, mas em contextualizar esse percurso a partir de alguns elementos histórico-sociais.

A história dos arquivos é marcada por seu intenso envolvimento com a administração e com a necessidade humana de criar e preservar registros documentais, que permitem a consolidação de “garantias individuais/coletivas como instrumento básico do cidadão contra o poder avassalador da administração pública” (Marinho Júnior, Guimarães e Silva, 1998, p.18). Também são os registros que possibilitam a preservação da memória individual e coletiva, fonte de informação valiosa para o desempenho administrativo e o desenvolvimento da humanidade; e, para tal, cuidados e métodos de organização e preservação são imprescindíveis.

A concepção de Silva et al. (2002, p.48) é de que mesmo nas civilizações pré-clássicas os arquivos “não eram concebidos como mero depósito ou reserva inerte de placas de argila”, mas constituíam um complexo sistema de informação que possuía uma estrutura organizacional na qual os documentos (placas) passavam por um processo seletivo pautado tanto por seu valor informativo como “pela pertinência e pelo rigor de sua integração sistêmica”.

Nessa obra (Silva et al., 2002), apresentam-se, de forma detalhada, alguns dos arquivos mais importantes desde a Antiguidade, tendo, por exemplo, documentos elaborados em placas de argila e organizados segundo critérios específicos. Nessa fase, destaca-se o valor instrumental dos arquivos ao mencionar a conquista da cidade de Mari pelos babilônios, ocasião em que o rei Hamurabi retém as correspondências do arquivo do palácio, o que explicaria o fato de os arquivos ficarem nos templos e palácios das antigas civilizações, cumprindo com a finalidade, eminentemente prática e administrativa, de servir ao governo e garantir seu poder.

Para tanto, nos arquivos se guardavam os documentos seguindo a ordem determinada pela estrutura administrativa. No palácio de Ebla, na Síria, a disposição dos documentos seguia um sistema baseado em uma rede de depósitos de arquivo, sugerindo o que conhecemos atualmente como princípio da organicidade dos documentos, que acaba por refletir a estrutura, as funções e as atividades de seu produtor.

Os primeiros arquivos, portanto, já reuniam características que se tornaram clássicas ao longo do tempo, como os aspectos orgânicos da estrutura arquivística e o cuidado com a identidade e a autenticidade dos documentos. Embora as práticas administrativas determinassem as regras para a organização dos documentos, de modo a preservar sua organicidade (Silva et al., 2002), é importante destacar que, nesse período, a administração era bastante simplificada e a autoridade política emanava de poder único, o que favorecia a concentração dos arquivos apenas em um ambiente.

No mundo greco-romano encontramos heranças valiosas para o desenvolvimento da prática arquivística. Entre elas, destacamos o desenvolvimento administrativo que promove a descentralização dos arquivos, embrião do que temos atualmente como sistema arquivístico. Também é nesse contexto que se desenvolve o conceito de arquivo público como uma instituição vinculada ao Estado, o que garante fé pública aos documentos sob sua custódia (Mendo Carmona, 1995a, p.20).

A literatura arquivística registra que os primeiros arquivos do Estado foram criados por volta de 460 a.C. por Éfialtes e ficavam localizados nas dependências do Senado, local onde eram guardados os documentos reunidos pelo referido órgão. Também nessa época, templos e palácios funcionavam como depósitos de documentos expedidos pelo governo. Porém, com o desenvolvimento da esfera administrativa, cada magistratura passa a ter seu “*archeion*”, nome dado ao local onde se redigiam e conservavam os documentos produzidos pelas autoridades (Mendo Carmona, 1995a, p.20). Os documentos, que na época eram produzidos em

papiro, eram instalados em casulos feitos de tijolos e devidamente identificados, demonstrando certo grau de maturidade no que diz respeito às técnicas arquivísticas (Silva et al., 2002).

Por volta do ano 350 a.C. se criou o Métrôn, ou “Templo de Cibele”, uma entidade para guardar os documentos de caráter legislativo, judiciário e financeiro e os documentos de valor diferenciado no âmbito privado, como o *Testamento de Epicuro* (Silva et al., 2002, p.59; Rousseau e Couture, 1998, p.33).

Nas cidades mais importantes, os “tabulários” eram os responsáveis pelo recolhimento de toda legislação, jurisprudência e documentação administrativa da província. Pelo vínculo que mantinham com o Estado, esses arquivos garantiam aos documentos, ali depositados, a fé pública (Mendo Carmona, 1995a). Nessa época, os depósitos não tinham mais o caráter exclusivo de patrimônio do soberano; a partir de então, se permitia a utilização dos arquivos por parte dos cidadãos, como garantia de seus direitos e suas obrigações.

A criação do primeiro arquivo, enquanto tal, aconteceu em 509 a.C. e levou o nome de “Tabularium”. O arquivo do Imperador, chamado de “Tabularium caesaris”, dispunha de arquivistas (*tabulari*) e auxiliares de arquivo (*adjutores tabulariorum*). Sob a custódia desses, ficavam os códices e os *tabulae*, considerados documentos mais importantes. Havia ainda os edis e os tribunos da plebe, responsáveis pelos armazenamento dos demais documentos públicos. Esses últimos, com o passar do tempo, foram extintos sob alegação de que o arquivamento praticado pela plebe era deficiente (Silva et al., 2002).

Devido a um sentido prático mais aguçado, os romanos experimentavam a evolução do Império, momento em que foram criadas “oficinas” que tinham um papel burocrático. Essas oficinas eram responsáveis por ofícios diferentes, e cada qual possuía seu arquivo, inclusive com dependências separadas, respeitando a procedência dos fundos (Cencetti, 1971).

Na prática greco-romana, os arquivos estavam presentes nas atividades da administração pública e privada com a função de or-

ganizar, guardar e dispor, para consulta, os documentos, ainda que de modo controlado. Os arquivos também podiam ser encontrados na sociedade em geral, dentro de agremiações, colégios sacerdotais, confrarias de origem profissional e também em certos ambientes domésticos ou empresariais.

A despeito de conhecer como eram os arquivos greco-romanos, nos apoiamos em Cruz Mundet (2008, p.25-6), que relata as principais características daqueles arquivos:

- Criação de uma identidade própria para os arquivos.
- Designação das pessoas institucionalmente responsáveis por sua custódia e serviços específicos.
- Utilização dos arquivos como fonte de informação para o governo e o estabelecimento pelo Direito romano do valor probatório do documento escrito.
- Garantia de autenticidade dos documentos conservados em arquivos públicos.
- Aquisição do caráter público pelos arquivos.
- Criação e conservação dos documentos em razão das necessidades do governo e da administração.

Com a queda do Império Romano, o documento escrito entra em decadência e o ideal da vida privada cresce em detrimento do bem comum. Fatores sociais, econômicos, jurídicos, entre outros, afetam diretamente os arquivos, que perdem o caráter público, oportunizando à Igreja e às instituições públicas se posicionarem com destaque em relação à custódia e à preservação de documentos, tais como os títulos de propriedade. Também contribui para isso o fato de a religião estar baseada na palavra escrita e existir uma predisposição da Igreja para a guarda e a custódia dos códices e documentos, que, então, adquiriam fé pública (Mendo Carmona, 1995a).

O termo “arquivo”, no entanto, somente se consolida na passagem do Mundo Antigo para a Idade Média (Silva et al., 2002). Nesse período, o arquivo assume a responsabilidade de preservar os docu-

mentos antigos; e a instabilidade política e social, somada à fragilidade dos suportes, marcaria profundamente os arquivos, inclusive com a perda quase que total deles.

De acordo com Gagnon-Arguin (1998), foi nessa época que ocorreu a implantação de uma autoridade autônoma, advinda do parcelamento dos territórios, a partir dos quais os reinos se tornaram maiores e as autoridades se firmaram, dando espaço ao desenvolvimento de novas estruturas administrativas. Nesse sentido, a queda do Império Romano influenciou a concepção que se tinha de administração; a ideia de bem comum foi superada pela concentração do poder nas mãos do Estado. Ao mesmo tempo, a Igreja se fortaleceu e se posicionou como lugar seguro e de poder.

Ao longo da Idade Média, o documento é bastante valorizado como fonte de conhecimento e são vários os interesses e as expectativas em relação aos arquivos, o que, na opinião de Cruz Mundet (2008, p.35, tradução nossa),¹ foi extremamente positivo para o desenvolvimento da arquivística, pois, “desde os finais do século XVI, ao longo do século XVII e do XVIII, surge uma série de estudiosos que fazem do documento e do arquivo objetos de sua atenção”.

Também é a partir do século XV que os arquivos passam a ser vistos sob uma ótica instrumental, e não mais meramente administrativa. Cresce a relação do arquivo com a memória, levando o arquivista à consciência do conteúdo informacional presente nos documentos, que vai além do que previa seu produtor (Silva et al., 2002, p.78).

Mais tarde, no século XVII, os arquivos são vistos como instituições de grande importância para o governo e sua administração. Há consciência, de modo geral, que os documentos são instrumentos de informação e que o Estado tem o direito de usá-los como forma de exercer poder interno e externo. O envolvimento do Estado com os arquivos é marcado pela emissão de normas e regulamentos

1 “Desde finales del siglo XVI, a lo largo del XVII y del XVIII, surge una serie de tratadistas que hacen del documento y del archivo su centro de atención.”

de como deveriam ser desenvolvidas as atividades práticas de organização de documentos.

Nesse período, alguns teóricos se dedicam às questões de paleografia e diplomática, buscando averiguar a autenticidade de documentos “solenes” (constitutivos de direitos, obrigações, situações políticas, econômicas e patrimoniais), outros se aplicam a estudar os aspectos relativos à conservação de documentos “solenes” e correntes. De acordo com Cruz Mundet (2008), esses trabalhos são importantes porque pela primeira vez os problemas concretos e as possíveis soluções são discutidos, evidenciando a necessidade de gestão de documentos na administração pública.

O final do século XVIII foi uma época de crise para os velhos regimes da Europa e seus sistemas econômicos. Sobretudo nas últimas décadas, foram muitas as agitações políticas, às vezes chegando ao ponto da revolta e de movimentos coloniais em busca de autonomia. Alguns historiadores chamam esse período de “era da revolução democrática”, era da qual a Revolução Francesa teria sido apenas um exemplo, embora o mais dramático e de maior alcance e repercussão.

A partir da Revolução Francesa ocorrem muitas mudanças na Europa, inclusive no âmbito dos arquivos, e essas se expandem aos outros continentes. Estruturam-se os arquivos em um sistema nacional, o conceito de arquivos de Estado é alterado para arquivos nacionais e os documentos de instituições extintas passam a incorporar os arquivos históricos e ficam à disposição para consulta (Cruz Mundet, 2008). Surgem os primeiros passos para uma divisão dos arquivos em históricos e administrativos, e isso marcará de forma bastante significativa a profissão do arquivista, que passa a se dedicar com afinco aos documentos históricos, deixando a gestão administrativa à margem de sua atividade profissional.

Com o estímulo para a criação de arquivos nacionais, as dificuldades de organização e conservação da massa documental tornam-se um desafio. Dessa forma, a arquivística é acionada a responder às novas demandas e, durante a primeira metade do século XIX, ocorrem os avanços no campo prático.

Porém os avanços conquistados no século anterior se consolidam no século XX e cresce a produção bibliográfica na área. As necessidades da administração passam a exigir um redimensionamento da profissão arquivística para que ocupe um “vazio” até então existente (Cruz Mundet, 2008, p.43).

A análise dos arquivos a partir de uma perspectiva histórica é bastante peculiar. Em um tempo mais remoto, os arquivos ocuparam lugares nobres, como templos e palácios, cujos vestígios encontrados são um testemunho do volume considerável de documentos produzidos naquela época e da forma de organização exercida pela sociedade, revelando a importância que se atribuía aos documentos no âmbito administrativo. É possível afirmar que no mundo greco-romano o desenvolvimento administrativo alcançado desencadeia a propagação dos arquivos para atender às necessidades específicas dos órgãos governamentais.

Mais tarde são criados os arquivos estatais, onde seriam guardados os documentos gerados pelos níveis governamentais que ainda poderiam servir aos interesses de instituições e autoridades responsáveis por seu surgimento (Mendo Carmona, 1995a). Tal condição só foi superada com o nascimento do conceito de “soberania nacional”, após a Revolução Francesa. A partir de então, o arquivo passa a ser considerado “garantia de direitos dos cidadãos e jurisprudência da atuação do Estado”² (Mendo Carmona, 1995a, p.22, grifo do autor, tradução nossa).

Os arquivos, que até então serviam primordialmente à administração, passam a ter função dupla, ou seja, custodiam documentos que servem como garantia de direitos e deveres dos cidadãos e zelam pela preservação da memória, que é objeto de estudo da História (Mendo Carmona, 1995a). Somente a partir dos anos 1930, começa a ser retomada a dimensão administrativa, impulsionada pelas circunstâncias, como as enfrentadas pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial.

É correto afirmar que o contexto social molda o conceito de arquivo, de modo que esses se constituam em órgãos capazes de

2 “*Garantía de derechos de los ciudadanos y jurisprudencia de la actuación del Estado.*”

atender a expectativas e interesses da sociedade em relação aos documentos produzidos para registrar e comprovar fatos e atos ou para preservar a memória. Os arquivos, por sua vez, desempenham um papel bastante importante na evolução social e econômica, seja como instrumento para o exercício do poder, seja como garantia dos direitos dos cidadãos ou, ainda, como órgão responsável pelo registro da memória coletiva.

Mas que compreensão tem-se do conceito de arquivo? Como os diferentes autores entendem este conceito? Pretendemos, a seguir, fazer uma reflexão sobre o significado deste conceito e de como a arquivística/arquivologia se constituiu como o campo do conhecimento que pretende embasar teoricamente suas práticas.

Dimensão conceitual do arquivo

Qualquer palavra é composta por um conjunto de letras ou sons de uma língua e que, associada a uma ideia, pretende representar o pensamento humano. Uma mesma palavra dá origem a novos conceitos, e cada conceito é único porque configura um momento concreto, uma situação histórica única (Koselleck, 1992).

Nesse âmbito, entende-se por conceito “a representação simbólica de natureza verbal [...]” (Ângulo Marcial, 1996) ou “qualquer unidade de pensamento [...] que pode ter seu conteúdo semântico reexposto pela combinação de outros conceitos, que podem variar de uma língua ou de uma cultura para outra” (Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, 1992). De maneira objetiva, pode-se afirmar que um conceito é composto por enunciados verdadeiros a respeito do objeto (Dahlberg, 1978, p.102).

Concordamos com Rabello (2008) quando ele afirma que o conceito, se pensado de modo genérico, é um símbolo que representa uma abstração a respeito de uma coisa ou um fenômeno observável. Nesse sentido, gostaríamos de destacar que a perspectiva de conceito mais interessante para a discussão que se pre-

tende desenvolver é a proposta pela filosofia, que aponta para a essência, a substância das coisas, tornando o objeto cognoscível.

Ao definir um conceito, é necessário estabelecer um limite, de tal modo que seja distinto dos “demais conceitos, a fim de que apareça com clareza a quais objetos se referem” (Dahlberg, 1978, p.106). É preciso reforçar, também, que as mensagens são construídas a partir do quadro de referências do autor, de acordo com as informações que ele julga serem importantes.

Dahlberg (1978, p.102) defende que todo conceito “é constituído de elementos que se articulam em uma unidade estruturada” e definido como “a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico”.

A construção de um conceito reflete um processo direcionado à criação de significados criados a partir de um processo de abstração e generalização, cujo resultado deve ser compartilhado entre os indivíduos. Rabello (2008, p.17-8) defende a importância da compreensão da noção de conceito³ para o entendimento da formalização teórica de um universo investigativo. Segundo o autor,

é indiscutível a necessidade de conhecer os principais conceitos que alicerçam a teoria científica e, não menos importante, de apreender quais são os instrumentais teórico-metodológicos orientadores, nunca deixando de relacioná-los a uma história, a uma tradição, visto que nenhum construto científico surge desvinculado de uma base filosófica.

Os conceitos são fruto de um processo de teorização de uma comunidade científica, expressando formas de pensamento, práticas sociais e profissionais, em determinado contexto histórico (Rabello, 2009). Ou, como prefere Oliveira (1992, p.28), “são construções

3 Para Rabello (2009), o conceito pensado genericamente seria “o símbolo representativo da abstração produzida pelo intelecto acerca da ideia de uma coisa ou um fenômeno observável”. Por outro lado, se apreendermos o conceito dentro da lógica e da razão científica, principalmente nas ciências naturais, ele seria a delimitação necessária em que a linguagem científica se apoia para a representação da realidade mediante uma simbologia criada pelo primado da precisão, da sensibilidade e da consensualidade (intersubjetiva), para a busca pela representação dos fenômenos da realidade.

culturais, internalizadas pelos indivíduos ao longo de seu processo de desenvolvimento”. Porém, esses conceitos podem ser chamados “cotidianos”, desenvolvidos no decorrer da atividade prática, ou “científicos”, transmitidos em situações formais de ensino-aprendizagem, embora também passem por um processo de desenvolvimento (Oliveira, 1992).

Koselleck (1992, p.138) afirma que “a palavra pode permanecer a mesma (a tradução do conceito), no entanto, o conteúdo por ela designado altera-se substancialmente”. Há uma relação dialética entre conceito e contexto, de modo que “todo conceito articula-se a certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível” (Koselleck, 1992, p.136).

Dahlberg (1978, p.101) nos diz que “toda vez que o objeto é pensado como único, distinto dos demais, constituindo uma unidade inconfundível (coisas, fenômenos, processos, acontecimento, atributos etc.), pode-se falar de objetos individuais”; quando prescindem das formas do tempo e do espaço, estamos diante dos objetos gerais, expressos por meio de conceitos gerais.

Os conceitos são “constituídos de elementos que se articulam em uma unidade estruturada” e, para a análise desses, é necessária a decomposição em enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, representada por um símbolo linguístico (Dahlberg, 1978, p.102).

Rabello (2008, p.25) argumenta que um conceito científico na perspectiva da lógica e da razão procura representar os fenômenos da realidade a partir de uma simbologia caracterizada por “exatidão, sensibilidade e consensualidade (intersubjetiva)”. Assim, um conceito científico deve-se submeter a certas condições, de modo a possibilitar a compreensão clara e distinta do objeto. Tais condições são:

- 1) controle equacional de um elemento presente em dado sistema natural – na constituição de uma lei, por exemplo;
- 2) constituição de uma linguagem técnica, e não simplesmente comum;

3) evidência de conceitos implícitos (complexos) em vez daqueles explícitos (simples) originados do modelo ontológico linguístico que não demonstravam o conjunto de axiomas que os comporiam;

4) mensurabilidade dos conceitos científicos, assim como das leis que os interligam (Vuillemin apud Rabello, 2008, p.26).

Para a compreensão de determinado objeto, é preciso ter conhecimento acerca de seu significado, que é assimilado a partir de suas características e de seu “*corpus* de significação” (Franco, 2005, p.15).

Antes de compreendermos o significado de um objeto, tomamos consciência de sua existência; percepção que se faz imediata. Já o entendimento do conceito é algo mais demorado e envolve diferentes experiências, de modo que as faces desse objeto se apresentem e sejam compreendidas. Observa-se, assim, que significado se constrói ao longo do tempo, sob forte influência de um processo social.

Thomassen (2001, p.374, tradução nossa), afirma que, de modo geral, as noções vagas são suficientes no cotidiano, porém, no âmbito profissional, mais especificamente na arquivística, isso muda na medida em que os “os arquivistas devem ter uma compreensão clara do que é um arquivo (ou um sistema de arquivos), de quais são suas funções e suas propriedades fundamentais, como elas se relacionam entre si e como a qualidade dos documentos e dos arquivos pode ser acessada e assegurada”.⁴ Esse mesmo posicionamento é compartilhado por Heredia Herrera (2007, p.19) que afirma ser o uso indiscriminado das palavras uma característica da humanidade, mas aos arquivistas cumpre o dever de defender um rigor terminológico que dê sustentação à disciplina arquivística rumo a sua afirmação na dimensão científica.

Outros estudiosos também entendem que a questão terminológica da área é de importância fulcral, na medida em que a convergên-

4 “Archivists must have a clear understanding of what an archive (or a record-keeping system) is, what its functions are, and its fundamental entities, how these fundamental entities relate to each other, how the quality of records and archives can be assessed and ensured.”

cia terminológica evita interpretações equivocadas (Lodolini, 1993, p.62). Um campo científico se legitima a partir da especificação de seu objeto por meio de adequada denominação.

Nesse sentido, esforços para a consolidação de uma terminologia arquivística acontecem com a criação do Conselho Internacional de Arquivos, que culminou no lançamento, em 1964, do primeiro instrumento terminológico intitulado *Elsevier's Lexicon of Archive Terminology*.

No Brasil, esses empreendimentos tiveram início na década de 1970, quando da criação da Associação de Arquivistas Brasileiros. Na ocasião, foi elaborado um glossário e apresentado no I Congresso Brasileiro de Arquivologia. Mais tarde, a mesma Associação criou um Comitê de Terminologia Arquivística, que, posteriormente, se uniria à Comissão de Estudos de Arquivologia da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Outra iniciativa nesse sentido foi em 1989, quando um grupo de alunos do curso de especialização em arquivologia da Universidade Federal da Bahia elaborou o *Dicionário de termos arquivísticos*, sob a coordenação do professor Rolf Nagel. Mais tarde, outro grupo de especialistas do estado de São Paulo também se mobilizou em torno dessa mesma questão, e seus esforços culminaram na edição, no ano de 1996, do *Dicionário de terminologia arquivística*.

Nessa obra, a definição do termo arquivo aparece como:

- 1) Conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;
- 2) Entidade administrativa responsável pela custódia, pelo tratamento documental e pela utilização dos arquivos sob sua jurisdição;
- 3) Edifício em que são guardados os arquivos;
- 4) Móvel destinado à guarda de documento [...] (Camargo e Bellotto, 1996, p.5).

Mais recentemente, o Arquivo Nacional publicou o que chamou de *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, no qual encontramos, para o termo “arquivo”, a seguinte definição:

- 1) Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte;
- 2) Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos;
- 3) Instalações onde funcionam arquivos;
- 4) Móvel destinado à guarda de documentos (Brasil. Arquivo Nacional, 2005, p.27).

As definições refletem o conhecimento e a compreensão que os teóricos têm acerca do arquivo. É uma representação conceitual particular construída com base em um saber técnico-científico. Tanto a definição do dicionário quanto a terminológica devem apresentar como categorias fundamentais para entendimento o gênero e a diferença específica (Finatto, 2002).⁵

O sentido da palavra “arquivo” foi mudando ao longo do tempo, em muito devido à evolução de suportes utilizados na elaboração dos documentos (Silva et al., 2002). No caso de gregos e bizantinos, o suporte preferido era o papiro e, conseqüentemente, usavam o termo *chartophilacium* para indicar os arquivos, depois passou a ser empregado como *chartarium* e, mais tarde, “cartório”. Já os romanos se mantiveram fiéis ao termo *archeion*, significando não “apenas o local de depósito dos documentos, mas o espaço ou serviço onde eram preservados registros antigos, independentemente do tipo de suporte” (Silva et al., 2002, p.70). Como destaca Tanodi (1979, p.1), o mundo romano vale-se de uma gama de termos relativos à escrita, incluindo o ato de escrever, o material utilizado e mesmo o móvel para guardar: *grapharium*, *chartarium*, *tabularium*, *sacrarium*, *sanctuarium*, *scrinium* etc.

Sob essa ótica, é possível afirmar que alguns dos elementos que caracterizam o conceito arquivo, na atualidade, surgiram na Antiguidade; outros foram agregados ao longo do tempo, em razão do uso e da compreensão adquiridos a partir do contexto social. A evo-

5 Para esclarecimentos sobre os tipos de definição e suas propriedades, consultar Finatto (2002) e Couto (2003).

lução do conceito de arquivo, portanto, é influenciada por uma série de fatores sociais, jurídicos e de investimentos científicos.

Silva et al. (2002, p.70) afirmam que o uso da terminologia diversificada não traz confusão quanto à essência do arquivo. Trata-se apenas de “realidades semânticas distintas, para designar um ou outro aspecto mais ‘visível’ da natureza dos arquivos”. Essa visão é compartilhada por Cruz Mundet (2008) ao analisar o conceito de arquivo partindo das definições de outros especialistas e concluir que todas são coincidentes, na medida em que os aspectos constitutivos do conceito são convergentes.

Para Tanodi di Chiapero (1987, p.165), não se trata apenas de uma questão léxica. Esse conceito enseja discussões profundas acerca de sua compreensão, porque, a depender de cada língua, ele traz consigo um valor bastante distinto. É possível afirmar, inclusive, que o valor atribuído aos arquivos muda conforme o país, até mesmo naqueles que possuem o mesmo idioma.

De outro modo, Lodolini (1993), Tanodi di Chiapero (1987) e Schellenberg (2002) chamam a atenção para a necessidade de uma definição para atender às peculiaridades regionais. Para Lodolini (1993), a controvérsia está na origem e na amplitude do termo “arquivo”. Em relação à origem, existem, basicamente, dois pontos de vista distintos entre os estudiosos da área: um que defende o nascimento dos arquivos desde a produção dos documentos pelo produtor e o outro que defende o nascimento dos arquivos somente quando os documentos deixam de ter utilidade para o produtor e são selecionados para guarda permanente.

De modo geral, é possível identificar três formas de abordagem do termo: a primeira identifica o arquivo com os documentos, a segunda liga o arquivo ao edifício e aos documentos que guarda e a terceira afirma que o arquivo é uma instituição que conserva e utiliza a *archivalía*⁶ (Tanodi di Chiapero,

6 A expressão *archivalía* é usada para se referir ao conjunto de documentos que são objeto de tratamento da instituição arquivo. Trata-se de “*todo material escrito, gráfico (dibujos, mapas, planos), multigrafiado, reprográficos, sonoro, audiovisual (películas) proveniente de una entidad, producido o recibido en función de sus actividades e, en general, relacionado con su vida administrativa, desde el momento en que cumplió su función*”

1987). Mais recentemente, alguns autores como Silva et al. (2002) propõem a abordagem do arquivo como um sistema de informação (social), o que atende ao paradigma informacional, trazido para o âmbito arquivístico como decorrência da atual conjuntura social.

Trata-se, portanto, da concepção de cada autor e, nesse sentido, Lodolini (1993, p.79-80, tradução nossa), com base em estudo que realizou, apresenta uma síntese a respeito das diferentes visões dos autores quanto à natureza e limites do arquivo.

1) O arquivo compreende todos os documentos, desde o momento de sua produção em cada uma das entidades produtoras – também os documentos correntes fazem parte do “arquivo”. Esta é a condição para a existência do arquivo, que os documentos permaneçam nas entidades produtoras;

a) os documentos passam a fazer parte do “arquivo corrente” no momento em que são produzidos por uma entidade visando a cumprir com a tramitação dos processos administrativos a que se referem;

b) os documentos referentes a assuntos em trâmite encontram-se em fase pré-arquivística; farão parte do “arquivo corrente” somente quando a tramitação for finalizada pela entidade produtora, de cada um dos processos administrativos a que se referem (Tanodi).

2) O arquivo é formado somente pelos documentos que não tenham mais interesse para a entidade produtora deles e que tenham adquirido maturidade arquivística e sejam selecionados para conservação permanente – os documentos correntes não podem, portanto, fazer parte do arquivo, porque entre as condições para existir o arquivo está a de que os documentos não estejam mais na instituição produtora, mas tenham sido transferidos para uma instituição arquivística encarregada por sua conservação.

inmediata que originó su creación, y se conserva con fines administrativos, jurídicos y científicos o culturales” (Tanodi, 1979, p.15).

3) O arquivo é produzido somente por uma autoridade pública; não podem, portanto, existir arquivos privados.

4) Arquivo é tanto aquele produzido por uma autoridade pública como também privada – os arquivos privados são considerados arquivos no sentido pleno do termo;

a) por arquivos privados se entendem somente aqueles produzidos por pessoas jurídicas privadas, não os produzidos por pessoas físicas ou famílias (Schellenberg);

b) por arquivos privados se entendem somente os produzidos por pessoas físicas ou famílias, não os produzidos por pessoas jurídicas privadas (Ellis);

5) O arquivo é constituído também por material não documental, quer dizer, por manuscritos de obras literárias ou científicas.⁷

Heredia Herrera (2007) também faz um estudo exaustivo sobre como cada autor da comunidade espanhola define o termo, chegando à

7 “1) el archivo comprende todos los documentos, desde el momento mismo en que son puestos en existencia en cada una de las oficinas productoras: también los papeles corrientes forman parte del ‘archivo’. Antes bien, condición para la existencia del archivo es que los papeles tienen que permanecer en la oficina que los ha producido; a. los papeles entran a formar parte del ‘archivo corriente’ en el momento mismo en que son puestos en existencia en la oficina que los produce, para la tramitación de cada uno de los expedientes a los que se refieren; b. los papeles referentes a los asuntos en curso de tramitación se encuentran en una fase pre-archivística; entran a formar parte del ‘archivo corriente’ sólo cuando se ha agotado la tramitación, por parte de la oficina, de cada uno de los expedientes a los que se refieren; (Tanodi); 2) el archivo comprende solamente los documentos que han perdido interés para las oficinas que los han producido, han adquirido madurez archivística y han sido seleccionados para la conservación permanente: los papeles corrientes no pueden, por tanto, de ninguna manera formar parte del archivo y entre las condiciones para la existencia del archivo está la de que los papeles ya no estén en la oficina que los ha producido, y hayan sido transferidos, en cambio, a una institución archivística encargada de su conservación; 3) archivo es solamente el producido por una autoridad pública; no pueden, por tanto, existir archivos privados; 4) archivo es tanto el producido por una autoridad pública como el producido por un privado: también los archivos privados son archivos con pleno título; a. por archivos privados se entienden solamente los producidos por personas jurídicas privadas, no los producidos por personas físicas o familias (Schellenberg); b. por archivos privados se entienden solamente los producidos por personas físicas o familias, no los producidos por personas jurídicas privadas (Ellis); 5) el archivo está constituido también por material no documental, es decir, por los manuscritos de las obras literarias o científicas.”

conclusão de que é possível identificar duas vertentes: o arquivo como conteúdo documental e o arquivo visto sob a perspectiva de uma instituição. Segundo a autora, ambas têm sido interpretadas de modo distinto. Um exemplo disso é o fato de alguns teóricos admitirem a inserção dos arquivos (instituição) na área cultural, o que não se aplica adequadamente, uma vez que a função do arquivo vai além de uma instituição cultural; na verdade, está vinculada também à gestão administrativa.

Na perspectiva de Heredia Herrera (2007), o estreitamento dos arquivos com a gestão administrativa favorece uma compreensão mais ampla do conceito, pois permite a identificação dos elementos que o diferenciam enquanto instituição: os documentos que custodiavam, as funções que exercem e o profissional arquivista.

Para Fuster Ruíz (1999, p.110), a definição de arquivo, como vem sendo apontada nos dicionários arquivísticos, é “complicada e inexata do ponto de vista científico da arquivística”. O termo remete a um conceito que, como tal, carece de propriedades específicas que possibilitem a análise científica do fenômeno ou objeto que esse pretende representar. Essa falta de especificidade pode ser dimensionada quando tomamos parte da definição de arquivo encontrada no *Dicionário de terminologia arquivística* (Camargo e Bellotto, 1996) onde se registra que o arquivo é “um conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas”. A que tipo de atividades e de documentos se está referindo? As palavras usadas são genéricas e podem levar a diferentes interpretações, por isso não condizem com a especificidade requerida para abordar um conceito.

O autor defende a unificação terminológica de modo a atender aos preceitos da arquivística, que, atualmente, se posiciona em busca de sua cientificidade.

Essa unificação proposta por Fuster Ruíz (1999) baseia-se na integração de elementos como conteúdo documental, instituição e local, em uma única definição. Para tanto, o autor propõe que o conceito de arquivo seja constituído por elementos institucionais, documentais, estruturais, pessoais, científicos e técnicos. E,

dessa forma, apresenta o que chama de “definição extensiva do conceito de arquivo”.

Arquivo é a instituição na qual se reúne um ou mais conjuntos orgânicos de documentos, de qualquer data ou suporte, produzidos, recebidos ou acumulados, como resultado do exercício da função ou da atividade de pessoa ou entidade pública ou privada e que sejam organizados e conservados cientificamente, respeitando sua ordem natural, em um depósito que reúna as devidas condições e esteja sob responsabilidade de um profissional capacitado, para servir ao sujeito produtor ou a qualquer pessoa como testemunho da gestão dos atos administrativos e/ou jurídicos ou como informação para fins científicos ou culturais (Fuster Ruíz, 1999, p.110-1, tradução nossa).⁸

Nessa definição, o arquivo é visto sob a ótica de uma instituição que reúne e trata os documentos recebidos, visando a atender aos interesses jurídicos, científicos e culturais. Destacamos que nesta perspectiva são consideradas apenas as fases intermediária e permanente do arquivo, bem como o tratamento que seus documentos devem receber.

Fuster Ruíz (1999) e alguns outros estudiosos também entendem que a natureza do arquivo é a instituição ou parte dela. Dupla del Moral (1997), por exemplo, recorre à Lei n. 4/1993 de Arquivos e Patrimônio Documental da Comunidade de Madri e elabora uma proposta de definição que reflete dois ângulos: Fundo de Arquivo e Centro de Arquivo. Em sua proposta, a autora utiliza dois termos distintos para identificar o local e o conjunto de documentos; o Centro de Arquivo seria o local onde são guardados os conjuntos de documentos (Fundos).

8 *“Archivo es la institución donde se reúne uno o más conjuntos orgánicos de documentos, de cualquier fecha o soporte, producidos, recibidos y acumulados, como resultado del ejercicio de la función o actividad de una persona o entidad pública o privada, organizados y conservados científicamente, respetando su orden natural, en un depósito que reúna las debidas condiciones y atendido por personal capacitado, para servir al sujeto productor o a cualquier persona, como testimonio de la gestión de actos administrativos y/o jurídicos, o como información para fines científicos o culturales”* (Fuster Ruíz, 1999, p.110-1).

Tanodi (1979), Vázquez (1996) e Alberch i Fugueras (2003) usam o termo para se referir à instituição responsável pela organização e pelo tratamento dos documentos ou, ainda, ao edifício ou local onde os documentos são guardados. Esses estudiosos, em suas definições, deixam transparecer que entendem ser a natureza do arquivo formada pelo local, pela instituição ou pela unidade administrativa na qual os documentos são custodiados e recebem um tratamento que garanta sua preservação.

Desse modo, observamos que Tanodi (1979) refere-se a “entidades e instituições” – aspecto que se reitera em Vázquez (1996). Essa dimensão se concretiza ainda mais quando Dupla del Moral (1997) refere-se textualmente a um “lugar”, e Alberch i Fugueras (2003), a um “edifício ou parte dele”.

Sob esse enfoque, essas definições submetem-se a um universo custodial, que dá ênfase aos arquivos como instituição que desempenha o papel de organizar e preservar documentos importantes para assegurar direitos dos cidadãos e possibilitar o resgate da memória coletiva. No entanto, a estrutura não é suficiente para definir a natureza do arquivo com a abrangência e a complexidade que o termo requer. Entendemos que tais definições não contemplam uma parte significativa do fazer arquivístico, como a gestão dos documentos na fase corrente.

Existem outros teóricos, autores de manuais de grande relevância para a comunidade arquivística, que admitem que a natureza dos arquivos seja formada por um conjunto de documentos. Destacam-se, dentre esses, Casanova (1928), Jenkinson (1922), Muller, Feith, Fruin (1973), Schellenberg (2002) e Lodolini (1988; 1993).

O arquivista italiano Eugenio Casanova (1928, p.19, tradução nossa) produziu o manual intitulado *Archivistica*, no qual faz uma importante análise crítica das diferentes definições existentes até então e, com base nisso, elabora uma proposta para definição de arquivo como “a coleção ordenada de documentos de uma entidade ou de uma pessoa, produzida durante o curso de seus negócios e preservada para o fim de atender a necessidades políticas, legais e culturais

dessa entidade ou indivíduo”.⁹ Nessa definição, existe uma premissa básica, que consiste na ordenação dos documentos de modo a se manter o vínculo entre esses e o produtor, garantindo que sirvam como elemento de prova e registro da memória.

Um dos mais importantes pensadores do século XX nas questões teóricas e práticas de arquivo foi Hilary Jenkinson, que se preocupava com a custódia dos documentos e elaborou o *Manual dos arquivos de administração* com o objetivo de atender às necessidades advindas de métodos para organizar a grande massa documental gerada durante a Primeira Guerra Mundial. Jenkinson se propôs, ainda, a estudar a natureza e as características dos documentos arquivísticos, a fim de compreender os princípios arquivísticos que poderiam, por sua vez, orientar a criação de arquivos do presente e do futuro. Em sua obra,

[...] um documento para pertencer aos arquivos é aquele que foi produzido no curso de uma transação administrativa ou executiva (pública ou privada) da qual ele pertence e posteriormente foi preservado por essa instituição para ser utilizado como informação pela pessoa ou pelas pessoas responsáveis por essa transação e seus legítimos sucessores (Jenkinson, 1922, p.11, tradução nossa).¹⁰

Nessa definição, o autor destaca a história custodial e a estrutura orgânica dos documentos acumulados a partir de um processo natural, ou seja, decorrentes das atividades, quando seus produtores não estariam considerando o uso dos documentos. Esta definição reforça as qualidades imputadas aos arquivos como a imparcialidade e a autenticidade (Tschan, 2002).¹¹

9 “La raccolta ordinata degli atti di un ente o individuo, costituitasi durante lo svolgimento della sua attività e conservata per il conseguimento degli scopi politici, giuridici e culturali di quell’ente o individuo.”

10 “[...] a document which may be said to belong to the class of Archives is one which was drawn up or used in the course of an administrative or executive transaction (whether public or private) of which itself formed a part; and subsequently preserved in their own custody for their own information by the person or persons responsible for that transaction and their legitimate successors” (Jenkinson, 1922, p.11).

11 Existem controvérsias a respeito das qualidades dos arquivos. Assim, cabe esclarecer o entendimento de Jenkinson a respeito disso. O autor identifica a imparcialidade dos

Para os holandeses, o arquivo é um conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário (Muller, Feith e Fruin, 1973, p.13).

O *Manual holandês* foi elaborado tendo por princípio que a organização dos documentos deveria ser pautada na estrutura do órgão produtor. Para seu tempo, foi uma obra inovadora, mas Silva (2007, p.6) alerta que está limitada pelo tempo no que diz respeito à “tipologia documental, práticas de acondicionamento e modelos institucionais características de uma época”. Também Cook (1996a, p.3) assinala que o manual tem suas limitações no que diz respeito a questões de avaliação e seleção documental, mas afirma sua importância justificando que há na obra a primeira sistematização de uma teoria arquivística europeia com a previsão de uma metodologia para o tratamento documental em arquivos.

É inegável a importância desse manual, projetado no cenário internacional a partir do qual se iniciou o desenvolvimento de uma teoria arquivística com base na análise de ideias sobre o que seriam os arquivos, quais seriam suas características essenciais e propriedades comuns (Cook, 1996b). Porém, concordamos que a concepção de arquivo está prejudicada pelas questões apontadas por Silva (2007).

Ainda em relação às definições de arquivo, destacamos a posição de Schellenberg (2002, p.41, tradução nossa),¹² que entende arquivo como “os documentos de qualquer instituição pública ou privada que são avaliados como sendo de preservação permanente

arquivos com o fato de que a geração dos documentos está ligada à intenção quando da produção, livre de suspeitas e de preconceitos, levando em consideração os interesses pelos quais esses documentos são usados. Em relação à autenticidade, Jenkinson afirma que a garantia de tal característica ocorre na medida em que as instituições produtoras têm interesse em proteger esses documentos visando a garantir a preservação da memória artificial (Eastwood; MacNeil, 2010, p.9).

12 A primeira edição do livro de Schellenberg é datada de 1973, porém existem as reimpressões de 1974 e 2002. “*Those records of any public or private institution which are adjudged worthy of permanent preservation for reference and research purposes and which have been deposited or have been selected for deposit in an archival institution.*”

porque são importante como fonte de informação e para fins de pesquisa, sendo, assim, depositados ou selecionados para depósito em instituições arquivísticas” (Tschan, 2002, p.180). Trata-se de uma definição na qual a natureza do objeto é formada pelo conjunto de documentos oriundos de diferentes instituições e que apresentam valor para se manter em arquivos permanentes. Fica evidente, portanto, a prevalência dos arquivos como instituições de custódia de documentos de caráter permanente, o que submete a arquivística à condição de ciência auxiliar da investigação histórica.

De acordo com Lodolini (1993, p.24-5, tradução nossa), os arquivos nascem naturalmente, decorrentes de atividade prática, administrativa e jurídica, e se definem como “conjunto de documentos, unidos entre si por um vínculo original, necessário e determinado, a partir do qual cada documento condiciona e é condicionado pelos demais”.¹³

Essa mesma linha de raciocínio é preconizada pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), órgão máximo da área em nível internacional, que na década de 1980 apresenta sua definição para arquivos como o conjunto de documentos de qualquer data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por qualquer pessoa física ou jurídica ou por qualquer organismo público ou privado no exercício de suas atividades, conservados por seus criadores ou sucessores para suas próprias necessidades ou transferidos a instituições arquivísticas (Heredia Herrera, 1993, p.93-4).

A proposta do CIA revela um novo horizonte aos arquivos, diferentemente do que propunham alguns autores, como Schellenberg (2002), que admite que os arquivos não são constituídos apenas por documentos de caráter permanente, mas também por documentos que ainda estão em poder de seus produtores, ou seja, os arquivos correntes e intermediários.

13 “Conjunto de documentos, unidos entre sí recíprocamente por un vínculo original, necesario y determinado, por el que cada documento condiciona los demás y es por los demás condicionado.”

Podemos observar, a partir das definições de arquivo aqui apresentadas, que os documentos se destacam como elemento fundamental e são produzidos por pessoa física ou jurídica, de natureza pública ou privada, como consequência de uma atividade, visando a atender às necessidades informacionais da administração e também do público em geral. Esses documentos devem ser mantidos de tal modo organizados que a relação orgânica entre eles seja preservada (Cruz Mundet, 2008).

Sobre considerar a natureza dos arquivos como constituída pelo conjunto de documentos, destacamos o posicionamento de Sousa (2002, p.13), que formula uma crítica em relação a essa abordagem, por entender “que proporciona uma fragilidade que pode custar a própria sobrevivência da disciplina, pois a torna dependente do caráter físico e material do objeto”.

De outro modo, Lopes (1996, p.32) defende a valorização do conteúdo informacional dos documentos. Para ele, arquivos devem ser entendidos como

acervos compostos por informações orgânicas originais, contidas em documentos registrados em suporte convencional (atômicos) ou em suportes que permitam a gravação eletrônica, mensurável por sua ordem binária (bits); e produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, de caráter administrativo, técnico ou científico, independentemente de sua idade e seus valores intrínsecos.

Relativamente às informações orgânicas, Lopes (1996, p.26) afirma que se trata de “uma categoria abstrata que se materializa quando é registrada e representa uma sucessão de atos ou fragmentos que possam ser definidos como fatos”. Essa categoria também é denominada “informação arquivística” e, da forma como é considerada, integra o arquivo ao universo informacional, oportunizando sua valorização pela atual sociedade da informação como suporte para a tomada de decisão. No entanto, esse conceito, em nossa perspectiva, ainda carece de aprofundamento teórico – o que pretendemos explorar no próximo capítulo.

É fato que o processo de globalização oportunizou aos arquivos alcançar outra dimensão junto à sociedade, ou seja, foram projetados como bem comum a ser preservado e disponibilizado aos cidadãos, para responder às necessidades informacionais. Dessa forma, os arquivos foram responsabilizados pelo tratamento de uma parcela importante de informações geradas no âmbito das organizações, de modo a garantir a satisfação das necessidades informacionais da sociedade, utilizando-se de recursos metodológicos condizentes com a realidade.

Nessa ênfase, Rousseau e Couture (1998) estabelecem que os parâmetros dizem respeito à preponderância da informação registrada com características arquivísticas; à necessidade de buscar parcerias com outras disciplinas sem, contudo, haver subordinação; e a importância de investir em pesquisa e formação de profissionais qualificados para solucionar os problemas arquivísticos que se apresentam no cotidiano.

Segundo Delmas (2001), a sociedade contemporânea tem influenciado o repensar dos arquivos e da disciplina que se propõe estudá-los. A respeito das discussões de natureza epistemológica da área, que têm permitido avançar na concepção do conceito de arquivo, e sobre como as características da pós-modernidade afetam os arquivos com suas tendências intelectuais, Cook (2001) promove uma discussão que se coaduna com o pensamento de Koselleck (1992, p.140), ao defender a “história dos conceitos”, ou seja, que um conceito é “único a partir de uma nova situação histórica que não só engendra essa nova formulação conceitual, como poderá se tornar através dela inteligível”.

Para Silva et al. (2002, p.213), o arquivo não é mera soma de fundos e serviços, mas “uma unidade integral e aberta ao(s) contexto(s) dinâmico(s) e histórico(s) que a substancializa(m)”. Como proposta para o conceito de arquivo, o autor indica que se trata de

um sistema semi(fechado) de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais, a natureza

orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso), aos quais se associa um terceiro, a memória, imbricado nos anteriores.

Silva et al. (2002), ao posicionarem o arquivo como um sistema de informação, admitem a necessidade de discutir, de maneira interdisciplinar, todas as implicações decorrentes desse posicionamento, ou seja, as disciplinas que lidam com processo informacional nos mais diferentes ambientes devem fazer uso da investigação científica.

De igual modo, Nuñez Fernández (1999) afirma que os arquivos são sistemas de informação e que os debates interdisciplinares são essenciais para o desenvolvimento da área, mas, em função das especificidades dos sistemas arquivísticos, defende a participação ativa dos profissionais da arquivística no mundo contemporâneo, que exige uma abordagem transdisciplinar no trato da informação, de modo que se possa atender com eficácia aos diferentes usos propostos. Para o autor, existem dez características que diferenciam o arquivo de qualquer outro tipo de sistema de informação. São elas:

- a organização programada e hierarquizada da informação;
- o método arquivístico como fator de acesso à informação;
- o determinismo da produção documental sobre a informação;
- um sistema de informação limitado pelas medidas cautelares de conservação e preservação de originais;
- uma informação limitada entre o direito de acesso e as limitações a esse direito;
- uma informação seletiva em função dos processos próprios de tratamento arquivístico da documentação;
- uma informação deficitária em função da tradicional relação desproporcional entre fundos e recursos nos arquivos;
- um sistema de informação necessitado de normalização;
- um sistema de informação homologado por um sistema de qualidade;

– formas de comunicar a informação como peculiaridade dos arquivos como sistemas de informação, a comunicação (Nuñez Fernández, 1999, tradução nossa).¹⁴

Dentre essas características citadas por Nuñez Fernández (1999), existem aquelas que com o passar do tempo são lapidadas, como a normalização, que no presente século tem uma condição um pouco diferente do que tinha. O empenho da comunidade arquivística na elaboração de normas para a descrição arquivística é um avanço importante para a área, principalmente no tocante à disponibilização da informação para o público em geral. Por outro lado, a questão do déficit de informação como consequência da desproporcionalidade entre recursos e documentos também cabe em outros sistemas de informação, como as bibliotecas.

Outros estudiosos defendem os arquivos como unidades de informação, cujo propósito básico é promover a articulação entre as pessoas e as diversas fontes de informação, tendo por base as necessidades e o perfil dos usuários, influenciado pelo meio que vive (Barreto et al., 1997).

Assim, a compreensão conceitual dos arquivos por parte dos autores analisados, pode ser sintetizada da seguinte maneira: arquivo como instituição (Fuster Ruíz, 1999; Dupla del Moral, 1997; Tanodi, 1979; Vázquez, 1996; Alberch i Fugueras, 2003); arquivo como conjunto documental (Casanova, 1928; Jenkinson, 1922; Muller, Feith e Fruin, 1973; Schellenberg, 2002; Cruz Mundet, 2008); arquivo como informação/sistema de informação

14 *“La organización programada y jerarquizada de la información; el método archivístico como factor de acceso a la información; el determinismo de la producción documental sobre la información; un sistema de información limitado por las medidas cautelares de conservación y preservación de originales; una información acotada entre el derecho de acceso y las limitaciones a ese derecho; una información selectiva en función de los procesos propios del tratamiento archivístico de la documentación; una información deficitaria en función de la tradicional relación desproporcional entre fondos y recursos en los archivos; un sistema de información necesitado de normalización; un sistema de información homologado por un sistema de calidad; formas de comunicar la información como peculiaridad de los archivos como sistemas de información: la comunicación”* (Nuñez Fernández, 1999).

(Lopes, 1996; Nuñez Fernández, 1999; Silva et al., 2002; Barreto et al., 1997).

Como foi possível identificar, desde a origem até a atualidade, os arquivos percorreram um longo caminho. E o fato é que eles surgiram em decorrência da necessidade de registrar e comprovar a realização de atividades humanas, sobretudo no âmbito das organizações. Essas organizações foram emolduradas pelas profundas transformações sociais que, conseqüentemente, impulsionaram um movimento de busca pelo domínio das propriedades e dos elementos constituintes dos arquivos.

Entendemos que, nos arquivos, a informação registrada em documentos receberá tratamento adequado e esses documentos devem ser organizados de acordo com princípios arquivísticos, desde seu nascimento junto ao organismo produtor, até seu destino final. Amplia-se, portanto, o campo de atuação do profissional de arquivo e também a função dos arquivos na sociedade contemporânea.

Compreender a complexidade que envolve as práticas arquivísticas na atualidade e oferecer uma formação profissional condizente exige o desenvolvimento de um aporte teórico que traduza as necessidades informacionais da sociedade e sustente a realização de práticas eficientes. Nesse sentido, os fatores sociais que outrora conduziram a arquivística pelo caminho do empirismo mais recentemente têm pressionado para que seu fazer esteja pautado em um conjunto de princípios teóricos amplamente difundidos.

Arquivologia *versus* arquivística: a trajetória em busca de uma identidade

A arquivística tem sido levada a firmar sua identidade e para isso faz-se necessário fixar seu objeto e seus métodos e desenvolver uma linguagem própria, de forma que lhe seja permitido relacionar-se com as demais áreas do conhecimento, com igualdade de condições. A literatura revela, ainda, inconsistências no que diz respeito à natureza desse campo e de sua inter-relação com outras áreas.

O termo *archivística* teve na Espanha, com Antonio Matilla Táscon, seu primeiro estudioso referindo-se à ciência dos arquivos, cabendo a Tanodi sua propagação. A denominação “arquivologia” teria surgido no século XIX, “como uma técnica empírica para arranjo e conservação de arquivos”. Termos como arquivologia, arquivonomia e arquivoeconomia também foram utilizados na Espanha para referir-se a instalações e questões acerca da administração dos arquivos (Heredia Herrera, 1993, p.27-8).

A denominação arquivística foi consagrada em nível internacional por meio da publicação do *Dicionário de terminologia arquivística*, pelo Conselho Internacional de Arquivos, que define a área como

disciplina que trata os aspectos teóricos e práticos das funções arquivísticas. O termo inglês “*Archives Administration*” é conceituado como o estudo teórico e prático dos princípios, procedimentos e problemas relacionados às funções dos arquivos (Rodríguez López, 2009, p.380, tradução nossa).¹⁵

Apesar de ainda existirem controvérsias quanto ao uso dos termos “arquivística” e “arquivologia” para a designação da área, a maioria dos profissionais opta por arquivística. Cruz Mundet (2008, p.56) comenta que “arquivística” é uma influência dos autores norte-americanos e que, embora a literatura registre as duas opções, o termo é uma aceção universalmente reconhecida. De acordo com Rodríguez López (2009, p.383), o termo “arquivística” é usado praticamente em toda a Europa, mas, nos países da América Latina, é mais frequente o uso do termo “arquivologia” para designar a ciência da organização e conservação dos arquivos.

No Brasil, autores como Castro, Castro e Gasparian (1988), Rondinelli (2002), Smit (2003) e Fonseca (2005) reiteram o uso do termo “arquivologia”, provavelmente como reflexo da deno-

15 “Disciplina que trata los aspectos teóricos y prácticos de las funciones archivísticas. El término inglés *Archives Administration* se conceptúa como el estudio teórico y práctico de los principios, procedimientos y problemas concernientes a las funciones de los archivos” (Rodríguez López, 2009, p. 380).

minação legal dos cursos universitários da área. Nos países hispânicos, mantêm-se três denominações: arquivística, arquivologia e arquivonomia. No que se refere ao termo “arquivonomia”, parece haver consenso que não se aplica “como denominação global” para a área.

Essa mesma dualidade ocorre, por exemplo, no mundo latino, quando se tem *biblioteconomia/bibliotecologia* ou, no mundo anglo-saxão, entre *Librarianship* e *Library Science*. Assim, faremos o uso do termo “arquivística” e “arquivologia” como sinônimos, conforme indica o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Brasil. Arquivo Nacional, 2005), evitando um confronto lexical, que não é objetivo desta pesquisa. Até porque Vázquez (1996, p.124, tradução nossa) afirma que o termo “arquivística”, se usado como substantivo, pode ser considerado sinônimo de “arquivologia”, referindo-se ao “campo da arquivologia a partir do qual se aplicam seus princípios às tarefas profissionais e se experimenta novos métodos”.¹⁶

Cabe salientar, porém, que a discussão em torno do termo é gerada em função da necessidade de acomodação das novas perspectivas para os arquivos, diante de mudanças sociais, econômicas e administrativas. Representa uma evolução que incide sob a função dos arquivos, afetando os procedimentos desempenhados pelos arquivistas, que, por sua vez, são impulsionados a contribuir no processo de desenvolvimento teórico da área.

No *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Brasil. Arquivo Nacional, 2005, p.37), sob o verbete “arquivologia”, está a definição de uma “disciplina que estuda as funções do arquivo e princípios e técnicas a ser observados na produção, organização, preservação e utilização dos arquivos [...], também chamada de arquivística”.

Mas quando surge a arquivística/arquivologia? É difícil determinar precisamente o momento. Existem posicionamentos distintos entre os teóricos da área. Para Silva et al. (2002, p.94), ocorre a partir do século XVI, período no qual as rotinas arqui-

16 “Campo de la archivología a la que corresponde aplicar los principios de ella a las tareas profesionales y experimentar nuevos métodos.”

vísticas são embasadas por normas e princípios gerais. O autor defende a ideia de que “o ‘saber’ e a ‘prática’ estavam intimamente ligados desde as civilizações mais antigas. São duas realidades indissociáveis, mesmo na fase em que tal ‘saber’ ainda não encontrava suporte em textos regulamentares”.

Duranti (1993, p.9) defende que os primeiros sinais do nascimento da doutrina arquivística são encontrados na obra de Jean Mabbilon, sobre diplomática, publicada em 1681, quando se tratou da natureza e do relacionamento dos documentos com seu produtor. Esse mesmo posicionamento é compartilhado por Mendo Carmona (1995a), para quem as primeiras doutrinas da arquivística seriam encontradas na obra dos diplomatas, demonstrando esse vínculo original, que foi alterado somente com o surgimento do princípio de “procedência”, em 1841, que passou a validar o tratamento dos conjuntos de documentos, a partir da estrutura institucional. Esse princípio é considerado a base da disciplina arquivística e para Cruz Mundet (2008, p.53) é a partir da consolidação do princípio da procedência que nasce a arquivística.

Por outro lado, autores como Lodolini (1990), Heredia Herrera (1993), Thomassen (1999), Silva et al. (2002), Schellenberg (2002) e Cruz Mundet (2008) creditam ao manual de Muller, Feith e Fruin, datado de 1898, os atributos do que identificaria a arquivística como disciplina (Fonseca, 2008).

Ribeiro (2002, p.98) afirma que a arquivística é “um ‘produto’ recente, cujo nascimento remonta apenas a duas centenas de anos atrás, ou seja, a uma época que tem como marco inicial o acontecimento que, em vários níveis, alterou significativamente o mundo contemporâneo: a Revolução Francesa”. Desse momento em diante, a arquivística vem se configurando como uma área em constante expansão, desencadeada pela mudança na função dos arquivos, que passou de um lugar que apenas cuidava da conservação dos documentos a um serviço importante no âmbito cultural e científico.

Durante longo período, o desenvolvimento dos arquivos ocorreu de forma linear, sem grandes rupturas, procurando-se resolver

os problemas que apareciam, isto é, “buscando soluções pragmáticas para problemas que se iam revelando, ‘inventando’ métodos e modelos de organização de base lógica, racional e funcional, respondendo com procedimentos ajustados à complexidade das situações” para atender com eficácia às necessidades dos usuários (Ribeiro, 2001a, p.2).

Com o passar do tempo, as condições sociais, econômicas, tecnológicas e políticas mudam a forma de pensarmos as soluções para os problemas enfrentados pelas áreas de conhecimento. No caso dos arquivos, MacNeil (1994, p.7) indica uma mudança de paradigma quando comenta que tem sido necessário uma reavaliação da teoria arquivística, mais particularmente sobre a natureza dos *records*, bem como sobre o papel social das instituições arquivísticas diante das mudanças em relação aos direitos dos cidadãos.

Santana e Mena Mugica (2009, p.3) se apoiam em Bearman (1995) e Menne-Haritz (2003) para apresentar sinteticamente os dois momentos que marcam a evolução da arquivística. Em ambos os períodos, as autoras destacam algumas características principais em relação a objeto, objetivo e metodologia utilizada no tratamento dos documentos. Para elas, o primeiro momento é marcado pela sistematização do pensamento arquivístico e vai desde o *Manual holandês* até os anos 1980 e é denominado “etapa do paradigma estatal”.

Dentre as características do primeiro momento, estão o fato de serem aceitos como documentos arquivísticos apenas os documentos produzidos e recebidos por entidades vinculadas ao Estado; de o documento físico ser tratado como objeto físico, fixo e textual com a finalidade principal de servir de fonte documental para o desenvolvimento da pesquisa histórica e, por último, da arquivística se preocupar essencialmente em solucionar problemas relacionados à classificação e à descrição dos documentos (Santana e Mena Mugica, 2009). O outro momento se caracteriza por uma mudança de paradigma e vai desde a década de 1980 até os dias atuais, sendo identificado, pelos teóricos da área, de maneiras diferentes. Nesse período, novas mudanças acontecem devido aos intensos debates teórico-práticos promovidos no cerne da arquivística, provocados

pelo surgimento das tecnologias de informação e comunicação e da influência das ideias pós-modernas no desenvolvimento das ciências (Santana e Mena Mugica, 2009).

Santana e Mena Mugica (2009, p.12) destacam algumas características que marcam essa época, como: mudança no posicionamento do princípio de procedência como um “conceito virtual e flexível que reflete funções e processos realizados pelo produtor, dentro e por meio da constante evolução das organizações [...]”; a ordem original dos documentos passa por uma intervenção conceitual de *software* de modo a atender a diferentes propósitos e usos; os elementos que formam os documentos de arquivo deixam de ser fixos e passam a ficar dispersos em locais distintos, portanto, o conceito de documento fixo se submete a uma nova perspectiva, ou seja, de um dado conceitual ‘objeto’ controlado por metadados.

Na opinião de Thomassen (1999), no entanto, a publicação do *Manual holandês* marca a primeira ruptura na arquivística. A partir de então, se reposiciona a análise de documentos individuais proposta pela diplomática para uma análise de conjunto de documentos vinculados ao órgão produtor e à instituição de custódia. Isso leva a arquivística a ser vista como ciência auxiliar da História. Um novo momento para a área ocorre na etapa pós-moderna, a partir da qual a arquivística, na perspectiva do autor, passaria a ser considerada como ciência, com o mesmo nível de autonomia de outras ciências da informação ou da História.

Por um período relativamente longo, a arquivística se preocupou com métodos e técnicas de organizar os documentos de arquivo. Trata-se do período denominado arquivística tradicional ou, como prefere Ribeiro (2002), período no qual a área esteve sob o paradigma histórico-tecnicista firmado no final do século XIX.

A respeito desse período, Ribeiro (2002, p.100-1) faz uma síntese acerca de seus pilares:

– criação de “arquivos históricos” concebidos para conservar, gerir e possibilitar o acesso à documentação, essencialmente de caráter

patrimonial, cuja finalidade primeira é a de fonte para a historiografia;

- existência de um organismo estatal coordenador da política arquivística, voltada acima de tudo para a salvaguarda e a difusão do patrimônio documental;

- fundamentação teórica assente na noção oitocentista e instrumental de “fundo”, considerado objeto da disciplina, já que é entendido, as mais das vezes, como sinônimo de “arquivo”;

- princípios ditos “teóricos” baseados na evidência e no pragmatismo – os conhecidos “princípio de respeito pelos fundos”, ou “princípio da proveniência”, e “princípio da ordem original” –, não passíveis de confirmação ou refutação pelo trabalho de investigação científica, uma vez que não se inserem em um contexto de teorização cabalmente fundamentado;

- adoção de pretensas “teorias” como base de opções práticas meramente operatórias, como seja a chamada “teoria das três idades”, a qual tem servido para justificar separações artificiais do todo que são os arquivos, aduzindo a aplicação de técnicas e métodos diferenciados no tratamento da informação de diferentes idades, como se de realidades distintas se trate;

- valorização da componente técnica de uma forma excessiva, tendendo a confundir operações e procedimentos, como a descrição arquivística com o método da disciplina e enfatizando a normalização, em uma perspectiva redutora, que muitas vezes provoca desvios grosseiros na própria representação da realidade dos arquivos;

- assunção do “documento” como objeto material constitutivo do arquivo, patente nas expressões “gestão documental” ou “ciências documentais”, o que denota uma perspectiva com forte carga patrimonialista e historicista (não esqueçamos a frase “a História faz-se com documentos”), que não se ajusta aos novos desafios postos pela sociedade da informação, em que atualmente se inserem os arquivos.

Atualmente, se admite uma relação próxima entre a arquivística e a ciência da informação. Em comum, essas disciplinas têm o fato de trabalhar com a informação registrada, considerada objeto de estudo da ciência da informação (Smit e Barreto,

2002) e que também pode ser de natureza arquivística. O relacionamento entre essas áreas, de acordo com Fonseca (2005), resultou em algumas conquistas, especialmente para a arquivologia, dentre as quais destacamos: a inserção nos programas de pós-graduação da área de ciência da informação e o aumento da produção científica, disseminada por meio de canais formais, impressos e eletrônicos.

Fonseca (2005) admite falar em interdisciplinaridade entre a arquivologia e a ciência da informação. Entretanto, os termos em que ocorre esse relacionamento entre essas áreas não repousam em bases consensuais, conforme Marques e Rodrigues (2007, p.5) destacam.

Silva et al. (1999) e Mariz (2004), por exemplo, concebem-nas sob o enfoque sistêmico dos arquivos; Jardim e Fonseca (1995) constataam uma frágil interação entre as duas disciplinas, apontando relações mais voltadas para a pluridisciplinaridade; Pinheiro destaca que as relações interdisciplinares estabelecidas entre a arquivística e a ciência da informação resultam de um “equivoco entre interdisciplinaridade e aplicações” (1999, p.174-5); Gagnon-Arguin (1992) recorre à concepção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para reforçar as relações entre a ciência da informação, a biblioteconomia e a arquivística, sob o enfoque do objeto comum das três áreas: a informação registrada. Nessa mesma perspectiva, Rodrigues (2006) mapeia os esforços dessa instituição ao longo do tempo para a aproximação e possível harmonização dessas áreas. Em termos institucionais, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desde 1984, reconhece a arquivologia como uma das subáreas da área ciência da informação no Brasil (CNPq, 1984) e, mais recentemente, propõe uma classificação que diferencia nitidamente a arquivística da ciência da informação.

Por interdisciplinaridade, Japiassu e Marcondes (2001, p.105) entendem desde uma “simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e

da organização da pesquisa” e, dessa forma, é possível admitir que haja entre a arquivística e a ciência da informação uma relação dessa natureza.

A ciência da informação é definida como uma ciência social e interdisciplinar por natureza (Pinheiro, 1997, p.1),¹⁷ cujo objeto, na opinião de Smit e Barreto (2002, p.21), é a informação registrada e, diferentemente de outro tipo de informação, é mantido como estoque informacional em razão de sua utilidade ou missão e “passa a ter uma existência institucional e, portanto, social”. A condição de ciência social ganha notoriedade no século XIX, com a incorporação dos princípios baconianos e o método cartesiano em suas reflexões, permitindo a construção de uma forma de conhecimento historicamente conhecida como “ciência moderna” (Araújo, 2003).

Rabello (2009, p.12), ao comparar a ciência da informação em relação a outras ciências, afirma que se trata de uma ciência relativamente nova e que “a recente criação e institucionalização somada à premência hodierna de pesquisas na área da informação expressam sua pertinência social e disciplinar à medida que ainda se observam inúmeras possibilidades investigativas”. A nosso ver, uma das alternativas para a concretização desse campo investigativo decorre justamente de seu relacionamento com outras disciplinas, dentre as quais destacamos a arquivística.

Da mesma forma que alguns autores, como Silva et al. (2002) e Masson (2006), defendem que a arquivística é uma disciplina aplicada, inserida no âmbito da ciência da informação, outros, como Cruz Mundet (2009), consideram que a arquivística deve ser enquadrada nas ciências da administração, uma vez que a função dos arquivos está ligada à função administrativa. Lodolini (1993), por exemplo, afirma que a arquivística tem um conteúdo bastante amplo e que colocá-la entre as ciências da informação representa um retrocesso.

17 Em sua origem, a ciência da informação não estaria incluída na esfera das ciências sociais. Tal inserção ocorreu devido à necessidade de superar limites e impasses metodológicos, visando a um pensamento pautado pela complexidade. Esses desdobramentos são apontados por Araújo (2003) quando ele discute a natureza da ciência da informação enquanto ciência social.

Somos levados a admitir que se trata de uma nova fase para a arquivística, que, de acordo com Rodríguez López (2009, p.379), passou por três momentos distintos: como ciência auxiliar da História [...]; como ciência auxiliar da administração e, finalmente, como parte integrante das ciências da informação. Mendo Carmo-na (1995a) coloca nos seguintes termos os momentos pelos quais a área passou: até a Idade Média se praticava a arquivística empírica e, no período compreendido entre os séculos XVI e XVIII, a arquivística passa a ser vista como uma doutrina jurídica em virtude do destaque que se dá aos aspectos jurídicos dos arquivos e também como disciplina de caráter auxiliar, voltada para as necessidades de investigação da paleografia e a diplomática. Somente na metade do século XX a arquivística se consolida como campo de saber, e os fatos que contribuíram para que isso ocorresse, na opinião da autora, foram a propagação de manuais, o desenvolvimento da administração, o uso de diferentes tecnologias na produção e a reprodução de documentos, entre outros.

Mas existe uma questão que, a nosso ver, precede essa discussão sobre o tipo de relação da arquivística com outras áreas do conhecimento: trata-se de sua identidade enquanto campo do saber. Afinal, a arquivística é ciência ou disciplina? Na literatura arquivística há quem defenda tanto um quanto outro posicionamento e é nossa intenção discorrer sobre os argumentos apresentados na defesa de ambos os pontos de vista, com o propósito de compreender em que se baseiam os autores.

De modo geral, ciência e disciplina ganham diferentes definições. A palavra “ciência” vem do latim *scientia* e significa conhecimento. Sob a ótica positivista, define-se ciência como qualquer conhecimento ou prática sistemática e, mais restritamente, um sistema de adquirir conhecimento baseado no método científico, assim como ao corpo organizado de conhecimento conseguido por meio de tal pesquisa. Não é uma tarefa fácil definir ciência, e são muitos os tratados que abordam essa dificuldade.

Nagel (1972, p.35) entende que “a ciência expõe suas propostas cognitivas ao confronto repetido com dados observacionais crítica-

mente comprovativos, procurados sob condições cuidadosamente controladas”. Cabe à ciência discutir os princípios básicos dos fenômenos que ocorrem na natureza, descobrir as causas desses fenômenos e como eles influenciam nossa vida. Portanto, ciência é sinônimo de conhecimento, o qual se utiliza de técnicas especializadas para analisar, interpretar e fazer inferências na realidade (Michel, 2005, p.9).

Tanodi (1960, p.13-4) afirma que a configuração de uma ciência depende do cumprimento de alguns requisitos, como:

- 1) Ter um campo específico de investigação, um objeto.
- 2) Tal objeto deve ser investigado com fim determinado – procurar o conhecimento pelas causas, estabelecer leis universais ou investigar uma verdade.
- 3) Para atingir seu objetivo, toda ciência deve ter um método próprio.

Até a metade do século XIV, as ciências “técnicas”, ou artes, eram os nomes atribuídos ao que se convencionou, mais recentemente, chamar de disciplinas. De acordo com Pineau, existem dois campos semânticos para a palavra “disciplina”. Um deles estaria ligado à noção de ordem, vinculado à noção de submissão a regras; o outro estaria ligado à origem latina da palavra *discere*, que significa aprender, portanto, vinculado à noção de aprendizado de uma parcela do conhecimento (Sommerman, 2003). Nesse caso, o termo disciplina tem uma conotação curricular ou científica, e sua aplicação pode ser vista em Bourdieu (2001) e Morin (2005).

Para Bourdieu (2001), a disciplina é um campo até certo ponto estável e delimitado, que tem um nome reconhecido no âmbito escolar e, socialmente, está vinculada a instituições e laboratórios, a departamentos universitários, revistas, instâncias nacionais e internacionais, entre outros requisitos. Dessa forma, a disciplina está inserida no universo do conhecimento como categoria, já que “institui a divisão e a especialização do trabalho e responde à diversidade das áreas que as ciências abrangem. Embora inserida em um conjunto mais amplo, uma disciplina tende naturalmente à autonomia”. Tal autonomia é fixada por meio de uma “delimitação das fronteiras, da

linguagem em que ela se constitui, das técnicas que é levada a elaborar e a utilizar e, eventualmente, das teorias que lhe são próprias” (Morin, 2005, p.105).

Nessa perspectiva, também podemos citar a definição dada por McGarry (1999, p.146), para quem a disciplina é “um campo organizado de investigação à qual se dedica uma comunidade formada por pessoas qualificadas”. Também nesse caso, o termo disciplina remete à ideia de conhecimento disponível em dada ciência e que conta com o apoio de um conjunto de atividades organizadas para sua produção, com relativa dependência e autonomia de ação em relação à ciência à qual está vinculada. O objetivo da disciplina é facilitar tanto a apreensão dos conhecimentos desse estrato da ciência quanto sua aplicação.

Destacamos, a partir da leitura e análise de textos elaborados por alguns teóricos expoentes da literatura arquivística, os argumentos usados para justificar seus respectivos posicionamentos em relação à natureza da arquivística. Dentre os teóricos que defendem a área com uma configuração de ciência, destacamos Vázquez (1996, p.123-4, tradução nossa), para quem a *archivologia* como ciência da administração dos documentos e arquivos tem como objetos de estudo “[...] os documentos de arquivo e a ‘archivalia’, os arquivos e os sistemas de arquivos, os arquivistas e as associações de arquivistas, a arquivologia como ciência, seu campo, relações, usuários e método”.¹⁸

Outra renomada autora é Heredia Herrera (1993), que entende a arquivística como a ciência que tem por objeto os arquivos e cuja finalidade é fornecer informações aos produtores dos documentos e aos cidadãos em geral. Utiliza-se de procedimentos e tarefas como recolhimento, conservação, organização e disseminação dos documentos para atingir o fim proposto. O mesmo posicionamento é defendido por autores como Casanova (1928), Mendo Carmona

18 “[...] *Los documentos de archivo y la archivalia, los archivos y los sistemas de archivos, los archiveros y las asociaciones de archiveros, la archivología como ciencia, su campo, relaciones, usuarios y método.*”

(1995b), Schellenberg (2002), entre outros. Como argumentos na defesa de tal posicionamento, estes autores pontuam a existência de método, de princípios universais com conexão sistemática, como o princípio da procedência e, ainda, uma literatura científica considerável em diferentes línguas (Cruz Mundet, 2008, p.58).

Há quem diga, no entanto, que se trata de uma “ciência emergente”, como Tanodi (1960), Thomassen (1999) e Cruz Mundet (2008). Cruz Mundet, ao defender que a arquivística é uma ciência emergente, toma por base a existência de um objeto – os arquivos, considerados em suas duas dimensões –, fundos documentais e seu entorno; e de um método, “[...] composto por um conjunto de princípios teóricos e procedimentos práticos, cuja evolução constante a molda com maior nitidez”.¹⁹ E, por fim, possibilita que a informação documental seja recuperada para uso (Cruz Mundet, 2008, p.61, tradução nossa).

Um avanço quando comparamos com o posicionamento de Arad (1982), que afirmava não existirem modelos universais nem projetos significativos e que a investigação científica não era substancial. O autor afirmava que a literatura arquivística existente era descritiva e o número de trabalhos comparativos e analíticos publicados era insignificante.

Esse cenário muda a partir da década de 1990, quando foram feitos investimentos teóricos na área e, embora ainda se perceba que a área tenha carência da parte científica, no sentido mais estrito de ciência, autores como Rousseau e Couture (1998), Bahmer (1968), Ducharme e Rousseau (1980) apregoam a arquivística como disciplina (Cruz Mundet, 2008).

Para Rousseau e Couture (1998, p.284), a arquivística é uma disciplina responsável pela gestão da informação orgânica (arquivos). De acordo ainda com Couture (1994, p.6), a arquivística “[...] reúne princípios e métodos que regem a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a difusão e a conservação dos arquivos”. As convicções da autora se baseiam nas reflexões

19 “[...] Compuesto por un conjunto de principios teóricos y procedimientos prácticos, cuya evolución constante la perfilan con mayor nitidez.”

de renomados estudiosos, Jacques Mathieu e Martine Cardin, que categorizam os elementos constitutivos de uma disciplina em duas ordens: cognitiva e profissional. No nível cognitivo, os elementos indicados são princípios e métodos, a experiência e a produção científica disseminada em publicações científicas, bem como o reconhecimento de uma especificidade e um valor simbólico. Já no âmbito profissional, os elementos principais são a existência de associações de classe, o reconhecimento legal da profissão e o mercado de trabalho.

Atualmente, estamos diante de um panorama da área que busca um aprofundamento das questões de ordem teórica, uma exigência para a construção de uma identidade forte. Os teóricos se dividem. Há quem defenda a configuração de ciência para a arquivística, outros que defendem seu posicionamento no rol das disciplinas (Quadro 3). Cabe destacar que não fizemos distinção entre aqueles que a defendem como disciplina científica sob profundas transformações e os que a identificam como uma disciplina marcada pelo empirismo.

Quadro 3 – Abordagens em relação à configuração da arquivística

<i>Configuração da área</i>	<i>Autor</i>	<i>Argumentos</i>
<i>Ciência</i>	<i>Casanova (1928), Tanodi (1960), Heredia Herrera (1993), Mendo Carmona (1995b), Vázquez (1996), Thomassen (1999), Schellenberg (2002) e Cruz Mundet (2008)</i>	<i>Princípios universais Literatura científica Objeto próprio Métodos próprios</i>
<i>Disciplina</i>	<i>Bahmer (1968), Tanodi (1979), Ducharme e Rousseau (1980), Arad (1982), Couture (1994), Jacques Mathieu e Martine Cardin (apud Couture, 1994), Rousseau e Couture (1998)</i>	<i>Princípios e métodos próprios Normas Publicações Formação profissional Associações profissionais</i>

Diante dos argumentos usados para marcar os posicionamentos, é possível notar que a natureza da disciplina é caracterizada pela aplicabilidade dos conhecimentos gerados e de seu reconhecimento profissional.

No Brasil, de modo geral, vem se desenvolvendo o posicionamento de que a arquivística se insere no rol de disciplinas que, pela proximidade com a ciência da informação, participam da produção de conhecimento aplicável totalmente a um tipo de instituição, denominada arquivos. Conhecimento que, atualmente, tem sido disseminado por meio de textos publicados em periódicos científicos e em eventos em diferentes países, especialmente os do continente americano e europeu, cujas temáticas, em grande parte, refletem a necessidade de contribuir para o fortalecimento do *corpus* teórico da área.

Os canais formais de disseminação da produção científica da área vêm conquistando mais espaço, talvez como reflexo do contínuo esforço para o fortalecimento da atividade científica. Muitas das inovações e recentes reflexões no país são atribuídas à arquivística quebequense, que tem se mostrado das mais atuantes, tanto do ponto de vista científico como de produção teórica.

Em trabalho recente acerca da participação do Canadá, na trajetória da arquivística, Tognoli (2010) destaca os elementos históricos e conceituais da natureza da arquivística como área do conhecimento. Também discorre sobre as três abordagens distintas oriundas do Canadá, relativas às perspectivas de organização do conhecimento arquivístico, identificadas como: arquivística integrada, arquivística funcional ou pós-moderna e diplomática arquivística.

A arquivística integrada surgiu no Canadá, no final da década de 1980, e propõe a “reintegração da disciplina, em que a arquivística deve abordar o ciclo documental completo, dos documentos correntes aos permanentes”. A arquivística funcional ou pós-moderna, desenvolvida na parte inglesa do Canadá, tem como foco os “processos e os contextos de criação dos documentos e as relações dos usuários com os criadores dos documentos” (Tognoli, 2010,

p.13). Tal proposta teve a contribuição do inglês Hugh Taylor (1987-88), que incentivou os arquivistas a ter outro olhar sobre a proveniência de forma a reavivar o termo e seu sentido, bem como a adotar uma “nova forma de historiografia social”, que permitisse esclarecer a forma e o motivo pelo qual os documentos foram criados (Tognoli, 2010, p.68).

Por fim, a diplomática arquivística que é projetada a partir dos trabalhos de Luciana Duranti “engloba todo o corpo teórico e metodológico da diplomática clássica, e seu foco é a evidência documental” (Tognoli, 2010, p.14).

Para Tognoli (2010, p.112), tanto a arquivística integrada quanto a diplomática contemporânea não têm intenção de causar “rupturas de princípios e conceitos propostos desde o nascimento da arquivística enquanto disciplina”. Porém, a arquivística funcional, ou pós-moderna, “busca, por meio de rupturas, enriquecer e integrar a disciplina na realidade documental atual”.

Como é possível perceber, a área avançou muito até a entrada do século XXI; no entanto, ainda são necessários investimentos no campo teórico, para que o conhecimento arquivístico possa atender às demandas que surgem com o desenvolvimento social, econômico e político. Na sociedade contemporânea, as práticas realizadas nos arquivos precisam do respaldo técnico-científico, de forma que garantam o atendimento às necessidades informacionais, originadas de realidades sociais muito distintas daquelas no passado. Em todo ambiente, as tecnologias de informação tornam-se imprescindíveis para a realização das atividades humanas e sua proliferação exige mudança de estratégias e de metodologias por parte da arquivística, o que impulsiona a área na direção da construção de um novo paradigma, o pós-custodial.

Cook (1997) defende a necessidade de reconhecer as mudanças de padrões no discurso arquivístico e incorporá-las às práticas arquivísticas e, com base nessa premissa, sugere repensar conceitos teóricos básicos para o futuro, apontando cinco temas: mudança na própria razão pela qual os arquivos existem; na forma de garantia de evidência e transações a partir

da preservação da autenticidade e da confiabilidade dos documentos; nas fontes que alimentam a teoria arquivística que até então era os documentos individuais e passou a ser os processos ou o contexto de sua criação; na necessidade de os arquivistas intervirem para a manutenção das provas de evidência e confiabilidade dos documentos; e, por fim, no entendimento de que a teoria arquivística não deve ser vista com um conjunto de leis científicas imutáveis.

Nesse contexto, a arquivística se propõe a refletir sobre suas práticas, visando a superar as dificuldades advindas da multiplicidade de suportes e das mudanças no comportamento dos usuários, constantemente expostos às novas tecnologias de comunicação, desde a mais tenra idade.

Outra perspectiva acentua a técnica em detrimento da ciência. Ribeiro (2002, p.105) alerta que a arquivística precisa ser “repensada e (re)construída” sob pena de “não vencer o empirismo e o estatuto de disciplina técnica que a tem caracterizado”. A autora defende o paradigma científico-informacional no qual a arquivística estaria inserida na ciência da informação, tendo como objeto a informação de caráter social. Tal paradigma pode ser sintetizado a partir de três aspectos: eleição da “informação social” como objeto de estudo, uso da teoria sistêmica como ferramenta para compreensão do fenômeno informação e a aplicação do método quadripolar.²⁰

Com base na literatura científica analisada, nossa compreensão é de que é possível defender a arquivística como disciplina, entendendo que ela deve se basear na existência de amplo referencial teórico compatível para sustentar suas práticas e de instrumentos terminológicos que, mesmo precisando superar alguns problemas, respondam pela divulgação adequada dos resultados advindos de suas atividades. É necessário, ainda, que especialistas da área sintam-se responsáveis pelo avanço das discussões teóricas, de modo a promover constantes reflexões, à medida que avança a sociedade.

20 Para mais informações sobre o método quadripolar, ver Silva e Ribeiro (2002).

Neste sentido, a proposta do próximo capítulo é explorar como tem sido tratado o conceito de documento de arquivo e de informação arquivística, esse último encontrado na literatura como uma das dimensões do objeto de estudo da área que, a nosso ver, ainda carece de aprofundamento teórico.

2

O DOCUMENTO DE ARQUIVO E A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

O documento é uma fonte de informação e, ao longo dos anos, tem sido também objeto de estudo de diversos teóricos, especialmente da ciência da informação. Trata-se de um objeto que, por sua natureza e seus objetivos, requer constantes investimentos teóricos e práticos, capazes de indicar o tratamento adequado para torná-lo disponível. Essa disponibilidade, no entanto, encontra seus limites impostos, entre outros fatores, pela produção documental exacerbada, pela limitação legal, bem como pelas restrições impostas pelo mundo dos negócios.

No campo arquivístico, a literatura registra diversas experiências que discutem o processo de tratamento dos documentos de arquivo e que resultaram em êxito, consolidando o arcabouço teórico da abordagem dita tradicional. Nessa perspectiva, o documento de arquivo é o objeto de estudo privilegiado. No entanto, recentemente, tem surgido na literatura arquivística a discussão sobre uma mudança de paradigma¹ (Fonseca, 2005) da área e

1 Thomas Kuhn (1922-96), norte-americano, físico, historiador e filósofo da ciência,

a emergência de conceitos como o de “informação arquivística”, que vem requerendo a posição de objeto da arquivística.

Pretendemos, neste capítulo, discorrer sobre como os conceitos de documento de arquivo e de informação arquivística têm sido compreendidos, de forma a contribuir para a ampliação do debate sobre o objeto de estudo da arquivística.

A origem do termo documento

A etimologia da palavra documento é consensual entre os estudiosos que afirmam sua origem a partir do verbo *docere* e carrega o significado de ensinar ou instruir. Trata-se de um conceito polivalente que, na área de arquivologia, é compreendido como “unidade constituída pela informação e seu suporte” (Camargo e Bellotto, 1996, p.28).

Rodríguez Bravo (2002, p.77, tradução nossa), ao realizar um estudo etimológico do termo documento, indica autores espanhóis que afirmam haver correspondência semântica entre os verbos *docere* com *documentum*. No latim, a palavra *documentum* tanto pode ser entendida como algo que transmite conhecimentos como o que testemunha acerca de fatos. Nesse último caso, trata-se de “instrumento empregado pelo homem com o propósito de conhecer seu passado, compreender a realidade presente e ajudá-lo a projetar esse conhecimento em suas ações futuras”.²

desenvolveu sua teoria acerca da história da ciência entendendo-a não como um processo linear e evolutivo, mas como uma sucessão de paradigmas (modelos) que se confrontam entre si. Ele define paradigma como “modelo ou padrão aceitos”. Em seu livro *A estrutura das revoluções científicas* (1962), Kuhn sustenta a tese de que a ciência se desenvolve durante certo tempo a partir da aceitação, por parte da comunidade científica, de um conjunto de teses, pressupostos e categorias que formam um paradigma, ou seja, um conjunto de normas e tradições dentro do qual a ciência se move e se orienta. Os paradigmas adquirem seu *status* porque são mais bem-sucedidos que seus competidores na resolução de alguns problemas que o grupo de cientistas reconhece como graves (Neves, 2002, p.146).

2 “Instrumento empleado por el hombre con el propósito de conocer su pasado, comprender la realidad presente y ayudarle a proyectar ese conocimiento en sus acciones de futuro.”

O surgimento do documento é reflexo das necessidades do ser humano, tanto para garantir que as experiências vividas pelos antepassados sirvam de orientação para as ações futuras como para regulamentar as relações interpessoais ou atender às aspirações de natureza espiritual, intelectual e de lazer. Portanto, a história do documento é marcada por fatores religiosos, políticos, administrativos e literários (Rodríguez Bravo, 2002) e, ao longo do tempo, seu significado sofre variações. Em determinado momento da história, estava diretamente relacionado ao ensino de valores morais e éticos, outras vezes, como meio ou instrumento para conhecer fatos do passado (Rodríguez Bravo, 2002).

Na sociedade contemporânea, o documento é identificado como a informação registrada em um suporte, proposição com a qual, aliás, a maioria dos especialistas concorda. Porém, a complexidade escondida por trás dessa afirmativa tem levado vários teóricos a empreender esforços no sentido de compreender melhor suas nuances. López Yepes (2010) admite que a definição de documento ainda não está finalizada. O autor propõe a criação de uma teoria epistemológica que se configure como ciência do documento e, como tal, seja capaz de realizar o estudo integral da natureza dos documentos.

No final do século XIX e início do século XX, a Europa vivia um movimento que congregava pesquisadores, cientistas, bibliotecários e bibliógrafos que buscavam alternativas para responder ao aumento da produção impressa do conhecimento, ocasionado pelo desenvolvimento dos meios materiais de produção e o aumento do consumo. O movimento, conhecido como “Movimento Bibliográfico”, teve como seus principais representantes Paul Otlet e Henri La Fontaine e contribuiu, entre outras coisas, para a ampliação do conceito de documento, a estruturação das redes internacionais de cooperação para o recolhimento e a disseminação da informação, o estabelecimento de sistemas de tratamento e recuperação da informação, como compreendidos atualmente e a consolidação da documentação enquanto campo de estudo.

Os estudos de Otlet, sem dúvida, deixam lastros e, em particular, para Suzanne Briet e Michael Buckland, foram fonte de inspi-

ração para dar sequência a novos estudos. Guimarães (2008, p.35) afirma que a compreensão de Briet a respeito do documento segue na direção de que esses são “evidência concreta ou simbólica, registrada e conservada, visando a representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”. Nesse sentido, Briet defende que a compreensão do documento, no sentido pleno do termo, é condicionada por fatores temporais e espaciais.

A proposta de Buckland para a construção do conceito de documento é primorosa para a área. O autor argumenta que no documento existem “três pressupostos fundamentais: a materialidade (decorrente do registro), a intencionalidade (que confere valor evidencial ou probatório, em diferentes níveis) e o tratamento (como forma de garantir sua inteligibilidade e sua socialização)” (apud Guimarães, 2008, p.35).

Nesse contexto, o documento é posicionado como objeto de estudo da área da documentação (ou ciência da informação),³ a qual se propõe a realizar atividades que possam disseminar a informação ao maior número possível de pessoas. Dessa forma, o documento é entendido, basicamente, como uma informação registrada em um suporte que admite diversas abordagens e abre caminho para reflexões sobre sua natureza e propriedades distintas.

Vejam, pois, como essa configuração documental é abordada na diplomática, que, ao desenvolver-se em direção à gênese documental, se aproxima da arquivística como um recurso imprescindível para a compreensão e a organização dos conjuntos orgânicos de documentos.

O documento sob a perspectiva da diplomática como subsídio à dimensão arquivística

A despeito dos usos e objetivos de cada área, o documento é posicionado ora como objeto de estudo, ora como uma fonte de in-

3 É importante registrar que há quem discorde do posicionamento que defende a ciência da informação como uma evolução decorrente da área da documentação. Mais informações a respeito podem ser encontradas em Pinheiro (2005).

formação. Isso irá definir, de fato, as formas de análise, tratamento e organização desses documentos, na ótica das atividades humanas que se modificam ao longo do tempo.

López Yépes (2010) ao abordar o conceito e a evolução do documento contemporâneo, afirma que o estudo a respeito da natureza do documento tem, basicamente, duas perspectivas a ser seguidas: uma delas é de cunho antropológico e cultural, a partir da qual o documento é tratado como instrumento criado pelo homem com a finalidade de registrar fatos, ideias, sentimentos, informação, entre outros, além da sua capacidade de memória.

Outra perspectiva é aquela para a qual o documento é percebido como prova genuína de um fato histórico ou jurídico. Ambos os casos perpassam as diversas áreas que estudam ou utilizam o documento como fonte de pesquisa/informação, das quais destacamos neste estudo a diplomática e a arquivística. A confluência dos instrumentos teórico-metodológicos de ambas as disciplinas oferece a oportunidade de compreensão do documento arquivístico a partir de uma visão mais abrangente, ou seja, permite adentrar o universo contextual do documento em busca de conhecer sua gênese.

A diplomática é um campo de estudo que tem atuado como instrumental na análise de documentos de caráter governamental e/ou notarial “eivados de fé pública” e que, portanto, cumprem uma diagramação e uma construção material própria do contexto jurídico-administrativo de gênese, produção e aplicação (Bellotto, 2004a, p.45).

A origem da palavra “diplomática”⁴ está relacionada à palavra “diploma”, que significa que um escrito era dobrado em duas partes; na Antiguidade clássica se referia a “documentos escritos em duas tábuas, unidas por uma dobradiça, chamadas dípticos” (Rondinelli, 2002, p.42). Nasceu em razão da necessidade de “sistematização de procedimentos documentais frutos dos questionamentos advindos da crítica documental, à qual carecia de maior rigor formal vislumbrado pelo cientificismo” (Rabello, 2009,

4 Duranti (1995) afirma que o termo vem do latim *res diplomatica*, que se refere ao trabalho cujo tema foi análise crítica das formas do diploma (Rabello, 2009, p.104).

p.103, grifo do autor). Atualmente, tem função importante junto a disciplinas como arquivologia, direito e a história. Especialmente na arquivologia, a aplicação de seus métodos é essencial porque proporciona uma análise documental consistente e a representação do conhecimento arquivístico.

A diplomática tem por objeto de estudo o “testemunho escrito sobre um fato de natureza jurídica, redigido de acordo com certas formalidades destinadas a conferir-lhe autoridade, fé e força probatória”⁵ (Rodríguez Bravo, 2002, p.83, tradução nossa) ou, como entende Rabello (2009, p.111), “uma informação registrada e objetivada em um suporte, seguindo certas regras linguísticas e estruturais convencionadas pelo uso e pela demanda documental”, denominado documento diplomático.

Essa classe de documento consiste na materialização de um ato jurídico ocasionado por um fato administrativo ou jurídico de origem pública, na forma escrita. Como tal, o documento tem uma forma constituída por caracteres internos e externos, a partir dos quais é possível “diferenciar autenticidade, falsificação, procedência e forma de transmissão”. Essa forma reflete as estruturas políticas, legais, administrativas e econômicas, entre outros aspectos que modelam o contexto de produção e constituem parte (Rabello, 2009) fundamental para a representação do conteúdo do documento de arquivo.

Com base nesses aspectos, a diplomática procura identificar a autenticidade⁶ do documento, que é um atributo que atesta que o documento foi escrito segundo as práticas de determinado tempo e lugar, indicados no texto e firmados com os nomes das pessoas competentes para criá-los (Duranti, 1994; 1995). É preciso assinalar que a autenticidade do documento de arquivo, no entanto, implica não

5 “*Testimonio escrito sobre un hecho de naturaleza jurídica, redactado con arreglo a ciertas formalidades destinadas a conferirle autoridad, fe y fuerza probatoria.*”

6 Autenticidade é defendida por Duranti (1994, p.51) como o vínculo ao “contínuo da criação, manutenção e custódia”. Portanto, os documentos criados são autênticos, tendo-se em mente a necessidade de agir por meio deles; por isso, devem ser mantidos com garantias para futuras ações ou para informação. Os documentos são autênticos quando “mantidos e conservados sob custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados”.

apenas a análise do documento propriamente dito, mas também tomar cuidados arquivísticos quando do trâmite e com a identificação correta de sua procedência.

O percurso da diplomática é marcado pelas constantes mudanças no âmbito científico e administrativo. Rabello (2009), cômico dos riscos eminentes da tarefa de resgatar a trajetória da diplomática a partir de um referencial previamente selecionado, empenha-se nessa tarefa e a cumpre com propriedade. Então, nos servimos dessa construção para destacar que a consolidação da área como disciplina autônoma ocorre em quatro fases: a fase empírica, que se estendeu até o final do século XVII; a fase marcada pela busca da cientificidade no processo da crítica documental; a fase da inserção na academia; e, por último, a fase em que houve aproximação com a arquivística, logo após a Segunda Guerra Mundial. Nessa última fase, a diplomática oferece todo o arcabouço teórico e metodológico que dá condições de a arquivística promover o gerenciamento do documento de arquivo (Rabello, 2009).

Com o surgimento dos documentos contemporâneos, no entanto, os estudiosos foram impelidos a investigar novos recursos metodológicos que auxiliassem no cumprimento do objetivo da área. Duranti e MacNeil (1996, p.47) afirmam que, embora a diplomática tivesse um corpo de conceitos e métodos originalmente desenvolvidos nos séculos XVII e XVIII, com o passar do tempo evoluiu “para um sistema sofisticado de ideias sobre a natureza dos documentos, sua origem e composição, suas relações com ações e pessoas a eles conectadas e com o contexto organizacional, social e legal”.

Dessa forma, a diplomática passa a empregar seus princípios e métodos para a análise dos documentos contemporâneos, consistindo uma “reinvenção da diplomática pela arquivologia, com o objetivo de compreender os processos de criação dos documentos da burocracia moderna” (Rondinelli, 2002, p.45). Tognoli e Guimarães (2009) defendem que essa disciplina se divide em histórica e arquivística, sendo a última utilizada para auxiliar os arquivistas na compreensão do processo de gênese dos documentos contemporâneos.

A diplomática se une à arquivística em prol de melhorar a análise do conteúdo desses conjuntos, que, segundo Rodrigues (2008, p.200), é representada pela ação (registro) e a estrutura (fórmula que a valida). São informações imprescindíveis para determinar “o contexto em que foi produzido o documento e seu fluxo posterior no ambiente dos sistemas”, incluindo o arquivístico. Portanto, a relação entre a diplomática e a arquivística se configura como essencial, a ponto de se constituir em pré-requisito para a formação do arquivista com capacidade de reflexões críticas (Rodrigues, 2008, p.193).

Como pudemos observar, o eixo principal entre a diplomática e a arquivística é o documento ou, mais especificamente, a busca por uma compreensão abrangente das tipologias documentais em toda a complexidade.

Nessas condições, a diplomática tem contribuído sobremaneira na identificação de tipologia documental em arquivos (Rodrigues, 2009) e para organização do conhecimento arquivístico (Tognoli e Guimarães, 2009). A utilização do método diplomático em prol da arquivística torna possível compreender o contexto de produção do documento e a história da administração, ou seja, permite a análise dos documentos a partir das relações entre competências, funções e atividades do órgão produtor.

No campo da arquivística, realiza-se o estudo teórico e prático dos princípios e dos procedimentos relacionados às funções dos arquivos, que, por sua vez, são formados pelo conjunto de documentos produzidos em decorrência da necessidade de registrar funções e atividades de uma instituição, pública ou privada, ou de uma pessoa ou família.

O documento pode ser definido como um “conjunto constituído por um suporte e a informação utilizada para fins de consulta ou como prova”. E, mais especificamente, se denomina documento de arquivo aquele que “contém uma informação independentemente de data, forma e suporte material, produzido ou recebido por qualquer pessoa física ou jurídica e por qualquer serviço ou organismo

público ou privado, no exercício de suas atividades”⁷ (Rodríguez Bravo, 2002, p.83, tradução nossa).

Os documentos gerados pela administração, de modo geral, assumem formas variáveis e constituem diferentes tipos documentais, imprescindíveis para o desempenho das atividades administrativas e o cumprimento das funções organizacionais. Para extrair o máximo de seu potencial informativo, é necessário conhecer a estrutura física desses registros e se cercar de métodos que garantam agilidade e eficiência no acesso e na recuperação da informação e, ainda, na preservação do contexto de produção.

Na arquivística, a discussão acerca do documento se desenrola sob influência das tendências do desenvolvimento administrativo que se configura pela introdução maciça das tecnologias na execução das atividades cotidianas, pelo crescimento da massa documental e pela mudança no perfil dos usuários da informação. Nesse contexto, procura encontrar soluções para seus problemas, partindo de um conhecimento teórico mais amplo acerca das propriedades desse objeto de estudo, e, com isso, conquistar espaço no âmbito administrativo e acadêmico-científico.

Inúmeras discussões promovem a caracterização desse objeto e a conseqüente identificação de suas propriedades e dos princípios que determinam sua abordagem e seu tratamento. Porém, a dinâmica social traz constantes mudanças na configuração do documento, assim como na multiplicidade de canais de informação, proporcionada pelas tecnologias de comunicação e informação. Nesse cenário, visualiza-se um aumento na produção documental e a valorização da informação, trazendo conseqüências para os processos de tratamento e a organização dos documentos e das informações nas organizações, o que tem impulsionado a arquivística para um novo momento.

Mais recentemente, a área se concentra na organização e na conservação dos documentos enquanto conjunto organica-

7 “Conjunto constituido por un soporte y la información que contiene, utilizable con fines de consulta o como prueba.” [...] “Contiene una información independientemente de su fecha, forma y soporte material, producido o recibido por cualquier persona física o moral y por cualquier servicio o organismo público o privado, en el ejercicio de su actividad.”

mente estruturado, configurando uma mudança em sua história como área do conhecimento (Nuñez Fernández, 1999). Sob essa ótica, é importante reconhecer quais elementos o identificam como documento de arquivo.

O documento de arquivo: características e princípios

Os documentos, produzidos por instituições públicas e privadas, carregam em si uma variedade de elementos que os configuram como registro único das atividades/funções desempenhadas por aquelas e, como tal, podem ser categorizados e analisados visando a diferentes propósitos.

Galende Díaz e García Ruipérez (2003) afirmam que o conceito de documento é amplo e admite diferentes possibilidades de classificação, como: diplomáticos, notariais, históricos e administrativos. Tais categorias não são excludentes entre si e estão inseridas no conjunto de documentos que integram os arquivos.

No Brasil, a expressão “documento de arquivo”, no *Dicionário de terminologia arquivística*, remete ao termo “arquivo” e no dicionário editado pelo Arquivo Nacional o termo não é mencionado. Nesse último existe apenas um verbete para “documento”, o qual é definido como “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou o formato” (Brasil. Arquivo Nacional, 2005, p.73). Essa definição segue, de certa forma, a linha de raciocínio do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), que define o documento de arquivo ou documento arquivístico como “a combinação de um suporte e a informação registrada nele e que pode ser utilizado como prova ou para consulta” (Cruz Mundet, 2008, p.111-2).

Encontramos na literatura arquivística, no entanto, vários autores que definem o documento de arquivo com base em aspectos mais ou menos consensuais. Não é o caso de reproduzir todas as definições encontradas, mas algumas, para dar início à análise. Gutiérrez Muñoz (1982, p.20, tradução nossa), por exemplo, concorda que os documentos de arquivo são gerados de modo seriado e orgânico e, como

tal, definidos como “aqueles que foram produzidos ou reunidos por indivíduos ou por instituições em razão de funções e atividades que eles registram para atingir determinados objetivos”.⁸ Heredia Herrera (1993) define documento de arquivo como aqueles produzidos ou recebidos por uma instituição durante a realização de suas atividades e conservados como meio de prova ou fonte de informação.

Para Tanodi, documento de arquivo é um suporte contendo um texto fruto da execução de uma atividade administrativa, realizada em cumprimento de seus objetivos e função (Galende Díaz e García Ruipérez, 2003). Para Vázquez (1996, p.13, tradução nossa), o documento de arquivo também é “um suporte modificado por um texto que surge como resultado de uma atividade administrativa e que tem por finalidade comunicar uma ordem, provar algo ou simplesmente transmitir uma informação, útil para o trâmite”.⁹

Quando se define o documento de arquivo como um suporte que contém informação (texto) e que foi produzido, recebido ou reunido em razão das funções/atividades da instituição, isso poderia dar a entender que está incluído, nessa categoria, todo tipo de documento que contém informação e que seja produto das atividades organizacionais.

De acordo com Bellotto (1998b, p.52), o que diferencia um documento e o tipo de informação que ele contém é “justamente sua natureza, seus objetivos e seu uso”. Ainda segundo a autora, é o caráter probatório e testemunhal e o vínculo originário com os demais documentos e com a entidade produtora que diferenciam esse tipo de documento. Também são características desse documento, a proveniência e a organicidade (Bellotto, 2010). Nesse sentido, a especificidade do documento de arquivo é marcada pelo fato de ele ser naturalmente elaborado em decorrência das atividades administrativas, tanto do setor público quanto do privado. Sobre esse aspecto Rodríguez Bravo (2002) concorda quando afirma que o documento

8 “Los que han sido producidos o reunidos por individuos o por instituciones en razón de las funciones y actividades que ellos despliegan para conseguir determinados fines.”

9 “Un soporte modificado por un texto a él adherido que surge como resultado de una actividad administrativa y tiene como fin impartir una orden, probar algo o meramente transmitir una información, útil para el trámite.”

de arquivo possui um caráter testemunhal devido ao fato de sua origem ser involuntária. O documento surge como consequência natural dos procedimentos administrativos executados e revela, de modo privilegiado, fatos e informações acerca da administração.

É importante salientar que o conceito de documento de arquivo requer, entre outros aspectos, garantir sua especificidade e, para Rodríguez Bravo (2002), significa descobrir sua “alma orgânica”, ou seja, seu vínculo com outros fundos, séries ou processos e ser produto do exercício das funções legais de uma organização. A autora propõe que um aspecto distinto nesse tipo de documento seria a “rentabilidade”, a capacidade de instrumentalizar uma atividade prática e servir, simultaneamente, de testemunho e informação. Assim, dentre os elementos conceituais que determinam a especificidade do documento de arquivo estão sua origem e sua inter-relação com outros documentos da mesma procedência (Rodríguez Bravo, 2002). A autora indica, ainda, o caráter seriado do documento de arquivo como um aspecto que o distingue dos demais tipos de documentos. No entanto, essa característica vem sendo questionada porque, quando se realiza o mapeamento de processos administrativos, nem sempre a seriação documental está presente.

O documento de arquivo, pela perspectiva da arquivística, possui características próprias e integra “conjuntos internamente inseparáveis”, os quais testemunham o funcionamento de uma entidade e constituem a base sob a qual os princípios arquivísticos se desenvolvem e direcionam a arquivística à categoria de disciplina científica.

Essa dimensão de conjunto em um contexto funcional é regida, por sua vez, por princípios arquivísticos que preservam as especificidades do documento de arquivo, como: a proveniência, a unicidade, a organicidade e a indivisibilidade, como destacam Camargo e Bellotto (1996).

- Proveniência: Instituição ou pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda de documentos (p.63).
- Unicidade: Qualidade pela qual os documentos de arquivo, a despeito de forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto de origem (p.76).

- Organicidade: Qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas (p.57).
- Indivisibilidade arquivística ou integridade arquivística: Característica derivada do princípio da proveniência, segundo a qual um fundo deve ser preservado sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada nem acréscimo indevido (p.45).

Cruz Mundet (2008, p.97) relaciona as especificidades do documento de arquivo da seguinte maneira: possuem caráter seriado, originam-se no processo natural das atividades organizacionais e têm valor no fato de pertencer a um conjunto que se inter-relaciona. Dentre as especificidades indicadas pelo autor, as que se referem ao fato de os documentos originarem-se no desenvolvimento das atividades administrativas e pertencerem a um conjunto inter-relacionado, em nossa opinião, são as que realmente caracterizam esse tipo de documento, porque o caráter seriado também pode ser visto em documentos bibliográficos, como os periódicos.

Assim, o que diferencia um documento de arquivo de outro documento qualquer é o fato de ter sido produzido a partir de atividades repetitivas, decorrentes do cumprimento de uma função organizacional e compor um conjunto documental de valor inestimável por revelar, de modo particular, a instituição que o gerou. Podemos acrescentar a isso o fato de os documentos de arquivo não serem submetidos a publicação e, portanto, não se manifestam em múltiplos exemplares, serem únicos (Heredia Herrera, 1993).

Bellotto (1998b) entende que os objetivos e o uso podem determinar a especificidade do documento de arquivo e, nesse sentido, dependendo da fase em que se encontram, serão usados para finalidades distintas. Os documentos de arquivo podem ser usados como fonte de informação nas investigações de diversas naturezas nas mais diferentes situações, servindo como prova ou testemunho do funcionamento de uma instituição, mas servindo à administração como fonte de informação privilegiada para o processo de tomada de decisão.

Conforme Fuster Ruiz (1999), os documentos de arquivo podem ser identificados a partir de duas classes: os de natureza jurídica, que garantem direitos e deveres, e os de natureza administrativa, que, embora não tenham caráter jurídico, servem de testemunho autêntico e verdadeiro. Na condição de documentos tradicionais (geralmente em suporte papel), foram objeto de vários estudos e os métodos de tratamento e organização a esses aplicados foram discutidos e delineados ao longo de décadas, trazendo certa estabilidade de ordem teórico-prática para os arquivistas.

Diante dos posicionamentos que se evidenciam na literatura analisada, os traços distintivos do documento de arquivo foram sintetizados no Quadro 4.

Quadro 4 – Traços distintivos do documento de arquivo

Documentos de arquivo	Traços distintivos
Heredia Herrera (1993)	Origem natural, unicidade, não passíveis de publicação.
Romero Tallafigo (1994)	Origem natural, testemunho ou prova.
Vázquez (1996)	Origem natural, prova.
Fuster Ruiz (1999)	Testemunho, natureza jurídico-administrativa.
Rodríguez Bravo (2002)	Origem natural, caráter seriado, inter-relação entre documentos de igual procedência.
Cruz Mundet (2008)	Caráter seriado, produção natural, inter-relação com outros documentos.
Bellotto (2010)	Caráter probatório e testemunhal, vínculo obrigatório e originário com a entidade produtora, proveniência, organicidade.

No entanto, algumas dessas características têm sido colocadas à prova pela atual conjuntura. O mundo está em constante mudança; estamos experimentando o período identificado por

Cook (2001, p.7) como “pós-modernismo”, que, entre outras coisas, apregoa a contestação de verdades universais baseadas em princípios científicos.

Nesse sentido, Eastwood e MacNeil (2010) apresentam correntes teóricas que contestam as características de naturalidade, inter-relacionamento e unicidade que compõem o núcleo da abordagem tradicional de arquivo, privilegiada no continente europeu. Em uma perspectiva diferente, os arquivos são considerados produtos sociais e, como tal, sofrem influências em sua origem, natureza e propriedades.

Partindo do entendimento de que existe uma interdependência em relação às discussões entre arquivo e documentos de arquivo, os autores fazem uma reflexão a respeito das características de autenticidade e imparcialidade dos arquivos e ponderam que o conhecimento é verdadeiro até que se busquem outras respostas. Nesse sentido, defendem que os arquivos “não são fontes verdadeiras, mas traços de pensamentos, expressão e atividades interpretados para servir a interesses e propósitos específicos”¹⁰ (Eastwood e MacNeil, 2010, p.18, tradução nossa).

Diante dessas reflexões, os autores destacam a concepção dos arquivos como fruto de uma ação humana carregada de intenções, as quais estão impregnadas por necessidades e circunstâncias da organização produtora – fatores que colocam à prova a naturalidade do próprio processo de produção documental.

Assim, é possível compreender que estratégias e metodologias até então desenvolvidas para o tratamento dos documentos, em especial nos arquivos, vêm sofrendo alterações. Também muda o papel do arquivista, que passa de guardião “passivo” de documentos para responsável pela memória coletiva (Cook, 2001). No discurso teórico arquivístico, o foco passou do produto para o processo, da estrutura para a função, do arquivo para o tratamento, do documento para o contexto de produção, do resíduo natural da atividade administrativa para a construção consciente e a atividade mediática da memória social.

10 *“Are not sources of truth but rather traces of thought, expression, and activity that have to be interpreted to serve specific interests and purposes.”*

Soma-se a esse cenário a dinamicidade imposta pelo desenvolvimento tecnológico na criação dos documentos, em ambiente eletrônico, criando novos desafios para a arquivística, especialmente no que diz respeito à manutenção da proveniência, à preservação dos documentos e, ainda, à valorização da informação como recurso indispensável, sobretudo no segmento administrativo.

Nesse sentido, a construção e a adequação de conceito como o de documento é afetada de modo a se ajustar à realidade. No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos passa a entender o documento de arquivo como

[...] informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida ou recebida no decorrer das atividades de uma instituição ou pessoa, dotada de organicidade, que possui elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades (Brasil. Arquivo Nacional, 2004, art. 1º, § 1º).

As implicações decorrentes, especialmente da aplicação das tecnologias de comunicação e informação no que diz respeito ao universo documental, têm incitado a arquivística a buscar novas respostas para vencer os desafios interpostos.

A configuração do documento de arquivo na sociedade contemporânea

A vida moderna tem, em sua dinâmica, necessidades especiais, que requerem uma constante adaptação do ser humano. A aceleração do tempo e o excesso de informações e de atividades com as quais nos deparamos diariamente têm seus reflexos em nosso modo de viver. E são traços marcantes da sociedade do século XXI.

Com relação à informação e à comunicação, o cenário se caracteriza pelo aumento da produção de documentos em suportes variados usados no registro das informações geradas e, ainda, pela extrema

velocidade com que essas são produzidas e veiculadas para além dos limites fronteiriços. Basta um toque no teclado do computador e, pronto, acessamos um universo informacional fantástico, que pode ter sido acionado para esclarecer uma simples dúvida ou mesmo para descobrir a cura de um grave problema de saúde.

Em meio a esses avanços, a sociedade pode contar com o trabalho de profissionais da área da informação que desempenham a função mediadora entre as fontes de informação e aqueles que precisam dela. Ocorre que, assim como o perfil do usuário é influenciado pelas conjunturas sociais, as formas de registro, os processos de tratamento e a organização do documento também sofrem mudanças, na medida em que a sociedade evolui. Isso desafia os profissionais da informação à busca pela capacitação de forma que possam dominar as ferramentas utilizadas no tratamento e na organização do conteúdo informacional.

Os arquivos devem garantir que os documentos gerados sejam preservados como testemunho e prova incontestável dos procedimentos administrativos. Nesse sentido, tanto os documentos originados em ambiente eletrônico como os tradicionais (escritos) devem ser submetidos aos princípios arquivísticos. Importa, contudo, dizer que os documentos de arquivo são constituídos por informação registrada em um suporte, analógico ou digital, e se caracterizam como tal na medida em que são produzidos em decorrência da função de uma entidade e devem ser preservados durante seu ciclo de vida.

Do ponto de vista do documento tradicional, a configuração de arquivo e a forma de tratamento e preservação foram por muito tempo o foco da discussão na literatura arquivística. Atualmente, esse foco tem sido compartilhado com os documentos eletrônicos e as implicações para seu tratamento e organização.

Considerando que, em relação às definições de documento eletrônico, ainda não há consenso, convém esclarecer nossa posição a respeito. Para tal, buscamos respaldo em Marcacini (1999), que define documento eletrônico como “uma sequência de bits que, trazida por um programa de computador, seja representativa de um

fato”. Nesse sentido, Furlaneto Neto e Bellinetti (2008) entendem que documento eletrônico é colocado como gênero de uma classe de documentos, na qual o documento digital seria a espécie.

O documento eletrônico tem algumas peculiaridades que tornam a manutenção de sua fidedignidade e sua autenticidade uma tarefa mais complexa (Innarelli, 2007, p.23). Por exemplo, pode ocorrer a qualquer tempo a separação do suporte e do conteúdo ao se realizar o processo de migração da mídia para prevenir um possível dano ou em razão da “obsolescência tecnológica”. Na opinião de Rodríguez Bravo (2002), o fato de ser possível copiar o documento sem que ocorra perda de qualidade torna obsoleto o conceito diplomático de autenticidade.

Por outro lado, em matéria de preservação do documento eletrônico, surgem outras questões problemáticas, como a incompatibilidade de alguns parâmetros institucionalizados para os documentos não eletrônicos. Um exemplo é a preservação realizada por meio de atividades de acondicionamento, conservação, armazenamento e restauração dos documentos. No ambiente eletrônico, essas atividades continuam sendo realizadas, porém com um direcionamento mais acentuado no acesso que na garantia da integridade física do documento.

O documento eletrônico é formado por *hardware*, *software* e informação armazenada em suporte. Nesses casos, os documentos são gerados “por meio de sistemas informatizados através de dados contidos em sistemas gerenciadores de bancos de dados, por processo de digitalização e/ou diretamente com uso de um *software* ou sistema específico” (Innarelli, 2007, p.26-7). Nesse caso, Rodríguez Bravo (2002, p.172, tradução nossa) afirma que o suporte “é necessário para que o documento exista, embora não faça parte de seu significado”.¹¹

Em sua obra, Rodríguez Bravo faz uma extensa análise a respeito do documento, desde seu surgimento até sua configuração eletrônica, trajetória determinada pelo fato de o documento ser produto

11 “Es necesario para que el documento exista, pero ya no forma parte del significado del documento.”

da evolução social. Especificamente sobre as características do documento eletrônico, a autora apresenta vários pontos de vista, os quais pretendemos sintetizar nos seguintes termos:

- a produção é feita por meio de códigos binários;
- tanto a produção quanto a leitura requerem o uso de máquinas;
- possui interatividade ilimitada;
- a circulação depende da energia em bits;
- a estrutura do documento não é sequencial;
- é manipulável mais facilmente;
- pode ser modificado, acessado, transportado e multiplicado com mais facilidade;
- permite o acesso a distância;
- difusão ampliada pelas redes permitindo acessos múltiplos e simultâneos;
- difícil normalização e controle.

Trata-se de uma realidade que tem movimentado os estudiosos da ciência da informação, em busca de soluções apropriadas. Cotidianamente, surgem problemas com relação à confiabilidade dos suportes, à interferência do ambiente na preservação das mídias digitais, às perdas de documentos fundamentais para a preservação da memória da humanidade.

Portanto, a partir das especificidades do documento eletrônico é possível constatar que a responsabilidade do profissional de arquivo ganhou novos contornos e que o uso da tecnologia de informação e comunicação para a produção e conseqüente manutenção dos documentos é um processo irreversível. Esse fato trouxe certa fragilidade ao processo de preservação do documento, mas permitiu a valorização do conteúdo e a agilidade no acesso à informação. Nesse aspecto, o teor do documento agora é facilmente manipulado, acessado e comunicado. Por outro lado, o usuário desempenha um papel mais ativo no processo de localização, identificação e uso da informação. Tudo isso interfere diretamente na atuação dos arquivistas, exigindo

a utilização de novos procedimentos capazes de garantir a aplicabilidade dos princípios arquivísticos.

Em síntese, a aplicabilidade dos princípios arquivísticos sustenta um tratamento específico que visa a atender aos objetivos da arquivística como disciplina científica e, em relação aos documentos contemporâneos, esses princípios estão sendo revisitados. Alguns embates foram superados, outros, como a preservação eletrônica, ainda necessitam investimentos teóricos. O fato é que essa e outras questões movimentam a categoria profissional com a participação em eventos, publicação de material bibliográfico, realização de pesquisas etc.

De qualquer modo, o documento de arquivo, eletrônico ou não, em sua essência é uma informação registrada. Mas que tipo de informação o arquivo tem sob sua responsabilidade?

A questão da informação arquivística: traços distintivos

Certamente é impossível negar a informação como um recurso primordial. A sociedade tem experimentado um tipo de relação bastante complexa com as organizações, sobretudo no que se refere à recuperação da informação. Valentim (2007, p.16) apoia-se em Morin e Le Moigne (2000) para afirmar que a “sociedade da informação” depende do desenvolvimento organizacional, assim como as organizações dependem do desenvolvimento social, pois os atores são os mesmos, por isso esse universo é constituído de certa complexidade “auto-eco-re-organizadora”.

Informação é uma palavra cuja raiz vem do latim *informare*, que significa “ação de informar”, e tem recebido, por parte dos estudiosos de diferentes campos do conhecimento, múltiplas definições. Após a Segunda Guerra Mundial, qualquer coisa que a ser transmitida pelos canais elétricos ou mecânicos denominava-se “informação”. Muitas vezes, essa palavra é usada de modo indiscriminado, um uso geral que a torna vaga, significando apenas algo dito ou comunicado.

No campo da ciência da informação existem correntes teóricas que defendem uma “abordagem mentalista”,¹² para as quais “a informação é concebida como algo que está presente na mente em estado de compreensão, seja essa compreensão proveniente da leitura de um documento, seja de outros meios” (Frohmann, 2008, p.21). Outros, como Frohmann, citado, são da opinião que a informação deve ser vista sob o prisma da materialidade e isso é fundamental para informação de cunho social e público. O autor apresenta a materialidade da informação utilizando-se da perspectiva de Foucault quando discute os enunciados e as propriedades para sua medição (massa, inércia e resistência).

Não é o caso de aprofundar uma discussão acerca do conceito de informação, pois certamente existem muitas outras perspectivas de análise e outros caminhos teóricos para a definição e abordagem do conceito de informação. A intenção aqui é assumir o conceito de informação que usaremos como base, para então traçar um panorama acerca de como tem sido apresentado o conceito de informação no âmbito arquivístico.

Nesta linha de raciocínio, destacamos Buckland (1991) e Smit e Barreto (2002). No primeiro, encontramos respaldo para identificar a melhor forma de abordagem da informação. Para esse autor, o conceito de informação pode ser abordado de três maneiras: como processo, ato de informar alguém, o que gera mudanças; como conhecimento acerca de fatos ou eventos particulares; como coisa, atribuído para objetos da mesma forma que os dados o são para os documentos considerados como informação. Assim como sinais, dados e textos, outras representações e registros do conhecimento teriam presentes a substancialidade e a concepção da “informação como coisa”. O conhecimento dessa “informação como coisa” para Buckland (1991, p.19, tradução nossa), teria um propósito impor-

12 Correntes das ciências da cognição teriam contribuído para estabelecer algum vínculo entre digitalidade e imaterialidade, tal como quando são estabelecidas relações de equivalência entre representações mentais, conteúdos e formas proposicionais, a lógica formal e os algoritmos computacionais (Havelange, 2001 apud González de Gómez, 2009, p.119).

tante no que se refere a estudos e entendimento da informação, na perspectiva da comunicação e do conhecimento.

Tal avaliação de “informação como coisa” pode ser útil para trazer forma a este campo amorfo e para evitar limites simplistas e exclusivos baseados em tradições acadêmicas do passado.¹³

A proposta mencionada atende aos requisitos exigidos pela arquivística no tocante à configuração de seu objeto de estudo, porque garante a substancialidade que é colocada como condição *sine qua non* para os arquivos.

Da mesma forma, para Smit e Barreto (2002, p.21), o objeto informação, que está circunscrito ao universo do profissional da informação, “[...] faz parte do cotidiano de toda a humanidade, mas se diferencia daquela ‘informação’ do senso comum na medida em que o mesmo foi registrado e pode ser socializado”. O registro garante a portabilidade no espaço e a permanência no tempo, e é sob esses aspectos que se fundamenta todo fazer da arquivística. Entendemos que a materialidade é fundamental e, como tal, concordamos com Bellotto (1998b), que a informação é uma matéria que precisa passar por um processo de comunicação para que chegue a um receptor que irá usá-la.

Diante desses esclarecimentos, acreditamos ser possível adentrar no terreno do que entendemos por “informação arquivística”. Estamos conscientes de que é uma tarefa que impõe riscos e que alguns especialistas têm se empenhado em realizar, mas é perfeitamente cabível a produção de novas reflexões. Assim sendo, iremos procurar contribuir nesse sentido, trazendo à tona elementos que têm sido apresentados como aqueles que caracterizam e identificam esse conceito específico do ambiente arquivístico.

Primeiro, é preciso identificar de onde vem a proposta desse conceito para a área. Conforme já destacamos, a arquivística tem alguns desafios a vencer. De modo geral, é possível afirmar que existe uma

13 “That examination of ‘information-as-thing’ might be useful in bringing shape to this amorphous field and in avoiding simplistic, exclusive boundaries based on past academic traditions.”

tendência mais conservadora, que “encontra acolhida nos arquivos públicos europeus”, e outra mais contemporânea, representada pelas “escolas de ciência da informação de universidades dos Estados Unidos e do Canadá” (Jardim e Fonseca, 1998). Nessa última perspectiva, há um distanciamento dos conceitos tradicionais de arquivo e passa-se a valorizar o conteúdo informacional dos documentos (Garcia e Schuch Júnior, 2002).

Ribeiro (2002, p.101) identifica que, a partir dos anos 1980, algumas verdades até então incontestes foram colocadas à prova, expondo as “fragilidades e a inadequação da ‘teoria’, em face de uma realidade social e informacional que dá contexto aos arquivos”. Neste sentido, a autora destaca contribuições de diferentes partes do mundo, visando à construção de um novo modelo conceitual compatível para estudar um objeto “singular e multifacetado, com auxílio de um método consistente para construir esse conhecimento em toda a complexidade”.

Alguns autores, como MacNeil (1994), Delmas (2001), Keteelaar (2001), Cook (2001), Menne-Haritz (2001) e Ribeiro (2002), afirmam que a arquivística vem experimentando uma mudança de paradigma que se caracteriza pelo entendimento do arquivo como sistema; pela assimilação da perspectiva integradora das várias idades do arquivo; pela valorização da organicidade como elemento primordial do arquivo; pelo uso da análise funcional para compreensão do fluxo informacional no seio das organizações; e, ainda, pelo reconhecimento da informação social como objeto de trabalho da área. Dessa forma, a informação se confirma como uma das dimensões do objeto de estudo da arquivística.

É o que pensa Heredia Herrera (1993, p.31), para quem o objeto de estudo da arquivística tem tripla dimensão: arquivo, documentos e informação. Bellotto (2002, p.5) de modo um pouco distinto, separa o objeto da área a partir de uma perspectiva física e intelectual. Na primeira classe, o objeto é colocado como tendo três dimensões: o arquivo (conjuntos documentais), o documento em si e o arquivo como entidade. Na condição de objeto intelectual está a informação “ou, mais precisamente, os dados que possibilitam a informação”.

Rousseau e Couture (1998) afirmam que a informação é um recurso que deve ser organizado e tratado da mesma forma como os recursos humanos, materiais ou financeiros de uma instituição, e sua importância vem crescendo na medida em que aumenta a complexidade da sociedade e das organizações. Identificar onde encontrar as informações para melhorar os resultados dos processos administrativo é um desafio constante das organizações da sociedade moderna. Esse desafio passa, necessariamente, por reconhecer em que consiste a informação na qual trabalha o arquivista.

Em uma organização qualquer, é importante considerar que a informação seja pensada “como um todo gerido sistematicamente, coordenado, harmonizado, objeto de uma política clara, tal como de um programa alargado de organização e de tratamento” (Rousseau e Couture, 1998, p.62). É fato também que o contexto organizacional concentra uma diversidade de profissionais que lidam com a informação, e a integração entre esses passa pelo profundo conhecimento de cada profissional a respeito de seu objeto de trabalho. Então qual seria a real participação do arquivista nesse contexto? Essa questão leva imediatamente a outra: que tipo de informação está sob a responsabilidade desse profissional?

A compreensão do cenário se concretiza a partir de leituras como Rousseau e Couture (1998), que analisam como a arquivística deve se apresentar no processo de gestão da informação nas organizações e indicam os principais traços da informação de caráter arquivístico, apontados adiante.

Antes, porém, queremos registrar que a literatura da área já soma um significativo número de trabalhos que, desde os anos 1980, mencionam a expressão “informação arquivística”. Na literatura brasileira, destacamos alguns autores: Lopes (1996); Bellotto (1998a); Marcondes (1998); Marinho Junior e Guimarães e Silva (1998), Jardim e Fonseca (1998); Jardim (1999ab); Fonseca (1999); Calderon et al. (2004); Jardim e Fonseca (2004); Brito (2005); Cornelsen e Nelli (2006); Leão (2006); Moreno (2006); Oliveira (2006a/b); Andrade (2007); Indolfo (2007); Moreno (2007); Santos e Toutain (2007); Nascimento e Flores (2007; 2008); Santos, Innarelli, Sousa (2007);

Silva (2008a; 2010); Sousa (2009); Costa, Silva e Ramalho (2010); e Viana (2011). Alguns deles assumem a expressão como própria da área, outros a definem com base naquilo que lhes é mais peculiar, ou seja, o fato de serem geradas em decorrência das atividades realizadas por uma organização. Outros autores usam denominações como “informação orgânica” (Carvalho e Longo, 2002; Louzada, 2007), “informação arquivística” governamental (Silva, 2008c) e “informação orgânica arquivística” (Sousa, 2009).

Silva, (2010, p.12, grifo do autor) assinala que “a expressão informação arquivística emerge na literatura da área nos anos 1980, estabelecendo a abordagem informacional que inscreve o arquivo na dinâmica da importância que assume a informação na contemporaneidade”. Para Lopes (1996), até a década de 1990, o conceito “informação arquivística”¹⁴ era pouco conhecido na literatura mundial especializada. Esse conceito começa a surgir timidamente, mas no século XXI já é possível notar na literatura arquivística certa frequência do termo “informação arquivística”, o que sinaliza o “deslocamento paradigmático do objeto de estudo – do arquivo para a informação arquivística” (Silva, 2007, p.3).

No entanto, Lopes (1996, p.28) alerta que existem riscos quando se propõe um conceito novo para determinada área e argumenta que, ao se colocar a informação arquivística como objeto de estudo da arquivística, “é preciso detalhar sua natureza, peculiaridades (próprio, característico) e propriedades (qualidade especial, caráter)”. Fazem parte dessa categoria as informações administrativas e também técnicas ou científicas geradas a partir das atividades e das

14 Acerca do conceito de informação arquivística, Bellotto, faz a seguinte questão: A informação contida nos arquivos é administrativa, jurídica, contábil, científica, técnica, religiosa ou militar? Porque esse é o conteúdo dos documentos que se acham nos arquivos, segundo a especificidade desses arquivos, da área governamental, jurídica, militar etc. Portanto, o que chamamos “informação arquivística” seria porque a informação está no arquivo? Será que alguém denomina os ensinamentos que estão em um livro de medicina, de arte barroca ou de astrofísica como “informação bibliotecônica”, “informação bibliotecária” ou “informação bibliográfica”? (Essas informações foram obtidas por meio de contato pessoal com a pesquisadora.) Mais a respeito desse assunto, ver Bellotto (1998a).

funções de uma organização. A partir desses elementos, algumas questões pertinentes são: O que esse conceito representa na realidade de arquivística? Quais são suas principais características? Ou, ainda: O que realmente distingue uma informação “arquivística”?

Smit (2000, p.122) afirma que na arquivística a “informação fala sobre as instituições, suas atribuições e suas relações com os demais segmentos da sociedade ou pessoa [...]”. Lopes (1996, p.34) admite que as expressões “informação orgânica” e “informação arquivística” podem ser tratadas como sinônimos porque a característica de organicidade, nesse caso, é atribuída em razão de a informação pertencer à organização ou à pessoa que a acumulou e não exatamente em ter sido produzida no âmbito interno da organização. Assim, destaca como “subproposições” da informação arquivística:

- 1) a natureza atribuída da informação arquivística é específica, tratando-se de informações registradas em suporte definido, acumuladas por um sujeito que é, ao mesmo tempo, emissor e receptor;
- 2) a primeira propriedade da informação arquivística é sua organicidade, a sua relação umbilical com o produtor;
- 3) a segunda é sua originalidade;
- 4) a terceira é que podem ser avaliadas, de acordo com idade e uso;
- 5) a primeira peculiaridade da informação arquivística é a natureza limitada de seus suportes – convencionais ou eletrônicos;
- 6) a segunda refere-se à noção de acumulação de informações – produzidas ou recebidas – por um sujeito – pessoa ou organizações – com atividades e características cognoscíveis;
- 7) a terceira refere-se às atividades geradoras que podem ser administrativas, técnicas ou científicas.

Mas essas proposições distinguiriam suficientemente a informação arquivística de outros tipos de informação? A indagação é importante porque o conceito em tela está colocado na posição de objeto de estudo da arquivística. Dentre os autores que estudam esse tema, estão os que concordam com a condição de a “informação arquivística” se configurar em objeto de estudo da área, porque entendem que esse seria forçosamente o caminho da arquivística

contemporânea, batizada de arquivística moderna ou pós-custodial, a qual sugere “a análise e estudo dos arquivos, e também a substituição do atual objeto da arquivística (o documento) pela informação arquivística (Brito, 2005, p.37).

Cruz Mundet (2008, p.118-9) afirma que a informação arquivística pode ser identificada a partir das seguintes características: fruto de produção interna (no âmbito organizacional, produzida em função das atividades institucionais); ser previsível e possui regras para produção, uso e conservação. Portanto, a informação arquivística está subjugada ao documento que nomeia sua materialidade e é definida por Silva e Ribeiro (2002, p.37), como um

conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes), socialmente contextualizadas e passíveis de ser registradas em qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto etc.); portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada.

Silva e Ribeiro (2002), ao colocarem a informação no campo da materialidade, definem sua socialização e, conseqüentemente, seu uso. A abordagem que sustentaria a definição defende que a informação necessita de registro e, portanto, o uso racional dela estaria condicionado a sua representação.

Sousa (2009) indica que a informação arquivística tem como característica o fato de ser registrada em suporte material, somado ao fato de ser o resultado do cumprimento da missão da organização. “Esse tipo de informação recebe, então, o adjetivo orgânico, que a diferencia dos outros tipos de informação existentes nas organizações”. No entanto, Sousa (2009, p.29) afirma que “nem todas as informações orgânicas são de caráter arquivístico, pois essa qualificação é limitada em termos de suporte (convencionais ou eletrônicos).

Para Fauvel e Valetim (2008, p.238), a informação considerada de caráter arquivístico é “aquela gerada no âmbito interno ou externo à organização, relacionada a funções, atividades e tarefas organizacionais, ou seja, a informação arquivística tem peculiaridades e características específicas que a caracterizam claramente”, porém,

de acordo com os autores, a informação orgânica é um tipo de informação arquivística, sendo essa última mais ampla que a anterior.

Rousseau e Couture (1998, p.65), por sua vez, apresentam mais atributos ao que definem como informação orgânica:

Utilizada pelas unidades do organismo, quer pelo valor primário, a fim de decidir, de agir e de controlar as decisões e as ações empreendidas, quer pelo valor secundário, a fim de efetuar pesquisas retrospectivas que põem em evidência decisões ou ações passadas (para obter um suplemento de informação relativo ao valor primário ou secundário da informação orgânica [...]).

Uma nomenclatura distinta para esse tipo de informação que de acordo com Rousseau e Couture (1998, p.65) existirá somente nas organizações, diferentemente da informação não orgânica que existe também nas bibliotecas ou nos centros de documentação “[...] sob a forma de publicações, de bancos de dados ou de dossiês temáticos etc.”. De acordo com os autores, a informação orgânica é sempre registrada e dá origem aos arquivos organizacionais porque são informações elaboradas, enviadas ou recebidas no âmbito da missão de uma organização.

Conforme observamos na Figura 1, a distinção entre os tipos de informação consiste em, primeiro, separar em duas categorias, quais sejam a registrada e a verbal (oral). Na categoria verbal incluem-se apenas as informações não orgânicas, que podem ser em relação à organização, de natureza externa ou interna. Assim, dentre as informações registradas, existem as orgânicas e as não orgânicas, sendo que no primeiro caso encontram-se informações geradas no ambiente interno e externo à organização.

Na categoria de informações não orgânicas estão incluídas as informações verbais e as informações registradas de natureza externa, ou seja, aquelas que poderão ser encontradas no âmbito externo à organização (Rousseau e Couture, 1998). Nessa última categoria, os autores inserem as informações que integram tanto os arquivos (fundo não institucional) como outras

unidades de informação, como as bibliotecas e/ou os centros de documentação (Figura 1).

Depreendemos, portanto, que a organicidade atribuída à informação gerada no contexto organizacional está atrelada ao registro e ao modo de produção com que mantém um vínculo primordial.

De acordo com o *Dicionário de terminologia arquivística* no Brasil, organicidade é a “qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas” (Camargo e Bellotto, 1996, p.57). A definição de organicidade, mencionada no dicionário, aponta para a capacidade de o arquivo refletir a organização em suas diferentes dimensões, ou seja, a forma de organização e tratamento do conjunto de documentos produzidos revela as características da organização, a partir da qual foram gerados e/ou recebidos. Não se fala em propriedade dos documentos, embora isso seja consequência natural, nesse caso.

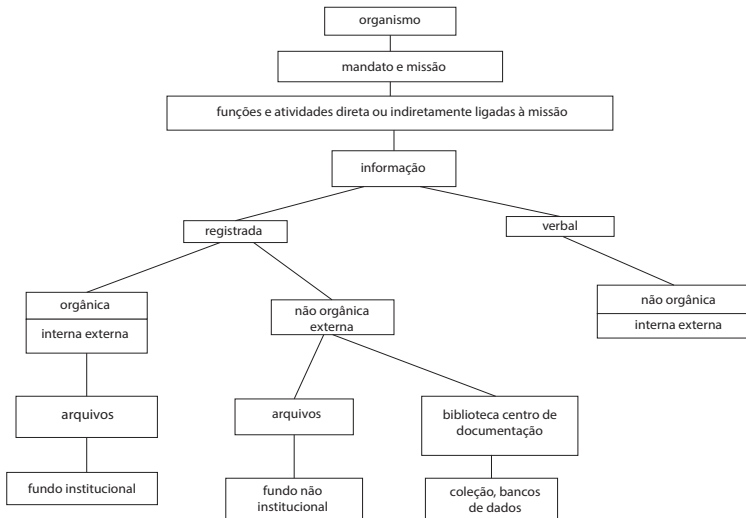


Figura 1 – Proveniência e natureza da informação no organismo

Fonte: Rousseau e Couture (1998, p.64).

Assim, documentos produzidos por outras instituições, mas que passam a fazer parte dos arquivos institucionais por força das

atividades desenvolvidas pela organização, são considerados documentos de arquivo e portadores de informação do tipo orgânica. Partindo dessa análise, podemos considerar que as expressões “informação orgânica” e “informação arquivística” são sinônimas e definem o tipo de informação gerada em decorrência do cumprimento da missão de uma organização por meio de suas atividades.

O Grupo de Pesquisas Internacional de Montreal, no Canadá (GIRA – Groupe Interdisciplinaire de Recherche en Archivistique), em atuação desde 1987, reúne nomes importantes da arquivística canadense e admite que o fundamento da arquivologia situa-se no seio da gestão da informação. A atuação desse grupo tem provocado reflexões da comunidade arquivística em geral, no sentido de conhecer “as especificidades do fenômeno informacional arquivístico, na busca da construção de um conceito de informação arquivística” (Fonseca, 2005, p.11). Esse reconhecimento passa pela identificação correta do fenômeno informacional que ocorre nos arquivos, a partir do conhecimento rigoroso de suas especificidades, dentre elas, os conceitos básicos que sustentam o fazer arquivístico.

O referido grupo faz uma distinção importante no âmbito da gestão da informação das organizações, identificando que existem informações orgânicas e não orgânicas. No primeiro, estão as informações elaboradas, expedidas ou recebidas no decurso das funções de uma organização. De outro modo, as informações não orgânicas são as produzidas à parte das funções da organização. Assim, as informações que interessam ao profissional arquivista seriam as pertencentes à primeira categoria, “informações registradas orgânicas”, que irão criar os arquivos (Fonseca, 2005, p.11).

No Brasil, percebemos que a maioria dos autores optou pela denominação “informação arquivística”, ainda que a partir de concepções distintas. Outros entendem que o conceito “informação arquivística” encontra-se em estágio de construção. E ainda outros, como Bellotto (2010, p.7), afirmam que se trata de uma expressão equivocada, “embora tenha caído no uso comum”. A autora levanta as seguintes questões:

Aquela informação que está no arquivo segue o que era desde o momento de sua criação – informação administrativa, jurídica, financeira, econômica, política, técnica, científica, artística etc. Não é arquivística. Um livro ou um artigo de revista científica sobre, por exemplo, o tratamento de câncer, por acaso é uma “informação bibliográfica ou bibliotecnômica”, porque está na biblioteca? Ou é uma informação médica, oncológica, científica?

Nesse sentido, cabe sinalizar nossa concordância com a autora sobre a inadequação da expressão. Mas qual seria a maneira de marcar as especificidades que envolvem o conteúdo informacional gerado no âmbito dos arquivos? As especificidades estão no conteúdo informacional dos documentos de arquivo e na constituição dos conjuntos documentais e o que revelam acerca da instituição produtora, quando preservados de acordo com os princípios arquivísticos.

As divergências existentes em torno do termo reforçam a fragilidade que ele enseja e indicam a necessidade de reflexões por parte da comunidade científica arquivística em geral. Nesse sentido, entendemos que o termo “informação arquivística” somente tem sentido se a informação estiver caracterizada de modo que revele sua singularidade. Para tanto, nossa pretensão é apresentar uma proposta de reflexão com base nos atributos dados por Lopes (1996, p.35) à informação arquivística.

A natureza atribuída da informação arquivística é específica, tratando-se de informações registradas em suporte definido, acumuladas por um sujeito que é, ao mesmo tempo, emissor e receptor.

Quando o autor afirma que a “informação arquivística” é acumulada ao mesmo tempo por emissor e receptor, não parece ser exatamente um aspecto exclusivo dessa categoria de informação. Esse caso se aplicaria à informação gerada por um pesquisador e publicada como artigo de periódico, por exemplo. Portanto, tomando essa propriedade isoladamente, não é possível caracterizar precisamente a informação dita arquivística.

A primeira propriedade da informação arquivística é sua organicidade, sua relação umbilical com o produtor.

Como já foi esclarecido, a organicidade pretendida por Lopes (1996) está baseada em entendimento distinto de que o conjunto de documentos reflete atividades e função da entidade produtora. Nesse sentido, os documentos estão inter-relacionados e testemunham a história da instituição.

Quanto às peculiaridades atribuídas à informação arquivística por Lopes (1996), destacamos “a noção de acumulação de informações – produzidas ou recebidas – por um sujeito – pessoa ou organizações – com atividades cognoscíveis” e a “natureza das atividades geradoras que podem ser administrativas, técnicas ou científicas”. Esses elementos, levados a rigor, são genéricos e não são capazes de distinguir a informação arquivística dos demais tipos de informação existentes em uma instituição.

Bellotto (2010, p.7) afirma que a expressão “informação arquivística já adquiriu proporções incontrolláveis e, portanto, de erradicação quase impossível” e, assim sendo, precisa assumir significado próprio.

Conforme Finatto (2002, p.74), “o enunciado que define uma noção, um processo ou um objeto é um elemento-chave na constituição e na veiculação do conhecimento especializado, tecnológico ou científico”. A autora destaca a importância da definição terminológica na atribuição de significados de termos ou expressões de uma técnica, tecnologia ou ciência.

Neste tipo de definição, há duas categorias basilares que remontam à tradição aristotélica: gênero próximo e diferença específica.

Gênero próximo é a porção da definição que expressa a categoria ou a classe geral a que pertence o ente definido. A diferença específica é a indicação da(s) particularidade(s) que distingue(m) o ente definido em relação a outros de uma mesma classe.[...]

Para que haja boa formulação de uma definição, é usual reconhecer como importante (e esperar) que tanto o gênero quanto a diferença

deem conta, juntos, de uma delimitação, tal que a definição possa ser aplicada a um referente particularizado. (Finatto, 2002, p.74).

Do ponto de vista da normatização existem várias questões a ser observadas, como a objetividade, a apresentação das características essenciais do objeto que se define, de forma a garantir a qualidade do enunciado.

A expressão “informação arquivística” não possui ainda definição com essas características. Para Silva (2010), “as concepções do que seja informação arquivística são diversas, mas podem ser aproximadas nas seguintes categorias: informação é o conteúdo do documento; informação é representação dos documentos ou metainformação; informação é o documento”.

Dessa forma, podemos entender que informação arquivística é um conjunto estruturado de representações factuais advindas das atividades realizadas por pessoa física ou jurídica, no exercício de sua função, e registradas em documentos de arquivo, elaborados em qualquer tipo de suporte e que têm como função servir à administração, à pesquisa e também ao cidadão na busca por seus direitos.

Esse tipo de informação é, por excelência, dependente da existência de um conjunto de documentos arquivísticos e cumpre seu papel na medida em que reflete de modo único a estrutura organizacional.

A utilização do termo, no entanto, se justifica na opinião de alguns autores, por ser “mais vantajosa à compreensão das funções arquivística, em relação ao conceito de documento” (Silva, 2010). Desse modo, o uso dessa expressão estaria mais apropriado com a perspectiva informacional defendida por alguns especialistas no âmbito internacional.

A título de síntese, elencamos os traços distintivos do conceito de “informação arquivística” a partir da perspectiva de alguns autores nacionais mencionados e que, ao usar a expressão informação arquivística, fazem algum tipo de comentário sobre o que entendem como tal (Quadro 5).

Cumpre-nos destacar que os aspectos que mais chamam nossa atenção em relação ao conceito de informação arquivística são,

primeiro, a proliferação do termo na literatura a partir de concepções diferentes, o que para configurar um objeto de estudo de uma área deixa a desejar. Uma organização gera e recebe uma quantidade significativa de informações que para seu processamento e uso depende de profissionais de várias áreas trabalhando em conjunto. Por outro lado, a informação a que se pretende atribuir o caráter de arquivístico é gerada institucionalmente servindo a diversos propósitos e requer uma abordagem consistente, capaz de gerar princípios e metodologias que auxiliem em sua compreensão enquanto objeto de estudo.

Mas, ao examinar mais detidamente os elementos que distinguem a informação arquivística, é possível fazer um resumo da seguinte forma: esse tipo de informação se destaca em função de um conjunto de elementos que permitem identificá-la como tal, somente se assim forem considerados, ou seja, a informação pode ser entendida como conteúdos registrados em documentos que foram criados, única e exclusivamente, em decorrência de uma função jurídico-administrativa desempenhada por uma instituição, e como tal são mantidos.

Quadro 5 – Elementos característicos do conceito de “informação arquivística” encontrados na literatura

Autores	Traços distintivos
Jardim e Fonseca (1992)	Contida em registros materiais organicamente produzidos a partir de atividades humanas e no arquivo em si, naquilo que o conjunto, em sua forma, em sua estrutura, revela sobre a instituição ou a pessoa que criou.
Lopes (1996)	Orgânica e de natureza específica. Original (relação umbilical com o produtor), limitada pelos suportes (convencionais ou eletrônicos). Geradas a partir do desenvolvimento de atividades de cunho administrativo, técnico ou científico.

Marinho Junior e Guimarães e Silva (1998)	Informação dita formal, extraída do conteúdo dos documentos.
Bellotto (1998a)	Produzida dentro do contexto do exercício das funções e dos objetivos a que se propõem as entidades. É orgânica e possui um caráter jurídico-administrativo ou relativo ao funcionamento das organizações e entidades.
Oliveira (2006b)	Representação registrada a partir de sua inserção em contexto administrativo.
Moreno (2006; 2007)	Produto de atividade institucional. Registrada em suporte. Resultado de ações e transações. Ser registrada em determinado suporte. Resultado de ações e transações da organização.
Sousa (2009)	Registro em suporte material. Resultado do cumprimento da missão organizacional.
Costa, Silva e Ramalho (2010)	Inscrita em documentos de diferentes suportes.
Silva (2010) Silva (2010)	Unidade materializada da informação na condição documental. Conteúdo do documento. Representação dos documentos ou metainformação – “informação é documento”.

A propósito, quando Fonseca (1999) destaca duas dimensões para a informação, sendo a primeira decorrente do documento arquivístico em si e a segunda contida no próprio arquivo, ou seja, aquilo que sua estrutura e sua forma revelam sobre a instituição ou as pessoas responsáveis por sua criação, o eixo comum está no fato de que em ambos os casos a necessidade do registro, somada à forma de produção, é fundamental para distinguir esse tipo de informação dos demais.

Assim como acontece com o termo “informação arquivística”, essa dificuldade em delimitar com precisão o objeto a que se refere também ocorre com outros termos da área. Essa fragilidade terminológica no âmbito arquivístico tem sido apontada como um obstáculo, sobretudo porque a consolidação da área como disciplina científica reivindica o uso de termos inequívocos, de modo a imprimir qualidade à comunicação científica.

Isso exige reflexões e discussões que podem, a nosso ver, ser iniciadas na sala de aula, terreno fértil para a construção de conhecimento. Nesse sentido, é preciso que os futuros profissionais sejam colocados em contato com essa realidade e incentivados a tornarem-se agentes ativos no processo de reflexão e construção de novos saberes.

Isso nos leva a outra questão: pensar a realidade do ensino arquivístico brasileiro, que foi construída de modo particular, alicerçada na prática. Ainda que, com o passar do tempo, essa configuração tenha sido modificada pela inserção da área no âmbito da ciência da informação, continua a sofrer mudanças decorrentes dos avanços da sociedade e da proliferação das tecnologias de informação e comunicação.

Para compreendermos sob quais bases o contexto acadêmico tem se constituído, achamos conveniente apresentar, no próximo capítulo, um panorama das características dos cursos de arquivologia do Brasil.

3

A TRAJETÓRIA DO ENSINO DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

A formação profissional do arquivista e o mercado de trabalho

O século XXI é marcado pelo mundo globalizado e pelo surgimento da chamada de sociedade do conhecimento. Essa globalização trouxe alterações substanciais no modo de vida das pessoas e, no trabalho, exigem-se adaptações rápidas às mudanças impostas pelas tecnologias. Para tanto, é preciso acionar a capacidade crítica e criativa das pessoas e, ainda, a disposição para estar permanentemente em processo de capacitação.

Diante desse cenário, a formação profissional se destaca como o meio privilegiado para preparar o profissional para enfrentar os desafios. Constitui-se, também, em grande desafio para a educação, formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, intelectualmente aptos a lidar com a complexidade do sistema produtivo.

A formação profissional é fruto de uma realidade desencadeada pela Revolução Industrial, que induziu a um crescimento econômico acelerado e culminou no surgimento do capitalismo. As forças produ-

tivas foram direcionadas para a maximização do lucro obtido pelos capitalistas e ocasionou, em um primeiro momento, a exploração extensiva de mão de obra e a progressiva inserção das tecnologias, alterando as relações sociais dentro e fora do processo produtivo. Nesse contexto, as instituições educacionais foram fundamentais para que houvesse adequação do processo cognitivo aos anseios da produção capitalista.

De acordo com Cunha (2009, p.97), a qualificação e o reconhecimento requerido do profissional para atuar junto à comunidade vêm do conhecimento obtido por meio da formação. “A formação é organizada e gerida pela profissão e constitui um dos traços característicos de cada grupo profissional”. Mas, quando nos referimos à formação profissional, é preciso que se diga que, no que tange à Academia, esse conceito fica longe de representar apenas o ensino do como fazer, ligado a uma concepção tecnicista e instrumentalista.

A partir da década de 1980 e principalmente a partir dos anos 1990, o ensino profissional investe na formação de competências. A formação torna-se mais centrada no desenvolvimento da capacidade de raciocínio e aprendizagem do aluno, de modo que esse aprenda a pensar.

A sociedade globalizada requer profissionais que tenham excelente desempenho e sejam eficientes no que diz respeito à utilização eficaz da informação e do conhecimento. É um mercado competitivo, no qual conhecimento e competência são fundamentais. Mas não é nossa intenção estender essa discussão, o que importa aqui é destacar como se configura, na atual sociedade, a formação profissional e o mercado de trabalho, especificamente, do arquivista.

Atualmente, a realidade documental informacional merece todo tipo de investimento, em especial no que diz respeito ao tratamento para garantir sua recuperação e o atendimento às necessidades informacionais da sociedade. É nesse âmbito que o arquivista tem a oportunidade de colocar seus conhecimentos à disposição dos cidadãos e fortalecer seu valor como profissional da informação.

Aqui cabe fazermos um parêntese para esclarecer o que entendemos por profissional de informação, o que não é tarefa simples, porque existem algumas questões a ser esclarecidas, como a falta de

uma definição universal da expressão “profissional da informação”. Alguns especialistas garantem que continua um conceito em processo de construção (Loureiro e Jannuzzi, 2005), porém as discussões se multiplicam e há quem afirme que essa designação abrange um grupo de profissionais que atuam com a informação existente nos mais diferentes locais, em suportes, abordagens e momentos distintos (Almeida Júnior, 2000, p.32).

Ponjuán Dante (2000, p.93) entende que se enquadram na categoria de profissional da informação “aqueles vinculados profissional e intensivamente a qualquer etapa do ciclo de vida da informação” e que “são capazes de operar eficiente e eficazmente em tudo o que é relativo à informação em organizações de qualquer tipo ou em unidades especializadas de informação”.¹ Assim, é perfeitamente cabível inserir o arquivista nesse grupo, pelo fato de a informação fazer parte de seu trabalho cotidiano, no que concordam vários autores, como Muller (2004), Mason (1990), Pinto e Ochôa (2006) e Kohl (1992). A opinião de Souza (2010) é que o arquivista ainda ocupa um lugar periférico nesse grupo.

Ribeiro (2004) afirma que o arquivista passou de um período no qual estava preocupado apenas com a questão patrimonial e cultural para um novo momento, criado pela revolução tecnológica e digital, no qual considera a dinâmica da informação interesse de seu universo de trabalho.

Todavia, no que diz respeito ao mercado de trabalho do arquivista, a literatura deixa a desejar, especialmente no que se refere à prática e seus desdobramentos ou aos próprios espaços de trabalho (Souza, 2010). Segundo a autora, cresce o número de vagas para arquivistas nas instituições públicas e também no setor privado, e a atuação deste profissional junto ao processo de gestão da informação orgânica já é parcialmente reconhecida como primordial, sobretudo com o advento da informática. Mas a tarefa de alargar suas fronteiras continua e, de acordo com Cunha e Crivellari (2004, p.41), “quanto

1 Outras definições do conceito profissional da informação podem ser vistas nos trabalhos de Guimarães (1997), Valentim (2002), Cunha (2009), Fonseca e Oddone (2010).

maior o poder de abstração teórica de uma profissão, mais sólida ela será no espaço social e no sistema profissional”.

O Conselho Internacional de Arquivos define arquivista como “aquele que tem sob sua responsabilidade o controle, o cuidado, a conservação e a administração dos documentos” (Oliveira, 2010, p.73). Nessa mesma linha de pensamento, outros autores definem o arquivista como o profissional cuja formação universitária que lhe assegura as devidas habilidades e competências para realizar a gestão de documentos (Jardim e Fonseca, 2003; Souza, 2010).

No entanto, essa formação, de acordo com vários estudiosos, possui deficiências (Bellotto, 2004b), como a incompatibilidade do mercado de trabalho e o “mundo universitário” e a “carência de maior consolidação das teorias, das normas, da evolução vertiginosa das tecnologias não acompanhada pelo mesmo ritmo no ensino e na aprendizagem”.

O fato é que a técnica e o conhecimento não permanecem estáticos diante do avanço tecnológico e das mudanças na conjuntura político-econômica. E isso é o que ocorre com a profissão do arquivista, que, no final do século XIX, após a Revolução Francesa, foi alvo de investimentos na formação universitária, com a criação de escolas específicas como a Escola de Munique e a École des Chartes. Também participaram desse processo de profissionalização as associações profissionais, sobretudo em alguns países da Europa, como França e Reino Unido (Ribeiro, 2004).

Couture, Martineau e Ducharme (1999) sintetizam a história da formação profissional em arquivística em três momentos distintos: “um longo período durante o qual a arquivística foi uma amazona solitária, uma breve fase onde a pesquisa de alianças consistia no *Leitmotiv* e, por fim, o decênio atual, no qual revisamos estas posições”.

Por muito tempo o arquivista foi visto como auxiliar do historiador, entretanto, as conjunturas políticas, culturais e socioeconômicas que “mediaram as duas guerras mundiais”, mais especificamente o desenvolvimento tecnológico, o crescimento da produção informacional e a valorização da informação administrativa para a gestão das instituições ocasionam uma ruptura entre os arquivos históricos e

correntes, de modo a estabelecer duas categorias de profissionais que lidam com um mesmo objeto de estudo e trabalho (Ribeiro, 2004). Esse modelo histórico-tecnicista que sustentou por muito tempo a prática arquivística e deu a ela a robustez necessária para se diferenciar das demais também serviu de entrave quando a sociedade da informação passou a colocar novos desafios advindos da evolução tecnológica.

Desde então, seu vínculo com as escolas de biblioteconomia e ciência da informação se fortaleceu. Conforme assinalam Couture, Martineau e Ducharme (1999, p.24), “[...] Esta corrente predominante na maioria das instituições de ensino, se bem que a amarração entre as formações (arquivísticas, biblioteconomia e ciências da informação) vêm suscitando vários problemas”. A aproximação entre estas áreas ainda não é uma questão muito bem resolvida, na opinião de alguns teóricos.

De acordo com Ribeiro (2004), a Unesco, juntamente com outros organismos internacionais, como o Conselho Internacional de Arquivos, a Federação Internacional da Informação e Documentação e a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas, posicionam-se a favor da harmonização biblioteconomia, arquivística e documentação e defendem que a arquivística encontra-se inserida nas disciplinas da informação, ou seja, na área da ciência da informação.

Ainda para Ribeiro (2004, p.110) a formação do arquivista deve estar alicerçada em suportes teórico-metodológicos da ciência da informação, com base nos seguintes itens:

- Combinar disciplinas nucleares da área da ciência da informação, de caráter obrigatório, com disciplinas de áreas interdisciplinares (ciências sociais e humanas, informática e computação, administração e gestão), que constituem complementaridade indispensável;
- Anular as separações artificiais entre pretensas especializações de “arquivo” e “biblioteca/documentação”, por não haver justificação do ponto de vista epistemológico;
- Fazer a síntese com a área dos sistemas (tecnológicos) de informação, uma vez que hoje a tecnologia é absolutamente indissociável da informação (em gênese, uso e preservação).

Dessa maneira, acredita a autora que o arquivista se encaixa no universo do profissional da informação e poderá atuar “em qualquer contexto orgânico produtor/manipulador de fluxo informacional” (Ribeiro, 2004, p.10).

Couture, Martineau e Ducharme (1999) relatam as dificuldades para o que eles chamam de “harmonização” na formação dessas disciplinas. Percebemos pela leitura de sua obra que a arquivística fica entre a individualização e a harmonização, ou seja, corre paralelamente um movimento de busca de sua própria identidade, enquanto outros preconizam as semelhanças na formação das disciplinas anteriormente mencionadas.

Embora a profissão do arquivista tenha nascido sob uma perspectiva diferente do que atualmente se pretende, essa formação vem sendo reavaliada em função de que é preciso rever os conteúdos curriculares e readequar o modelo formativo para que os arquivistas tenham condições de se ajustar ao mercado de trabalho. Souza (2010) indica um conjunto de três variáveis que definem o mercado de trabalho do arquivista.

A formação leva à obtenção de certas “habilidades e competências para realizar a gestão de documentos e informações arquivísticas todas as instâncias e para qualquer pessoa” (Souza, 2010, p.105, tradução nossa). Podemos encontrar no trabalho de Rodrigues e Marques (2009) uma síntese perspectiva dos autores espanhóis Martí Mauri e Perpinyà Morera (2008) e dos autores brasileiros Dumont et al. (2008) a respeito dessas habilidades e competências.

Com base nas competências específicas do arquivista e considerando que esse profissional “começa a se desvincular do perfil tecnicista para assumir o de produtor do conhecimento” (Oliveira, 2010), é plausível defender que a formação dele precisa estar embasada por uma fundamentação teórica rigorosa e consistente.

Não se trata apenas de adequar a formação do arquivista ao mercado de trabalho. Compartilhamos da concepção de Oliveira (2010) quando afirma que a existência da universidade não deve estar atrelada a formar mão de obra para o mercado de trabalho, e

sim a formar cidadãos. Nesse sentido, a programação de um curso deve ser ajustada de modo a capacitar pessoas a pensar criticamente o contexto onde se inserem e usar suas habilidades de modo criativo e eficiente em benefício do desenvolvimento social.

Panorama da formação arquivística no Brasil: elementos históricos

Na década de 1970, despontam no cenário brasileiro os cursos de formação em arquivologia e, na opinião de alguns especialistas, o momento era propício à criação.² No entanto, Jardim (1995, p.65) discorda desse favoritismo e acredita, inclusive, que foi um posicionamento precipitado em virtude da fragilidade do desenvolvimento cognitivo da época em matéria de arquivo. Esse fato, na percepção do autor, pode ter ocasionado os problemas de “ensino e pesquisa em arquivologia nas universidades brasileiras” (Jardim, 1995, p.61).

No entanto, a formação dos arquivistas originalmente não teve vínculo universitário. “Os arquivistas eram formados pelo Curso Permanente de Arquivos (CPA), ministrado no Arquivo Nacional desde 1960. O CPA era um curso de nível superior, reconhecido pelo então Ministério da Educação e Cultura (MEC), e teve, inicialmente, o intuito de formar funcionários para suprir as necessidades da própria instituição” (Oliveira, 2010, p.38).

A profissão de arquivista não foi reconhecida imediatamente e os primeiros cursos foram influenciados pela tradição europeia, ou seja, estavam voltados para os arquivos permanentes. Mas na atualidade “[...] as funções dos arquivos se expandiram, com as atuações mais dinâmicas e proativas”³ (Souza, 2010, p.111, tradução nossa).

2 Ver detalhes dessa perspectiva nacional em Marques (2007) e Souza (2010).

3 “*Las funciones de los archivos se han expandido, con actuaciones más dinámicas y preactivas.*”

No Brasil, a profissão surge devido à carência de qualificação dos funcionários do Arquivo Nacional, que forçou a criação de um curso técnico, o qual contou com a participação do eminente professor Boullier de Branche, diretor dos Arquivos de La Sarthe, da França (Marques e Rodrigues, 2010, p.6).

[...] Os cursos do Arquivo Nacional começam a funcionar em abril de 1959, com o Curso de Preparação do Pessoal Auxiliar de Arquivo, com duração de quatro meses e que se volta para o pessoal das repartições públicas dos institutos educacionais da época. Em setembro do mesmo ano, já com a presença do professor francês Henri Boullier de Branche, acontece o Curso de Aperfeiçoamento de Arquivo, “destinado não só aos servidores do Arquivo Nacional, como aos que terminaram o curso anterior e a todos os servidores lotados em setores de documentação”. Aproveitando a presença dele, o Arquivo Nacional ainda realiza dois cursos: um de treinamento intensivo, no primeiro semestre de 1960 e outro, no segundo semestre daquele mesmo ano, nos moldes do primeiro curso de 1959.

Com o passar dos anos, como resultado de muitos esforços e do amadurecimento da comunidade, a ideia de criação de um curso superior na área foi finalmente consolidada. Maia (2010, p.16-7) relata que foi a partir do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em 1972, que

novas vozes se ergueram em prol da concretização do sonho de implantação de cursos de nível superior e técnico para o profissional de arquivo. Dentre os ferrenhos defensores, podemos citar o prof. José Pedro Pinto Esposel, presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros, nas palavras proferidas na sessão solene de abertura do congresso, realizada nas dependências do plenário do Palácio Tiradentes, em 15 de outubro, e Raul Lima, diretor do Arquivo Nacional, no mesmo evento. Destaque há que se dar para a profa. Astréa de Moraes e Castro, com a apresentação de seu trabalho na segunda sessão, realizada em 17 de outubro, no Palácio Tiradentes, sob o título “A Formação e a Profissão do Arquivista no Brasil”, quando fez considerações sobre sua experiência

em países europeus e apresentou projeto que ofereceu ao Conselho Federal de Educação, propondo a criação do Curso Superior de Arquivos. Sugere o “currículum” para o referido curso e respectivos programas, fatos e procedimentos ocorridos e adotados em outros países, ressaltando os conhecimentos que o arquivista deve ter, por fim, anexando o parecer do relator do projeto, prof. Vicente Sobriño Porto, na Câmara do Ensino Superior, aprovado sob o n. 212/72, de 7 de março de 1972.

A implantação e a consolidação dos cursos de nível superior no país contou com o apoio do Arquivo Nacional, da Associação de Arquivistas Brasileiros e das universidades de modo geral. O primeiro curso superior no Brasil foi criado em 1977, no estado do Rio de Janeiro, fruto de um longo processo detalhado por Maia (2010) e que culminou na autorização do Conselho Federal de Educação para seu funcionamento, em 1972, e posteriormente na elaboração de um currículo mínimo, em 1974. O currículo mínimo foi abolido e foram estabelecidas as diretrizes curriculares básicas por meio da resolução CNE/CES 20, em 13 de março de 2002 (Oliveira, 2010).

Nestes mais de trinta anos foram abertos dezesseis cursos regulares de graduação para formação de arquivistas, sendo que a maioria surgiu a partir da década de 1990, e outros foram criados ainda na década de 1970 – o da Universidade do Rio de Janeiro (UniRio), em 1977, criado pelo Arquivo Nacional e que em suas dependências funcionou até o ano de 1979, quando passou a integrar essa universidade; o da Universidade Federal de Santa Maria (1977) e o da Universidade Federal Fluminense (1978).

Muitas são as conquistas alcançadas no campo do ensino, o panorama nacional e internacional se caracteriza pelas discussões no campo teórico, em busca de conhecimento, que é a base essencial na formação profissional. A arquivística brasileira vem se fortalecendo a cada dia, fruto do investimento de muitos profissionais que acreditaram na relevância da área. A trajetória desse campo do saber foi contada na obra de Castro (2008), uma das pessoas que muito contribuiu para a consolidação da arquivística no Brasil.

Grande parte da literatura arquivística nacional apresenta estudos que retratam a trajetória dos cursos no Brasil, bem como a necessidade de harmonização dos conteúdos programáticos com os demais cursos da ciência da informação e, mais recentemente, começam a surgir reflexões a respeito do impacto do mercado de trabalho sob a formação do arquivista (Souza, 2010).

Cabe ressaltar, no entanto, que mesmo com a criação de vários cursos de nível superior, a demanda não chega a ser plenamente atendida, não é possível oferecer tudo aquilo que o profissional necessitaria saber para fazer frente às exigências da sociedade contemporânea. Com relação às habilidades e ao papel dos arquivistas como categoria inserida no universo dos profissionais da informação, Oliveira (2010, p.46) apresenta em seu estudo um *ranking* que demonstra uma “combinação de conhecimentos técnicos multidisciplinares e habilidades pessoais” que dificilmente serão obtidos em um curso de graduação.

Não se trata apenas de quantidade de profissionais colocados no mercado de trabalho. A questão é discutir a qualidade do ensino oferecido e, em relação a esse aspecto, temos ainda algumas dificuldades. Gostaríamos de fazer uma análise parcial e, para tanto, seguimos os parâmetros delineados por Couture, Martineau e Ducharme (1999), especialmente no que diz respeito aos elementos pedagógicos e de organização. Partimos do princípio que as dificuldades relatadas pelos autores acerca da formação do arquivista, no Brasil, não são muito diferentes das enfrentadas por outros países. Os problemas se repetem, vão desde a falta de recursos humanos especializados atuando na formação desse profissional até a carência de um *corpus* teórico para sustentar o ensino e o desenvolvimento da disciplina arquivística com excelência.

No trabalho de doutorado de Souza (2010) foi elaborado um panorama do exercício profissional do arquivista no Brasil, que recebe uma formação diferenciada da europeia e da norte-americana. Foi observado que essa formação é caracterizada “por preparar um profissional dotado de conhecimentos teóricos e

habilidades para atuar nas três fases do arquivo”⁴ (Souza, 2010, p.113, tradução nossa). A autora fez um levantamento minucioso acerca da formação dos arquivistas; e, para subsidiar nossa análise, pretendemos apresentar de forma resumida o que, a nosso ver, é essencial para entender melhor como os arquivistas são preparados para o mercado de trabalho.

Apresentaremos, na próxima seção, informações sobre as características dos cursos no Brasil, enfatizando elementos que dizem respeito ao sistema de ensino, como: o perfil do quadro docente e o conjunto de disciplinas que integram a proposta pedagógica, sobretudo aquelas que abordam os conceitos elementares para o desenvolvimento profissional de qualidade.⁵

Escolas de arquivologia

Os cursos estão distribuídos nas regiões Sudeste, Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste, sendo Sul e Sudeste as que possuem maior concentração de cursos (cinco). O estado do Rio Grande do Sul possui três cursos e o Rio de Janeiro e a Paraíba, dois cursos cada, conforme discriminado no Quadro 6.

Quadro 6 – Distribuição geográfica dos cursos de arquivologia do Brasil

Região	Estado	Universidade/Sigla	Ano de criação
Sudeste	RJ	Universidade Federal Fluminense (UFF)	1978
		Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio)	1977

4 “Por preparar un profesional dotado de conocimientos teóricos y habilidades para actuar en las tres fases del archivo.”

5 O projeto de doutorado de Souza (2010) consiste em uma análise acerca da formação profissional, abrangendo a graduação e a pós-graduação em arquivologia no Brasil.

Sudeste	ES	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	1999
	SP	Universidade Estadual Paulista (Unesp de Marília)	2003
	MG	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2008
Sul	RS	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	1976
		Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1999
		Fundação Universidade do Rio Grande (FURG)	2008
	PR	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	1997
	SC	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2009
Nordeste	BA	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1997
	PB	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	2006
		Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	2008
Norte	AM	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	2008
Centro-Oeste	DF	Universidade de Brasília (UnB)	1990

Fonte: Souza, 2010, p.116.

Souza (2010) fez um levantamento exaustivo da situação do ensino no Brasil e constatou que a maioria dos cursos oferece vagas no período noturno e que o sistema de ingresso é por meio do vestibular, por transferência facultativa e obrigatória, por sistemas específicos de avaliação dos alunos ou, ainda, por sistemas de cotas para negros (Souza, 2010).

A respeito do corpo docente dos cursos, a maioria é do sexo feminino e possui titulação mínima de mestrado ou doutorado, conforme

indicado no Quadro 7. Em alguns cursos, é possível observar que grande parte dos docentes de graduação tem formação em biblioteconomia, mas essa situação vem sendo alterada. Existe, atualmente, um contingente significativo de professores com formação em outras áreas do conhecimento compondo o corpo docente dos cursos de arquivologia. Essa também é a realidade em termos de pós-graduação. A maioria dos docentes do curso direciona seus estudos para a área de ciência da informação, mas muitos estão se lançando em áreas como a educação, a administração e a história, entre outras.

O universo de professores com experiências em diferentes áreas do conhecimento é interessante para a formação do arquivista. Porém, é fundamental ter no quadro docente arquivistas, o que em alguns cursos não acontece.

Considerando a extensão territorial nacional, o número de cursos de graduação é ainda bastante reduzido e poucos são os egressos que investem na carreira acadêmica; muitos têm preferido a atuação no âmbito empresarial. Ainda é grande o número de professores atuantes nos cursos de arquivologia que possuem formação básica em biblioteconomia; e, se por um lado esse fato pode ser preocupante, por outro pode representar uma experiência importante, na medida em que as áreas compartilham de problemas semelhantes. Em levantamento feito recentemente por Marques e Rodrigues (2008, p.11), percebe-se que esse perfil docente está mudando, fruto da própria dinâmica inscrita no cotidiano acadêmico-profissional.

Quadro 7 – Titulação dos professores de arquivologia*

Instituição	Sexo		Titulação máxima					Observação
	F	M	G	E	M	D	PD	
UFSC	16	3		-	5	14		
FURG	7	-	1	-	5	1		
UFSM	10	6	-	-	9	6		1 sem identificação

UniRio	3	6	-	-	3	4		2 sem identificação
UFBA	20	7	-	-	18	9	1	
UnB	11	2	-	-	1	12	1	
Unesp	15	5	-	-	4	16	2	
UFMG	24	18	-	1	6	35	6	
UFES	8	7	-	4	2	7		2 sem identificação
UFF	18	3	-	1	8	12		
UFRGS	22	4	1	3	10	12		
UEL	12	10	-	2	7	13	1	
UEPB	8	10	-	1	7	6	1	4 sem identificação
UFPB	25	8	-	-	19	14	1	
UFAM	7	1	-	2	5	1		
Total	205	93	2	14	110	163	13	9 sem identificação

* Os dados foram coletados em abril de 2011, a partir do site dos cursos.

Atualmente, é mais fácil encontrar professores que atuam no curso e são formados em arquivologia. Um fator que contribuiu com essa situação foi o crescimento do número de cursos de graduação que colocam no mercado de trabalho um contingente de profissionais em condições de atuar na área acadêmica. No entanto, a maioria dos professores ainda é formada em biblioteconomia ou em história, áreas que desde o início têm importante participação na história da arquivologia.

A pesquisa, assim como a constante busca por capacitação, traz resultados satisfatórios para o desenvolvimento da função do arquivista. Da mesma forma, é preciso estar atento aos currículos, no sentido de realinhá-los com as tendências gerais do conhecimento, superando conceitos que se tornam ineficazes para a realidade. Nesse sentido, Jardim (1992, p.257) há algum tempo defende que é

importante não somente formar, mas “requalificar profissionais de arquivologia que possam desempenhar-se da gestão de recursos da informação, respondendo em níveis teórico, metodológico e organizacional às diversas questões provocadas pelas novas tecnologias da informação”.

Para Sousa (2008, p.14), a formação do arquivista deve estar pautada na construção do conhecimento, em uma relação entre o saber e os pressupostos da elaboração do saber. O autor afirma que o sucesso da formação profissional depende da “articulação entre teoria e prática, conhecimento e realidade e ensino e pesquisa” e a responsabilidade das escolas de arquivologia, a partir das competências divulgadas pelo Ministério da Educação, é a de oferecer a “formação de um profissional capaz de responder às demandas de seus contemporâneos de forma eficiente, de formular, executar e avaliar políticas, planos e projetos e de desenvolver e utilizar novas tecnologias” (Sousa, 2008, p.9).

Tais competências estão explicitadas nas diretrizes curriculares especificamente para os cursos de graduação em arquivologia do país, estão regulamentadas por meio do Parecer CES 492/2001 (Brasil. Ministério da Educação, 2001) e da Resolução CNE/CES n. 20, de 13 e março de 2002 (Brasil. Ministério da Educação, 2002). Na resolução são explicitados os itens que devem constar no projeto pedagógico, dentre os quais a indicação dos conteúdos curriculares de formação geral e específica indicados pelas universidades. Destacamos, dentre os elementos que devem incorporar o projeto pedagógico dos cursos de arquivologia, os conteúdos curriculares de formação geral e os conteúdos de formação específica.

As competências gerais que serão contempladas no projeto político-pedagógico dizem respeito à capacidade do profissional em:

- identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento;
- gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- formular e executar políticas institucionais;

- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- responder a demandas de informação produzidas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo (Brasil. Ministério da Educação, 2001).

As competências de caráter específico dão conta de preparar esse profissional para:

- compreender o estatuto probatório dos documentos de arquivo;
- identificar o contexto de produção de documentos no âmbito de instituições públicas e privadas;
- planejar e elaborar instrumentos de gestão de documentos de arquivo que permitam sua organização, avaliação e utilização;
- realizar operações de arranjo, descrição e difusão.

Sob esses elementos, Sousa (2008, p.10) indica que deve existir um equilíbrio, de forma que o núcleo básico seja constituído por disciplinas que poderão ser compartilhadas com os demais cursos da área de ciência da informação, na proporção de 50%, e também haja um rol de disciplinas e atividades complementares que permita uma formação diferenciada dos alunos.

Nessa linha, as universidades brasileiras têm a liberdade de indicar disciplinas diversas para compor o projeto pedagógico que atenda às necessidades locais e regionais. Vale frisar que o aprofundamento dos rumos desses avanços no ensino da área tem sido alvo de discussões teóricas, a exemplo da I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, que ocorreu em Brasília, em junho de 2010.

Os resultados desse movimento é uma busca pelo fortalecimento da identidade científica da arquivologia e o fato de que alguns paradigmas estão sendo colocados à prova. No âmbito internacional, embora a realidade da formação profissional tenha prosperado no que se refere ao número de cursos e de profissionais formados, a base dessa formação ainda se depara com desafios relevantes para que a inserção do profissional no mercado de trabalho seja plena e totalmente cabível.

Jardim (1992) acredita que a superação das lacunas na arquivologia brasileira somente será possível com a união de “profissionais de diversas instituições públicas e privadas, bem como de cursos de arquivologia”, visando a desenvolver estudos e propostas básicas, como no campo da gestão arquivística de documentos eletrônicos, que ainda enfrenta diferentes problemas.

Estamos, no momento, entre a busca de uma identidade específica e a constituição de um espaço comum às disciplinas da informação. Isso certamente reflete na forma como os teóricos compreendem a natureza e os objetivos dos arquivos.

Os arquivos pertencem ao rol das unidades de informação, que se apresentam como espaços de trabalho categorizados a partir do gênero documental e da natureza dos acervos. Nesse sentido, a ênfase na formação recai sobre as funções relacionadas ao processo de gestão documental e “os aspectos que dizem respeito à difusão dos acervos, aos produtos elaborados, à questão da pesquisa arquivística e dos usuários revelam, ainda, pouca relevância”⁶ (Souza, 2010, p.70, tradução nossa).

Por outro lado, chama a atenção de Sousa (2008, p.9) o fato de não constar nas competências do arquivista ditadas pela nova lei de diretrizes curriculares a informação como objeto de trabalho, “apenas a biblioteconomia incorpora a informação como objeto de trabalho, desconhecendo o termo documento”.

De qualquer forma, o importante é buscar a melhoria da qualidade de ensino e, para isso, será necessário vencer a instabi-

6 “Los aspectos concernientes a la difusión de los acervos, los productos elaborados, la cuestión de la investigación archivística y los usuarios revelan, aún, poca relevancia.”

lidade do ensino público e a falta de condição das universidades brasileiras em garantir condições ideais para se atingir essa meta (Sousa, 2008).

Aos cursos cabe a tarefa de “fornecer o referencial teórico-metodológico necessário para uma formação adequada às necessidades de certo contexto social em um dado momento histórico” (Rodrigues, 2008, p.183). A autora acrescenta, ainda, que o reconhecimento das “fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento” passa necessariamente pelo reconhecimento do objeto de estudos da área – o documento de arquivo. Nesse sentido, a teoria tem o papel fundamental de subsidiar o aluno a identificar com clareza como esse objeto atua em diferentes ambientes organizacionais e todos os aspectos que lhe são inerentes.

Como observamos, a partir da extinção do currículo mínimo, criou-se um ambiente flexível para se desenvolver o projeto político pedagógico. Essa liberdade tem, entre outros aspectos, um sentido maior de responsabilidade em formar um profissional em condições de assumir seu espaço na sociedade. O caminho a percorrer agora é a discussão de um currículo que equilibre as necessidades do mercado e a necessidade de formar pessoas em uma perspectiva mais humanista.

É preciso considerar as questões teóricas e práticas que caracterizam a formação do arquivista e promover a articulação de ambas, já que “a prática evidencia, em seu sentido mais amplo, o caráter de alicerce da teoria na medida em que se encontra vinculada às necessidades práticas do homem” (Sousa, 2008, p.11).

No aspecto teórico, algumas disciplinas se destacam como responsáveis por abordar os conceitos básicos da área, permitindo ao aluno de identificar particularidades de seu objeto de estudo (arquivo e informação arquivística), tornando possível desenvolver uma prática diferenciada e de qualidade. Não restam dúvidas de que a importância da base conceitual na formação profissional do arquivista é fundamental. De fato, é essa base que irá explicar aos profissionais da informação “o porquê das práticas cotidianas que lhe ensinam a operar, mesmo que elas tenham

se modificado na passagem da cultura da informação oral para a cultura eletrônica e um novo arcabouço teórico seja necessário” (Smit e Barreto, 2002, p.13).

Nesse aspecto, as universidades são instituições que se distinguem desde sua origem por ser um organismo de cultura com a característica de atuar na formação de intelectuais que lidam com os níveis de conhecimento complexos, ou seja, que exigem maior grau de elaboração. Atualmente as ações dessa instituição estão sob os auspícios da Lei de Diretrizes e Bases (Brasil. Ministério da Educação, 1996), que é uma legislação contendo as indicações fundamentais que garantem a organização dos sistemas educacionais do país.

Dentro dessa prática, a proposta de estruturação para os cursos de arquivologia tem por base um conjunto de disciplinas de caráter geral e outro de caráter específico. No primeiro grupo, encontram-se as disciplinas que terão como objetivo discutir os conceitos elementares, ou seja, introduzir o futuro arquivista no universo teórico da área. Para tanto, o conteúdo programático deve estar apoiado por um referencial teórico que permita ao aluno conhecer, em profundidade, o objeto de estudo da área e todas as nuances.

Uma tarefa difícil para ambos, aluno e professor. Porém, no caso do educador, ainda mais, porque diante de concepções antagônicas, do volume de publicação e da rapidez com que aparecem, é necessário fazer uma seleção criteriosa, visando a reunir trabalhos que permitam introduzir o aluno no universo teórico-conceitual, de forma que perceba os distintos posicionamentos e possa fazer sua escolha. Entretanto, a escolha da bibliografia está de certa forma condicionada, dentre vários fatores, pela disponibilidade de material científico, pelo conhecimento técnico-científico do educador, o qual é resultado também de sua concepção teórica.

Esse deve ser o posicionamento daqueles que pretendem contribuir para a formação de arquivistas conscientes e críticos, que possam não apenas reproduzir práticas, mas participar da geração de novos conhecimentos. O professor é o elemento imprescindível no processo de formação profissional e, para tanto, exige-se dele um

constante caminhar na busca pelo melhor desempenho; para isso, o conhecimento profundo das questões mais básicas de sua área é o primeiro passo em direção ao sucesso como educador.

Duarte (2006-07, p.150), ao traçar o perfil do arquivista diante da sociedade atual, fala em um profissional que tenha outras habilidades, não só de organização arquivística; que tenha aptidão para realizar pesquisas, compartilhando conhecimento com outros profissionais. A autora afirma que

os programas das disciplinas devem ser direcionados à formação de profissionais que reflitam, desconstruam e reelaborem procedimentos metodológicos a partir de (re)leituras de textos técnico-científicos e de elaboratos a partir de uma mundividência não pronta, não acabada e aberta a críticas e modificações.

Isso implica dizer que o professor deve conduzir o ensino de forma a permitir ampla discussão e análise da literatura acerca dos principais conceitos da área por parte dos futuros profissionais. Um posicionamento crítico e proativo diante de demandas da sociedade depende do tipo de formação recebida.

É pertinente esclarecer nossa intenção, que não é tecer qualquer crítica em relação ao conhecimento dos educadores dos cursos de arquivologia do Brasil, até porque isso demandaria uma análise muito mais substancial e ampla. Interessa-nos conhecer como esses se posicionam frente a alguns conceitos fundamentais da área, que, embora sejam constantemente encontrados na literatura, ainda são carentes de discussões teóricas. Desses fazem parte os conceitos de “arquivo” e “informação arquivística” que sustentam a natureza científica da área, uma vez que são tomados como objetos de estudo.

4

A ABORDAGEM DOS CONCEITOS DE "ARQUIVO" E "INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA" NOS CURSOS BRASILEIROS DE ARQUIVOLOGIA

Este capítulo tem o objetivo primordial de expor, de forma analítica, as bases teóricas que sustentam o ensino de conceitos elementares nos cursos de graduação em arquivologia do Brasil.

Conforme mencionamos anteriormente, todos os cursos do país possuem disciplinas ministradas nas séries iniciais com o propósito de apresentar, ao aluno, os fundamentos que sustentam a área no meio acadêmico-científico. Como tal, essas disciplinas seguem um plano teórico-prático, cuja elaboração é de responsabilidade compartilhada entre o professor e o colegiado do curso.

Nessa tarefa, cabe ao professor a seleção da bibliografia que irá embasar os estudos. Essa seleção deve seguir critérios de acordo com as especificidades do curso, os objetivos definidos para a disciplina e interesses e necessidades dos alunos. Um dos fatores que pode interferir é a escassez de literatura, sobretudo a que se propõe a discutir questões teóricas da área. Esse é um dos

exemplos das dificuldades que encontramos com frequência no ensino de arquivologia.

De modo geral, na bibliografia das disciplinas analisadas encontramos autores clássicos e também os contemporâneos, o que de alguma forma mostra a preocupação do professor em estabelecer um diálogo acerca da trajetória da área ao longo do tempo, em termos conceituais e paradigmáticos (“Anexo A”).

No entanto, a análise que nos propusemos a realizar se ateve aos itens destacados pelos professores como aqueles utilizados, especificamente, no processo de ensino dos conceitos de arquivo e de informação arquivística (“Anexo B”). E foi com base nessa lista composta por 72 referências que identificamos as principais características da literatura utilizada, bem como os grupos de autores que estudam o assunto.

Outra análise foi em relação às definições atribuídas pelos professores aos conceitos de arquivo e informação arquivística. A partir disso, construímos um panorama destacando as principais características encontradas na concepção dos professores e indicamos em que medida elas coadunam, ou não, com o referencial utilizado. Os detalhes dessa análise serão apresentados a seguir.

Características do referencial teórico usado no ensino dos conceitos de arquivo e informação arquivística

Inicialmente, faremos uma síntese das principais características dos itens bibliográficos indicados pelos professores visando a revelar quais canais têm sido privilegiados pelos teóricos da área para a disseminação desse tipo de conteúdo.

As 72 referências bibliográficas foram produzidas por um contingente de 64 autores e coautores, dos quais quarenta são autores nacionais e os demais (são autores estrangeiros, conforme discriminado no “Anexo F”). Dentre os autores mais citados em número de planos de disciplinas, estão ocupando as treze primeiras posições:

Quadro 8 – Autores mais citados nos cursos de arquivologia

Nº	Autores	Nº de citações
	Nacionais	
1	Heloísa Liberalli Bellotto	5
2	José Maria Jardim	4
3	Maria Odila Fonseca	4
4	Luís Carlos Lopes	4
5	Marilena Leite Paes	4
	Estrangeiro	
6	Carol Couture	11
7	Jean-Yves Rousseau	11
8	Fernanda Ribeiro	8
9	Armando Malheiro da Silva	8
10	Júlio Ramos	8
11	Manuel Luís Real	8
12	Theodore R. Schellenberg	4
13	Antonia Heredia Herrera	3

No grupo de autores estrangeiros, apenas Schellenberg é individual, os demais compartilham entre si a autoria dos trabalhos. Dentre os brasileiros, a coautoria ocorre apenas entre José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca.

Um pouco adiante, elaboramos uma análise mais acurada a respeito dos autores e suas posições na rede de cocitação. Primeiro, faremos uma descrição do referencial arrolado pelas disciplinas, a começar pelo tipo de publicação, que se caracteriza da seguinte forma: 32 são artigos de periódicos, 25 são livros e/ou capítulos, sete são instrumentos terminológicos, cinco são manuais e três itens referem-se à legislação arquivística disponível eletronicamente, no site do Conselho Nacional de Arquivos/Conarq. O conjunto dessas obras foi publicado entre 1973 a 2010, sendo a maioria editada entre

as décadas de 1980 e 1990, o que é sintomático, já que é nesse período que a arquivologia adquire novos contornos.

Notamos que há predominância da literatura nacional, ou melhor, da literatura escrita em português; foram identificadas 64 referências em português, cinco em inglês e três em espanhol. A escolha do material bibliográfico a ser utilizado nas disciplinas é de responsabilidade do professor, que deve usar como critério a qualidade científica, a pertinência das obras em relação ao conteúdo e, também, a facilidade de acesso.

Além da dificuldade dos alunos para a leitura de textos em outros idiomas, é comum a escassez de livros publicados, sobretudo no Brasil, onde vários títulos estão com as edições esgotadas. Nesse sentido, as universidades estão parcialmente limitadas em relação à aquisição e à disponibilização de um acervo adequado em número de exemplares – um difícil obstáculo a ser superado pelo meio acadêmico. Se por um lado o número de cursos aumenta a cada dia, a qualidade do ensino, entre outras coisas, depende de um acervo bibliográfico de qualidade, de fácil acesso e com um número de exemplares que garanta a possibilidade de um amplo conhecimento da área.

Em termos de publicação de periódicos especializados, a realidade é um pouco diferente. O índice desse tipo de material vem aumentando, embora não no ritmo ideal. Alguns periódicos estão disponíveis eletronicamente, facilitando o acesso e a interação acerca dos debates que despontam no cenário arquivístico. Outros, como a revista *Arquivo & Administração* e a revista *Acervo*, são no formato impresso e apenas o sumário está na internet. Grande parte dos artigos de periódicos citados pelos professores foi publicada em uma dessas duas revistas. Ao final deste trabalho, há inserida uma lista contendo esses e os demais títulos de periódicos nos quais foram publicados os trabalhos que constam das referências dos programas das disciplinas (“Anexo G”).

É importante o fato dos cursos terem um alto índice de artigos de periódicos nas bibliografias. Os periódicos têm discussões importantes e recentes da área e os artigos publicados são previamente avaliados pelos pares.

Outros tipos de materiais, como manuais, instrumentos terminológicos e a legislação arquivística, também fazem parte da bibliografia. Em geral, o uso dos instrumentos terminológicos (dicionários e glossários) propicia ao aluno o contato com a terminologia da área, promovendo a compreensão textual e auxiliando na construção do diálogo científico. Os manuais e a legislação são úteis para instruir o desenvolvimento da prática arquivística de modo a cumprir com os pré-requisitos, mas para uma discussão conceitual mais elaborada, acreditamos que o uso desse tipo de material seja insuficiente. Cabe destacar que a legislação, por ser de responsabilidade de entidades arquivísticas, não é objeto de análise nesta pesquisa.

Feitas essas considerações, passaremos à análise das definições de arquivo e informação arquivística encontradas na bibliografia utilizada pelos cursos. A maioria da literatura indicada pelos professores foi lida e analisada pela pesquisadora visando a identificar as definições utilizadas ou elaboradas pelos autores acerca dos itens mencionados. A exceção foram os trabalhos de Indolfo e Nagel, constantes do “Anexo B”, aos quais não tivemos acesso e que foram relacionados como de números 32 e 52, respectivamente.

A leitura dos trabalhos permitiu constatar que, dentre os trabalhos referenciados, existem aqueles que tratam o assunto em pauta de maneira tangencial e outros em que os conceitos de arquivo e informação arquivística não são objetos de discussão. A identificação desses dois grupos de autores e seus respectivos trabalhos estão no Quadro 9.

Nossa análise a respeito do referencial teórico começa pelos textos de José Maria Jardim, que é formado em história e tem pós-graduação em ciência da informação. Ao todo, foram listados nove trabalhos de sua autoria, sendo cinco artigos de periódicos e os outros quatro publicados como livros e/ou capítulos de livro. Nem todos os trabalhos dele apresentam definições de arquivo e informação arquivística, embora todos abordem questões inter-relacionadas.

Jardim e Fonseca dividem a autoria de um trabalho no qual discutem acerca das relações entre a arquivística e a ciência da informação. Nesse texto não há definição para o conceito de arquivo, os

autores apenas se referem à informação registrada orgânica, como aquela que não dispensa o registro material e tem sido reconhecida como objeto da arquivística. Observam ainda que “a informação científica e tecnológica de natureza arquivística não tem sido, porém, frequentemente estudada pela ciência da informação” (Jardim e Fonseca, 1992, p.42).

Quadro 9 – Referencial que não explicita as definições de “arquivo” e “informação arquivística”

Autores	Referências
Carlos Eduardo Luporini e Nelson M. Pinto	Sistemas administrativos: uma abordagem moderna de O & M. São Paulo: Atlas, 1985.
Ramón Alberch i Fugueras et al.	Archivos y cultura: manual de dinamización. Gijón: Ediciones Trea, 2001.
Johanna W. Smit	Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
Ricardo Andrade e Rubens P. G. da Silva	“Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência”, Ponto de Acesso, Salvador, v. 2, n. 3, p.14-29 dez. 2008.
Eduardo W. Dias	“Biblioteconomia e ciência da informação”, Perspectiva em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p.67-80, jan.-jun. 2000.
Luciana Duranti	“Registros documentais contemporâneos como provas de ação”, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p.49-64, 1994.
Ataliba Teixeira Castilho (org.)	A sistematização de arquivos públicos. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
Ana Cristina Indolfo et al.	Gestão de documentos. Conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Publicações Técnicas, 47, 1995.

Charles Kecsseméti	“A modernização do Arquivo Nacional do Brasil”, <i>Acervo</i> , Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.5-10, jul.-dez. 1988.
Jean Favier	“Arquivo, memória da humanidade”, <i>Arquivo & Administração</i> , Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p.5-7, jan.-abr. 1979.
Helena Medeiros, Maria et al.	“Gerir documentos em Portugal: Como e por quê?”, <i>Arquivo & Administração</i> , Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.81-95, jul./dez. 1998.
Adriana Xavier Gouveia de Oliveira	“Organizar acervos particulares – tarefa nada fácil”, <i>Arquivo & Administração</i> , Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.17-32, jul./dez. 1998.

No livro *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*, Jardim desenvolve uma discussão crítica a respeito do sistema nacional de arquivos do Brasil, que tem como pano de fundo a concepção sobre o que pode ser considerado como um sistema. Nesse livro, a única definição de arquivo encontrada enfatiza sua natureza como instituição e foi retirada do *Dicionário de terminologia arquivística*, publicado em 1988, pelo Conselho Internacional de Arquivos.

Com relação à informação arquivística, existe uma discussão a respeito da proposta de outro autor sobre como deveria ser constituído um sistema nacional de informações arquivísticas. No bojo dessa proposta, são consideradas informações arquivísticas aquelas contidas nos arquivos de modo geral.

No texto intitulado “Arquivos”, escrito em coautoria com Maria O. Fonseca, os autores analisam definições de arquivo encontradas na literatura e afirmam que houve transformações do conceito, mas que as características básicas permanecem inalteradas, ou seja, trata-se de um “conjunto orgânico produzido por dada atividade jurídico-administrativa, salientando o caráter testemunhal do conjunto documental, conservado em sua organicidade” (Jardim e Fonseca, 1998, p.371).

Quanto à informação arquivística, os autores resgatam a concepção canadense e norte-americana, que, na essência, entendem in-

formação arquivística como aquela registrada de natureza orgânica, que cumpre um ciclo envolvendo produção, processamento, uso e estocagem, tanto no ambiente organizacional que a produziu como, posteriormente, nas instituições arquivísticas.

Em outro trabalho, publicado no ano seguinte, Jardim definiu arquivo como “conjunto dessas informações orgânicas, quaisquer que sejam sua data de produção, seu suporte material, sua natureza, acumuladas por uma organização (ou pessoa física) em decorrência de suas ações” (1999a, p.30). Também nesse caso, o autor descreve o ciclo da informação arquivística lembrando que essa é uma noção “recente na literatura da área e ainda carece de verticalização teórica” (1999a, p.29).

Formada em história e com pós-graduação em ciência da informação, Maria Odila Fonseca foi mencionada como autora de seis trabalhos, dos quais dois (um artigo e um livro) são de autoria individual; os demais foram elaborados em coautoria com Jardim e, de certa maneira, estão contemplados pela análise anterior. Resta, então, a análise dos outros, a começar pelo livro intitulado *Arquivologia e ciência da informação*, no qual não encontramos definição do conceito de arquivo que tivesse sido elaborada pela autora. Registra-se nessa obra a definição encontrada no *Manual dos holandeses*, a partir da qual a autora discute suas múltiplas facetas, o que é muito interessante para a construção de uma reflexão crítica acerca do conceito arquivo. A autora questiona a pouca unidade em torno desse conceito e sua explicação para tal fato é, primeiro, as divergências sobre o momento no qual surgem os arquivos, ocasionando problemas de ordem terminológica e conceitual. Alerta a autora que as divergências não se limitam ao conceito, mas “o quantum de divergência [ocorre] em torno da arquivologia e seu(s) objeto(s) e em torno dos arquivistas e seu papel social” (Fonseca, 2005, p.53).

Quanto ao conceito de “informação arquivística”, Fonseca (2005, p.59) trata como sinônimo de informação registrada orgânica e concorda em inseri-la como objeto da arquivologia. Alerta, porém, para o fato desse tipo de informação possuir dois níveis – um deles é o próprio conteúdo semântico do documento, o outro diz respeito ao

“contexto gerador, ou seja, ao processo de criação dos documentos (conteúdo diplomático do documento)”.

Vejamos, agora, a perspectiva de outros teóricos citados na literatura. São eles: Heloísa Liberalli Bellotto e Luis Carlos Lopes. A primeira é historiadora, bibliotecária e possui especialização em arquivos. Foram dois os trabalhos de sua autoria indicados, um livro e um artigo de periódico. Em ambos, Bellotto define o conceito arquivo. No artigo de periódico, discute sobre o(s) objetivo(s) e objeto(s) da arquivologia. Seu entendimento é de que o objetivo é promover o acesso à informação, tanto no âmbito do processo decisório quanto na busca pelos direitos do cidadão ou pela compreensão do passado. Quanto ao objeto físico da arquivologia, Bellotto (2010) afirma que podem ser três: o arquivo constituído como conjunto documental, o documento em si mesmo e o arquivo como entidade.

Nesse sentido, o arquivo na condição de objeto físico da área e tendo em vista a primeira acepção é definido pela especialista como

[...] conjuntos documentais, sejam os produzidos e acumulados por uma única entidade pública ou privada, considerando-se os seus arquivos setoriais e centrais correntes, seja aqueles de diversos órgãos públicos que, quando terminado seu uso primário, passem a conviver sob o mesmo “teto administrativo” (Bellotto, 2010, p.2, grifo nosso).

Bellotto apoia sua definição na concepção de Lodolini, para quem os arquivos são a “sedimentação documentária das atividades administrativas, cujos documentos estão ligados por um vínculo original, necessário e determinado” (Bellotto, 2010, p.2).

Em outra obra, *Arquivos permanentes: tratamento documental*, a autora apresenta uma definição que enfatiza a concepção de “instituição”; o arquivo é visto como o “órgão receptor (recolhe naturalmente o que produz a administração pública ou privada à qual serve) e em seu acervo os conjuntos documentais estão reunidos segundo origem e função [...]”. Essa concepção está mais voltada para a abordagem dos “arquivos permanentes”.

Com relação ao conceito de informação arquivística, notamos que, nos referidos trabalhos, a autora não trata diretamente do tema (Bellotto, 2004a, p.38).

Outro teórico citado, Luís Carlos Lopes, tem formação em história e pós-graduação tanto em história como em ciência da informação. Esse autor tem três livros citados nos planos das disciplinas, dos quais apenas um não explicita definição alguma de arquivo. Trata-se do livro intitulado *A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada*. Nesse livro, o autor discute metodologias para a elaboração de diagnósticos de arquivo visando à gestão documental e o faz indicando as possíveis imbricações que envolvem esse tipo de atividade. Os outros dois livros contêm uma discussão a respeito dos conceitos de arquivo e informação arquivística; o primeiro foi editado em 1996 e o outro saiu quatro anos mais tarde e faz uma síntese do pensamento expresso em textos anteriores, com acréscimos e novas reflexões.

Nessas obras o autor discute, entre outros aspectos, o conceito de informação e identifica suas propriedades no âmbito dos arquivos. Elenca as “subproposições” da informação arquivística e defende a importância da valorização do conteúdo informacional. Assim, define os arquivos como constituídos por “informações orgânicas originais”, encontradas em “documentos registrados em suportes convencionais (atômicos) ou em suportes que permitam a gravação eletrônica, mensurável pela ordem binária (bits)” (Lopes, 1996, p.32). O autor também reforça a necessidade de que esses documentos tenham sido produzidos e/ou recebidos por uma instituição em uma condição específica, em decorrência das “atividades de caráter administrativo, técnico ou científico, independentemente de idades e valores intrínsecos”.

Da mesma forma, analisa o conceito de informação arquivística como uma informação “registrada de natureza, peculiaridades e propriedades arquivísticas atribuídas” e que pode ser de natureza administrativa, técnica ou científica (Lopes, 1996, p.30). Ainda em relação a esse conceito, o autor indica propriedades, importân-

cia e parâmetros para a gestão. A discussão é fortemente influenciada pela troca de experiências com autores canadenses, que têm sido destacados pela postura inovadora na área.

Por fim, também encontramos entre os estudiosos mais citados Marilena Leite Paes, que é arquivista e bibliotecária e, desde 1964, dedica-se ao ensino de técnicas de arquivo. A partir dessas experiências, a autora lançou o livro *Arquivo: teoria e prática*, que foi reeditado algumas vezes e pode ser inserido na categoria de manual, por ser apropriado para o ensino das técnicas aplicadas em arquivos de modo geral. Nessa obra, Paes (2002, p.16) define arquivo como “a acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criado por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservado para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderá oferecer no futuro”.

Em outro trabalho de sua autoria, de 1998, o foco foi a gestão de documentos para os serviços públicos; assim, é um trabalho que estabelece a classificação dos arquivos a partir da idade dos documentos. Não encontramos, nele, definição explícita do conceito de arquivos, tampouco de informação arquivística.

Enfim, essa é uma síntese sobre o que pensam os autores brasileiros citados nas referências indicadas pelos professores das disciplinas de fundamentos básicos dos cursos de arquivologia. Vejamos, agora, o que pensam os autores estrangeiros a respeito do assunto.

A começar por Carol Couture e Jean-Yves Rousseau, autores de um dos livros mais utilizados pelas escolas de arquivologia do Brasil e que foram publicados em Portugal. No trabalho deles, existem algumas definições de arquivo. Dentre as quais destacamos a que se encontra logo na introdução do livro.

Conjunto dos documentos, pouco importando a idade, o tipo de suporte (incluindo os magnéticos e informáticos) ou o valor (administrativo, legal, financeiro ou de testemunho), que contém informação orgânica, isto é informação elaborada, enviada ou recebida no âmbito da missão de uma pessoa física ou moral (Rousseau e Couture, 1998, p.24).

Trata-se de um conceito que abre a perspectiva de arquivistas atuarem com conjunto de documentos em qualquer fase de sua vida. Um detalhe que nos chama a atenção é quando os autores inserem o conceito de informação orgânica registrada, entendendo como tal toda informação gerada no âmbito da missão exercida por pessoa física ou jurídica. Embora já tenhamos comentado sobre a definição de informação orgânica, cabe, nesse momento, retomarmos alguns aspectos dessa questão.

Primeiro, é importante lembrar o que os autores definem como informação orgânica registrada “todos os documentos, seja qual for o suporte e a idade, produzidos e recebidos pelo organismo no exercício de suas funções” (Rousseau e Couture, 1998, p.65). Nesse caso, vemos que o conceito de informação orgânica está fortemente atrelado à materialidade concretizada nos documentos de arquivo. Nossa percepção é reforçada quando nos deparamos com o que os autores conceituam como informação não orgânica, ou seja, aquela que pode ser encontrada em bibliotecas ou em centros de documentação, configurada como publicações, base de dados etc.

Quanto aos autores portugueses Silva et al. (2002), eles iniciam seu livro com uma análise da evolução do conceito de informação como objeto de estudo da ciência da informação. É uma obra densa, que pleiteia para a arquivística o caráter de ciência social e, como tal, a integra ao quadro das ciências da informação. Assim, os autores discutem a natureza e a configuração de seu objeto de estudo – o arquivo que defendem ser um sistema de informação.

Esses autores definem arquivo como “sistema (semi)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória –, imbricado nos anteriores”.

Para Silva et al. (2002, p.39), a inclusão do arquivo na dimensão sistêmica representa a introdução de “certa amplitude no conceito de sistema de informação, sem a qual negaríamos a possibilidade de evolução científica para as disciplinas ligadas ao estudo do processo informacional”.

Outro autor citado é Schellenberg (2002, p.41), cujo livro foi editado pela primeira vez em 1955 e continua referência obrigatória para os cursos de arquivologia em geral. Esse livro, intitulado *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*, obviamente não faz menção ao conceito de informação arquivística, que é recente na área, mas encontramos uma discussão acerca da natureza dos arquivos, dos elementos presentes nas definições e, finalmente, uma ideia daquilo que o autor denomina arquivos modernos. Para Schellenberg (2002), os arquivos são formados por documentos “de qualquer instituição pública ou privada considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que tenham sido depositados ou selecionados para depósito, em arquivo de custódia permanente”.

É uma obra de grande relevância, em razão da forma como o autor considerou a problemática da área, privilegiando a abordagem do tratamento integrado aos documentos de arquivo. Ele destacou a importância da atuação do arquivista juntos aos arquivos correntes, como forma de preservar os acervos permanentes.

Foi possível constatar que dos conceitos de arquivo e informação arquivística, o primeiro é objeto de discussões há mais tempo na área e, em comparação com o segundo, está mais bem elaborado, o que é compreensível, porque desde sua origem, o arquivo é tratado como objeto de estudo e de reflexão por vários autores. De forma diferente, o conceito de informação arquivística está em processo de construção, portanto sua discussão exige mais esforços.

De modo geral, percebemos que entre os teóricos selecionados existe alguma diferença quanto ao posicionamento pela natureza do arquivo. Um grupo maior indica ser a natureza do arquivo formada pelo conjunto de documentos. São eles: Bellotto; Rousseau e Couture; Jardim; Paes; Schellenberg; Jardim e Fonseca. Já os autores Silva et al. e Lopes defendem que o arquivo é um sistema (semi)fechado de informação social ou acervo composto por informação orgânica. Essas duas últimas propostas se alinham com a abordagem informacional que atualmente vem permeando as discussões no âmbito arquivístico e que enfatizam uma perspectiva que privilegia as in-

formações registradas de caráter orgânico. O posicionamento desses autores é uma tendência considerada na literatura arquivística como mudança de paradigma, conforme já mencionamos.

Em relação aos autores, o estudo de análise de cocitação possibilitou que fossem evidenciados os mais citados e que, a partir da descrição da rede de cocitação, se conhecesse os indicadores de densidade e centralidade da rede.

A partir desses dados, confere-se uma rede com pelo menos três citações, onde as relações dialógicas decorrem, em um primeiro grupo, a partir dos coautores Silva, Ribeiro, Real, Ramos e Rousseau e Couture. Fora desse universo, destaca-se Bellotto e Lopes, que figuram concomitantemente ao grupo canadense, assim como ocorre no grupo Jardim e Fonseca (coautoria).

Por sua vez, não se nota diálogo mais específico entre os autores brasileiros. Schellenberg parece dialogar com o núcleo central, aspecto que não se verifica em Heredia Herrera, que faz uma ponte, de forma mais tênue, apenas com Bellotto e Rousseau e Couture.

Pretendemos, com essa análise, evidenciar o posicionamento de diferentes autores frente aos conceitos destacados de forma a projetar como as discussões têm sido encaminhadas na literatura e assumidas como base teórica pelas disciplinas que têm, entre seus objetivos, o papel de discutir os fundamentos arquivísticos. É importante que os alunos conheçam como essa questão conceitual aparece na literatura, quem são os autores e com base em quais tendências compartilham ou divergem de opiniões. Assim, poderão se posicionar de modo crítico e, futuramente, contribuir com as discussões por meio de suas produções científicas.

O conceito de arquivo na concepção dos professores brasileiros

Apresentaremos o conceito de arquivo para esse grupo de treze professores. Essa perspectiva foi projetada tendo por base as respostas obtidas ao questionário enviado pela pesquisadora. Cada

professor recebeu um código, de modo a não prejudicar a análise e compreensão das respostas, mas garantir seu anonimato.

A primeira questão indagava sobre o conceito de arquivo, e a análise das respostas permitiu a identificação dos traços que identificam e definem os arquivos. Os professores são conscientes de que no arquivo se trabalha com conjunto, e nunca um só elemento documental. Nesse sentido, a arquivologia se diferencia da biblioteconomia, na qual, por exemplo, se indica a possibilidade de tratamento técnico a partir de um único item bibliográfico. Ao explicitarem seu posicionamento dessa forma, estão seguindo o preconizado pelas principais autoridades na área no âmbito brasileiro. A lei nacional sobre a política de arquivos públicos, no art. 2º, confirma que os arquivos são formados por um conjunto de documentos e que são frutos do exercício profissional, tanto na esfera pública quanto privada.

Em relação à natureza dos arquivos, grande parte dos professores entende que ele é formado por um conjunto de documentos. O conjunto a que se referem os professores contam com o fato de serem produzidos em decorrência das atividades e funções de uma instituição, pessoa ou família. Um grupo menor entende que essa natureza é formada pelo conjunto de informações orgânicas ou, como preferem alguns, informação registrada.

Esse duplo posicionamento também é encontrado na literatura. A área encontra-se em um momento no qual convivem duas perspectivas distintas, a tradicional e outra mais contemporânea, que insere a informação arquivística como objeto principal da área. No primeiro caso, a arquivística tem sua atenção voltada para a gestão documental, uma proposta que entrou no Brasil pela via norte-americana.

A ideia de formação dos arquivos a partir de um conjunto de documentos representou uma evolução para a área, que até então considerava os arquivos apenas como o local de depósito de documentos, os quais eram gerados em proporção bem menor, mas com a devida importância para as instâncias de poder e decisão, a exemplo do que é atualmente. É possível perceber, com base nas opiniões expressas, que é forte a influência do paradigma tradicional que concebe os arquivos/documentos como objeto privilegiado da área; e isso

tem se refletido no ensino. Nos cursos de graduação de arquivologia em geral, as disciplinas que abordam o tratamento documental têm consumido uma significativa carga horária.

A pesquisa também revelou que a maioria dos docentes destaca o vínculo primordial entre os documentos e as funções/atividades da instituição ou pessoa. Esse é um pré-requisito que fundamenta a diferença entre os arquivos e outros tipos de instituição que acumulam documentos, como centros de documentação, bibliotecas e museus. Os documentos de arquivo são gerados a partir das funções e atividades da instituição/pessoa e representam um conhecimento que é preservado pelas características identificadas por Duranti (1994) como imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade.¹

Os documentos de arquivo, em função de suas principais características, são distintos dos demais documentos existentes em outras unidades de informação e podem ser produzidos por organizações e por pessoas físicas. Mas, curiosamente, nem todos os professores mencionam em suas definições que esses documentos podem ser produzidos por uma família ou uma pessoa física, como é o caso dos professores identificados como D1, D5 e D13.

O conjunto de documentos, independentemente do suporte, produzidos no cumprimento das atividades e das funções de determinada instituição (organização) (D1).

1 Duranti (1994, p.51-2) define da seguinte forma esses princípios ou características: “Imparcialidade – os registros são inerentemente verdadeiros, ou seja, as razões por que eles são produzidos [para desenvolver atividades] e as circunstâncias de sua criação [rotinas processuais] asseguram que não são escritos ‘na intenção ou para a informação da posteridade’ nem com a expectativa de serem expostos ou com o receio do olhar público. Autenticidade – está vinculada ao contínuo da criação, da manutenção e da custódia. Os documentos são autênticos porque são criados, mantidos e conservados de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados. Naturalidade – diz respeito à maneira como os documentos se acumulam no curso das transações de acordo com as necessidades da matéria em pauta, [...] são acumulados naturalmente nos escritórios em função dos objetivos práticos da administração. Inter-relacionamento – os documentos estabelecem relações no decorrer do andamento das transações e de acordo com suas necessidades. Unicidade – provém do fato de que cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e o universo documental”.

Conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma instituição/entidade, pública ou privada, espelhando suas atividades e funções, registrados em suportes diversificados, com valor probatório de informação ou valor histórico, com acumulação orgânica, tendo como objetivo atender ao usuário e à pesquisa e que deve ser preservado para o futuro. Instituição pública ou privada cujo acervo reúne documentação produzida ou recebida no transcurso de suas atividades, com valor probatório de informação e valor histórico, registrada em diversos suportes com o objetivo de atender ao usuário e à pesquisa. Tem como dever sua conservação e preservação. Estas instituições também podem reunir fundos documentais provenientes de várias outras origens. Edifício ou depósito que guarda, conserva e preserva acervos arquivísticos (D5).

O conceito de arquivo é amplo; de acordo com a linguagem natural pode ser uma caixa, um depósito, um conjunto de informações guardadas por alguém. Em uma linguagem especializada, o conceito de arquivo assume a conotação de um conjunto de informações registradas em qualquer tipo de suporte, devendo ser considerada a relação com as funções da instituição. Por exemplo, as informações que possuem um valor primário (administrativo) e um valor secundário (fins de preservação da memória). O conceito de arquivo, em meu entender, deve ser mais significativamente discutido, sobretudo na área da terminologia, uma vez que não há precisão conceitual e as definições postas atendem a interesses para além de uma epistemologia. Enquanto a arquivologia não postular um corpo de conceitos próprios para sua área e transitar entre episteme e profissão em suas definições, não poderá alçar grandes voos em direção a ser considerada uma disciplina científica (D13).

Outros professores simplesmente omitem qualquer tipo de vínculo com o produtor (D3, D7, D8, D10), conforme podemos observar:

É o conjunto de informações em determinado suporte (D3).

Meu entendimento sobre arquivo parte da conceituação comumente aceita de que se trata de um conjunto de documentos pensados e administrados de forma orgânica, respeitando-se critérios estabelecidos

pela teoria geral da disciplina arquivística, como sua oficialidade, sua inserção em uma funcionalidade empresarial, social, cultural etc. (D7).

Há pelo menos duas formas de representar um arquivo: como espaço físico de guarda de documentos e como conjunto de documentos orgânicos. Considero as duas formas verdadeiras, mas as aplicações dependerão da espacialidade construída (D8).

Apesar de a literatura descrever arquivo tanto para prédio (instituição) e mobiliário como para o “conjunto de documentos orgânicos”, entendo arquivo como “o conjunto de documentos devidamente organizado e tratado para ser recuperado em seu conteúdo ou como informação (D10).

Embora não seja o objetivo aprofundarmos essa questão, julgamos oportuno defender a inclusão dos arquivos pessoais no âmbito do tratamento arquivístico e nos apoiamos nas ideias de Cook (1998, p.131), que considera a importância dos arquivos públicos tanto quanto a dos arquivos pessoais. Seu posicionamento tem por base a proposta do seminário internacional sobre arquivos pessoais, no qual se defende a existência de duas semelhanças entre ambos, nos seguintes termos:

São artefatos de registro derivados de uma atividade; [...] são evidências das transações da vida humana; [...] os arquivistas usam procedimentos técnicos e métodos práticos semelhantes, em termos de como acessam, descrevem, armazenam fisicamente, conservam os arquivos e os colocam à disposição para fins de pesquisa.

A omissão do produtor é significativa porque preservar o vínculo com o produtor é determinante para a caracterização dos documentos como pertencentes aos arquivos. A reunião de documentos de cunho administrativo, legal ou jurídico que não mantenha esse vínculo pode ser entendida como coleção.

De outra forma, observamos que alguns professores apresentaram mais de uma definição para arquivo (D5, D8), como fazem os dicionários terminológicos.

Conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma instituição/entidade, pública ou privada, espelhando suas atividades e funções, registrados em suportes diversificados, com valor probatório de informação ou valor histórico, com acumulação orgânica, tendo como objetivo atender ao usuário e à pesquisa e que deve ser preservado para o futuro. Instituição pública ou privada cujo acervo reúne documentação produzida ou recebida no transcurso de suas atividades, com valor probatório de informação e valor histórico, registrada em diversos suportes com o objetivo de atender ao usuário e à pesquisa. Tem como dever sua conservação e preservação. Estas instituições também podem reunir fundos documentais provenientes de várias outras origens (D5).

Há pelo menos duas formas de representar um arquivo: como espaço físico de guarda de documentos e como conjunto de documentos orgânicos. Considero as duas formas verdadeiras, mas as aplicações dependerão da espacialidade construída (D8).

Outros professores demonstram conhecer as diferentes definições, mas fazem a opção por defini-lo como conjunto de documentos.

Inúmeras são as conceituações sobre arquivo, mas entendo que ele é formado por um conjunto de documentos das mais diversas naturezas e suportes, documentos que são produzidos ou recebidos por determinada pessoa pública ou privada, física ou jurídica, quer sejam administrativos, técnicos ou científicos (D2).

O conceito que utilizo para definir arquivo (que não seja a instituição nem o móvel) é o conjunto de documentos, independentemente de suporte, criados/acumulados por instituição/organização, indivíduo ou família, para cumprir as funções que justificam sua existência jurídica, pública ou privada. O conceito de arquivo está ligado, nessa perspectiva, a uma noção de autoridade e de legitimidade decorrente do lugar que este – o arquivo – ocupa (D4).

No Brasil, temos seis definições diferentes para a palavra arquivo. Para a arquivologia, tratamos como sendo o conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições, empresas, pessoas ou famílias, no de-

envolvimento de suas atividades, independente do suporte, mantendo sua relação orgânica (D9).

Apesar de a literatura descrever arquivo tanto para prédio (instituição) e mobiliário como para o “conjunto de documentos orgânicos”, entendendo arquivo como “o conjunto de documentos devidamente organizado e tratado para ser recuperado em seu conteúdo ou como informação (D10).

Um arquivo é um conjunto de documentos de uma entidade (organização ou indivíduo), acumulado de forma ordenada (D14).

Outros professores, de forma direta, assumem que o arquivo é formado por um

[...] conjunto de documentos, independentemente do suporte, produzidos no cumprimento das atividades e das funções de determinada instituição (organização) (D1).

[...] conjunto de documentos pensados e administrados de forma orgânica, respeitando-se critérios estabelecidos pela teoria geral da disciplina arquivística, como sua oficialidade, sua inserção em uma funcionalidade empresarial, social, cultural etc.(D7).

[...] conjunto de documentos, quaisquer que sejam seus suportes ou a natureza das informações registradas, produzidos e/ou acumulados por pessoa física ou jurídica no exercício de suas funções ao longo de sua trajetória de vida (D12).

Mas, há também quem defina arquivo como “o conjunto de informações em determinado suporte” (D3). Ou, ainda, que o conceito de arquivo pode ser entendido como

um conjunto orgânico de informação registrada, em qualquer suporte, de uma mesma proveniência, produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades (D6).

[...] um conjunto de informações guardadas por alguém. Em uma linguagem especializada, o conceito de arquivo assume a conotação de um conjunto de informações registradas em qualquer tipo de suporte, devendo ser considerada a relação com as funções da instituição. Por exemplo, as informações que possuem valor primário (administrativo) e valor secundário (fins de preservação da memória) (D13).

No caso da definição dada pelo professor D3, a generalidade é sintomática e não reflete as especificidades que os arquivos têm em relação a outras unidades de informação. Por outro lado, as definições dos demais (D6, D13) são um pouco mais precisas quando admitem a necessidade de registro e de se manter o vínculo com o produtor.

O termo “informação” é ambíguo e, da forma como está sendo utilizado, não serve para caracterizar a natureza dos arquivos. A respeito da falta de precisão conceitual, D13 faz um comentário que preferimos reproduzir abaixo e, que de certa maneira, expõe a fragilidade de definições como a dada pelo professor D3.

O conceito de arquivo, em meu entender, deve ser mais significativamente discutido, sobretudo na área da terminologia, uma vez que não há precisão conceitual e as definições postas atendem a interesses para além de uma epistemologia. Enquanto a arquivologia não postular um corpo de conceitos próprios para sua área e transitar entre episteme e profissão em suas definições, não poderá alçar grandes voos em direção a ser considerada uma disciplina científica (D13).

Considerar a informação como elemento fundamental da noção de arquivo é uma tendência contemporânea que a literatura da área vem registrando, ou seja, a de que a natureza dos arquivos é formada por informação registrada. Mesmo em vista das dificuldades ainda existentes para delimitar o conceito de informação arquivística, o posicionamento vem ganhando força com a abordagem informacional para os arquivos que emerge na sociedade contemporânea.

Para Sousa (2003, p.241), o que distingue a informação como objeto da arquivística é a organicidade, um princípio que

deve ser mantido e que representa “a espinha dorsal de todo o conhecimento arquivístico”.

Silva, no entanto, além de apresentar uma definição para o conceito de informação, indica as bases fundamentais sobre as quais é possível sustentar um discurso científico que considera a informação como objeto de estudo da área. Para esse autor, a informação no âmbito da ciência da informação deve ser entendida como

conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registradas em qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada (Silva, 2006, p.25).

Sua condição como tal deve ser somada às propriedades que o autor indica como: “Estruturação pela ação (humana e social); integração dinâmica; pregnância; quantificação; reprodutividade, transmissibilidade”.

Alguns aspectos em relação ao conceito de arquivo parecem estar mais consolidados, como é o caso do suporte. Não há restrição para os suportes, todos os tipos são aceitos, desde que o documento seja produto de uma atividade humana de caráter administrativo, jurídico ou técnico-científico, considerado uma “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora” (Marques, 2007, p.206).

Outro aspecto que gostaríamos de destacar das definições atribuídas pelos professores aos arquivos é o fato de não mencionarem os objetivos do arquivo. A exceção são os professores D5 e D10, que indicam que esses são responsáveis por disponibilizar informações ao usuário e à pesquisa. No entanto, não é possível afirmar se estão sendo considerados os arquivos correntes e intermediários que servem, preferencialmente, ao próprio produtor, seu usuário por excelência.

Dentre os diferentes posicionamentos, houve um professor que, ao ser solicitado para elaborar uma definição de arquivo, se manifestou da seguinte forma:

Nas disciplinas que ministro, procuro transmitir os conteúdos já consolidados pela arquivologia, tanto os clássicos como *Manual dos arquivistas holandeses*, Duchein, Schellenberg, Heredia, Michael Cook, como os contemporâneos, Theo Thomassen, Luciana Duranti, Terry Eastwood. Além disso, utilizo e apresento aos alunos as definições dos dicionários e glossários da área: *Dictionary of Archival Terminology do International Council on Archives*, *Glossary of Society of American Archivists* e *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Dibrate) do Arquivo Nacional (D11).

O uso da literatura clássica e contemporânea em sala de aula é bastante salutar, pois leva o aluno a refletir sobre um possível posicionamento diante de ambos. Mas, a partir dessa resposta, não foi possível conhecer a perspectiva do professor acerca do referido conceito.

Em síntese, pudemos observar as diferentes formas de entendimento que os professores têm em relação ao arquivo. É notória a tendência em aceitar que os arquivos são formados por um conjunto de documentos que possuem características próprias e que se resumem no contexto de produção. Para os demais, que indicam que o arquivo é formado por um conjunto de informações orgânicas, o registro é fundamental, assim como o vínculo com seu produtor. No entanto, alguns professores elaboraram definições genéricas que poderiam ser usadas para caracterizar outro tipo de sistema de informação.

O conceito de informação arquivística na perspectiva dos professores

O conceito de informação arquivística tem sido disseminado na literatura, caracterizando a aproximação dos arquivos com a perspectiva informacional. No entanto, a constatação da emergência da noção de informação arquivística revela em seus meandros que, em termos conceituais, a busca pelo significado real continua necessária.

Assim como existe um nível de diversidade na apresentação da literatura para o que nos referimos como “noção de informação arquivística”, essa de certa maneira também se reproduz nas construções dos professores. Alguns, para expressar o que entendem por informação arquivística, justificam tal posicionamento, afirmando que a literatura arquivística não concede respaldo para tal questão. De fato, a literatura de modo geral indica como um conceito novo, que requer aprofundamento para se chegar a uma identificação mais precisa do que seja informação arquivística. O que temos registrado na literatura brasileira em matéria desse assunto ainda não responde a todas as inquietações que essa expressão possa causar. De qualquer modo, pretendemos destacar aspectos característicos dessa categoria de informação apontados professores.

Percebemos que os professores, de modo geral, relacionam a informação arquivística com o documento, ou seja, admitem a proeminência da materialidade para esta informação. Mas vejamos o que afirma D3: “A informação independe do suporte”. Parece querer dizer que esse tipo de informação não depende do suporte, porém, não é o que encontramos na literatura arquivística que sinaliza como eixo principal para identificar este tipo de informação, o registro em um suporte.

Da mesma forma, a afirmação de outro professor que nos chama a atenção é a informação orgânica, não material. Não apresentada no documento em si, mas em relação com os outros documentos. É a informação compreendida a partir das diferentes relações dos documentos que compõem o arquivo (D9).

É importante destacar que alguns autores compreendem que a informação arquivística pode contemplar duas dimensões: uma que diz respeito à informação gerada a partir do conjunto de documentos organicamente acumulados e outra fruto das informações do arquivo propriamente dito. Acreditamos que em ambas as situações a construção material é imprescindível.

Dentre os teóricos que defendem a materialidade da informação arquivística, destacamos Lopes (1996), Silva (2008a) e, mais recentemente, Sousa (2009), para os quais é preciso haver registro em suporte definido, ou seja, sem isso não há informação.

No entanto, nota-se que ainda existem muitas dúvidas em relação à natureza e às características da informação arquivística, que ora são entendida como sinônimo de documento, ora como um tipo de informação específica de arquivos. Nesse sentido, D7, D11, D13 e D14 assumem a dificuldade em definir “informação arquivística”.

É um conceito bastante novo, principalmente devido às inovações trazidas pelas novas tecnologias e pela emergência da informação como base conceitual. Por sinal, bastante complexa. Não entendo que haja clareza suficiente para uma definição mais completa. Devido à ampliação do entendimento do conceito de documento e mesmo às novas funcionalidades informacionais e aos usos dos documentos informáticos, a informação arquivística surge como necessidade conceitual para dar conta dos documentos que redirecionam a atenção para novas perspectivas documentais e informacionais (D7).

Apresento os conceitos consolidados pela área: informação, documento, documento arquivístico, documento digital e documento arquivístico digital. Este termo informação arquivística não está presente nos dicionários, e mesmo a bibliografia de autores contemporâneos como Thomassen, Terry Cook e Duranti não apresenta este conceito; Couture utilizou o conceito de informação registrada, e não informação arquivística. Portanto ainda é um termo debatido na área e necessita de aprofundamento e discussão teórica (D11).

Poder-se-ia afirmar que é a informação matricial, registrada. No entanto, não podemos deixar de observar que esta conceituação é precária, uma vez que está envolvido o contexto que traz em si perguntas como: O que é matricial? Existe um documento único, natural ou tudo faz parte das condições de produção de determinado ambiente, arquivo e arquivista? No meu entender, a arquivologia sozinha não tem condições de responder a esta questão, pois faltam constructos teóricos, o que inviabiliza a definição (D13).

Não é um conceito presente nas principais fontes que uso para fundamentar as aulas de introdução à arquivologia (o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, por exemplo, não faz menção). Portanto, eu

não defino ou assumo uma definição de senso comum, como “a informação presente em arquivos”. Apenas a partir desta pergunta fiz uma rápida pesquisa que me parece confirmar a expressão de senso comum. Ou seja, não me parece demandar definição (D14).

A informação de caráter arquivístico é denominada por Rousseau e Couture (1998) como informação orgânica registrada e, como tal, diz respeito à informação gerada com base no conjunto de documentos organicamente acumulados. Tomando esse aspecto como categoria de consenso, apresentamos as definições dos professores que se referem a algum tipo de organicidade.

A organicidade parece um indicio importante do tipo de informação que se pretende como objeto da área arquivística e aparece nas definições de um grupo de professores, embora com conotações um pouco distintas. Penso que a informação arquivística pode ser entendida a partir do processo orgânico da produção dos documentos – entendendo, nesse momento, documento como suporte da informação. Levando em consideração que esses documentos precisam de instrumentos e tratamentos que viabilizem sua acumulação ordenada, somados a recursos e práticas para descrição das informações contidas nos documentos, fazendo uso das TICs para viabilizar e otimizar o acesso às informações que são, então, o produto de determinada instituição (organização) (D1).

É a informação registrada de caráter orgânico caracterizada por ser específica, original, única (D2).

A informação arquivística é aquela cujos documentos são resultantes de produção, recebimento, tramitação referentes às atividades e funções de instituições públicas e privadas, servindo de prova, sendo única e acumulada organicamente para efeitos futuros e de pesquisa (D5).

É “um artefato humano com pressupostos e características próprias” (Souza, 2008), tais como: organicidade, imparcialidade, autenticidade, naturalidade etc. (D6).

É a informação orgânica, não material. Não apresentada no documento em si, mas em relação com outros documentos. É a informação compreendida a partir das diferentes relações dos documentos que compõem o arquivo (D9).

Na arquivística contemporânea tem-se defendido a ideia de que uma informação arquivística seria aquela proveniente de consulta e análise dos documentos de arquivo ou de um sistema de arquivos; uma informação que se notabilizaria pela característica de organicidade, reflexo da natureza dos conjuntos arquivísticos. Ela se diferenciaria da informação de caráter mais tópico, descontextualizada, mais próxima da que se obtém nas bibliotecas e centros de documentação (D12).

Chamamos a atenção do leitor para as respostas dadas por alguns professores

– A informação independe do suporte (D3).

– Conteúdo gerado no âmbito organizacional de valor primário (administrativo ou funcional) e secundário (social e histórico) (D8).

São afirmações genéricas e que permitem diferentes interpretações. No primeiro caso, pode-se entender que a informação prescindir de suporte para garantir sua existência ou, ainda, em uma hipótese mais remota, que qualquer suporte seria utilizável para registro dessa informação. No entanto, a materialidade é imprescindível no caso dos arquivos, que desde sua origem são constituídos por documentos. Quanto ao suporte, a literatura tem demonstrado que o consenso é admitir-se que o documento pode ser elaborado em todo tipo de suporte. Entretanto, a informação registrada nesse suporte deve ser gerada no âmbito da organização, como decorrência das atividades que desenvolve.

Informação arquivística é uma particularidade da informação no campo da arquivística, que a diferencia de outros tipos de informação, como informação biblioteconômica. A informação arquivística, para

mim, compreende o conteúdo e o suporte, pois este último também é informação, como nos ensinam a paleografia e a diplomática (D4).

A premissa do professor é de que a informação arquivística é distinta em sua natureza. No entanto, não consegue explicitar, de modo convincente, em que condições essa distinção acontece.

Em relação à particularidade da informação arquivística, outro professor identifica que se trata de uma informação específica que é registrada em documentos de arquivo.

Partindo do pressuposto que arquivo é o conjunto de documento orgânico, defino a informação arquivística como informação sobre conteúdos dos documentos de arquivos; assim os documentos devem estar devidamente organizados (classificação), tratados (preservação), acessível (instrumentos e ferramentas para acesso aos conteúdos dos documentos) (D10).

Em sua afirmação, o professor se refere a uma informação elaborada a partir do conteúdo dos documentos de arquivo e que depende da existência de um tratamento adequado atribuídos aos documentos.

As diferentes propostas para o que identificamos como informação arquivística revelam situações distintas e nos levam ao seguinte questionamento: Como os professores estão entendendo a organicidade? Na concepção deles, qual é o elemento que marca sua existência?

O professor D1 faz uma inserção importante, de que “a informação arquivística é entendida a partir do processo orgânico de produção dos documentos”. Nesse sentido, a organicidade está atrelada à forma de produção dos documentos, e como consequência natural a informação gerada a partir desses é de natureza arquivística. D9 afirma que esse tipo de informação não está no documento em si, mas em sua relação com os demais documentos.

Esse aspecto também é colocado por Bellotto (1998a, p.2); esse tipo de informação possui natureza jurídico-administrativa, carece de suporte e é produzida “dentro do contexto do exercício das funções e dos objetivos a que se propõem as entidades e, neste sentido,

as informações são orgânicas”. Porém, mais recentemente, as reflexões da autora a fizeram admitir que a expressão “informação arquivística” é equivocada (Bellotto, 2010, p.7).

A partir da análise das informações obtidas junto aos professores, acreditamos que o conceito de informação orgânica registrada que fora introduzida no Brasil por Rousseau e Couture (1998) em dado momento foi transportado com a designação de informação arquivística. Desde então, tem sido interpretada de modo distinto, ora como informação extraída de um conjunto de documentos gerados por uma instituição como necessidade para registrar sua ação, ora como informação sobre os conteúdos dos documentos e, ainda, como o tipo de informação que emerge do relacionamento entre os documentos de uma mesma proveniência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, podemos afirmar que a área arquivística vem se desenvolvendo de modo promissor. Os cursos de arquivologia são um dos pilares que promovem esse avanço e constituem espaço ideal para as reflexões sobre a forma como a área pode desempenhar seu papel social, na medida em que uma parcela importante do conhecimento disseminado é gerada no âmbito acadêmico, produzido por professores, que têm a função de preparar novos profissionais, aspecto que deles exige capacidade intelectual, interpessoal, flexibilidade etc.

Atualmente, percebemos que o número de textos publicados com a temática voltada para assuntos arquivísticos tem aumentado. Muitas publicações são mantidas por instituições arquivísticas ou associações profissionais que, com esse tipo de ação, cumprem com um de seus objetivos: fazer o intercâmbio de experiências e favorecer a consolidação do conhecimento.

Também no âmbito acadêmico, os cursos de pós-graduação em ciência da informação têm abrigado pesquisas voltadas para as questões arquivísticas, contribuindo para o desejável aprofundamento teórico de área, que busca fortalecer sua identidade como disciplina científica.

Na presente tese, foi possível refletir, no Capítulo 1, sobre como o movimento da sociedade interagiu com os arquivos, culminando na especialização de profissionais que desenvolvem suas práticas respaldados pelo conhecimento científico. Os diferentes momentos do arquivo e a forma como ele se constituiu em um conceito, objeto de estudo de uma área do conhecimento, nos leva a afirmar que a relação entre o arquivo e a sociedade é primordial – o ser humano nem sempre estabelece conscientemente essa relação, mas isso está de tal forma imbricado que a saúde, o trabalho e tudo o mais remete, de alguma forma, a lembrar que o arquivo existe.

Igualmente pudemos retornar à origem dos arquivos, buscando compreender os momentos pelos quais os arquivos passaram e, dessa forma, entrando algumas respostas para as opções teóricas feitas pelos atores da atual sociedade. Os arquivos tiveram sua importância concebida desde sempre; porém, a cada época tal importância era destacada por questões diferentes. No tocante à relação dos arquivos com o documento, essa desde sempre foi muito estreita e, à medida que a produção documental foi crescendo, os arquivos foram impulsionados a responder às novas demandas.

O desenvolvimento da sociedade molda a função dos arquivos, os quais, por muito tempo, estiveram relacionados apenas à administração; de qualquer maneira, não se pode esquecer que os arquivos assumem as características de produto social e, como tal, têm também um papel importante junto à esfera cultural, no tocante à preservação da memória coletiva. A consciência disso levou vários teóricos a se debruçar sobre o estudo de sua natureza e suas características, assim como dos desdobramentos decorrentes da interação entre arquivos e a sociedade.

Na medida em que a sociedade torna-se mais complexa, os arquivos reproduzem essa complexidade, na forma de produção e tratamento da documentação. O processo de produção documental é um fenômeno que exige reflexão baseada em parâmetros científicos, capazes de gerar ações profissionais eficientes e de aplicação imediata.

A arquivística enquanto área do conhecimento foi sendo construída paulatinamente e teve o suporte de diferentes disciplinas,

entre as quais destacamos, no Capítulo 2, a diplomática. A instrumentalização trazida pela diplomática foi o mote que a arquivística precisava para, em dado momento, se fortalecer como disciplina, uma vez que foi possível construir, a partir de preceitos diplomáticos, o conceito de documento de arquivo, que é considerado um dos objetos de estudo da área.

O documento de arquivo é formado com base em alguns elementos considerados como distintivos. Destacamos a forma de produção deles como elemento incontestável dessa especificidade, ou seja, atividades e funções de uma organização são concretizadas e registradas em documentos que têm como finalidade básica comprovar todo procedimento administrativo.

Notamos, entretanto, que existem controvérsias quanto à capacidade probatória ou testemunhal dos documentos. Da mesma forma que alguns teóricos acreditam que esses atributos sejam incontestáveis, mais recentemente outros defendem que a autenticidade e a imparcialidade desse testemunho são questionáveis. Tendemos a admitir que essa reflexão é pertinente, considerando, entre outras coisas, que o emprego das tecnologias de comunicação e informação promove maior probabilidade de manipulação e conservação do conjunto de documentos, de acordo com os interesses de quem o produz.

Muitas outras questões têm instigado a comunidade arquivística a refletir suas práticas e sua teoria. A busca por soluções de cunho prático-teórico para os problemas decorrentes da excessiva produção documental e a forte valorização da informação têm resultado em avanços importantes para a arquivística.

Fato é que testemunhamos, hoje, a realidade de uma área do conhecimento que desenvolveu princípios e teorias para subsidiar as práticas, de modo a fugir do empirismo. Profissionais têm sido habilitados, alicerçados por reflexões elaboradas e avaliadas nos limites de uma comunidade científica. Assim, no Capítulo 3, traçamos a trajetória da formação desses profissionais no Brasil, observando, entre os anos de 1980 a 1990, um desenvolvimento notório em termos de criação de cursos superiores. A partir desse

fato, eventos, publicações e movimentos associativos foram os dobramentos mais visíveis da área. Outros fatos decorrentes dos investimentos feitos na área têm sido constatados nas mais diferentes regiões do país, como a inserção crescente de profissionais em ambientes públicos e privados.

O profissional dos arquivos ainda tem muito a conquistar em termos de valorização e mercado de trabalho, mas uma parcela significativa da sociedade já reconhece a necessidade de seu envolvimento com a geração de conhecimento. Esses arquivistas têm sido convocados a atuar com criatividade, eficiência e eficácia na busca de soluções para a produção e organização da massa documental. Isso exige uma prática baseada em pesquisas e capacitação continuada.

Nesse sentido, destacamos os programas de pós-graduação que vêm se caracterizando, por um lado, em um conjunto de cursos e programas em ciência da informação que abrigam temáticas arquivistas e, por outro, algumas iniciativas para a criação de cursos específicos em arquivologia. Deve-se destacar que a pós-graduação tem um compromisso especial com a pesquisa e, portanto, com a geração de novos conhecimentos. Sua criação e desenvolvimento dependem de uma série de fatores, como a tradição em pesquisa e a qualificação docente e investigativa de dado segmento científico. Não se pode esquecer que é na pós-graduação que se torna possível o fortalecimento de linhas de pesquisa e o incentivo à qualidade e ao crescimento da produção científica. Acredita-se que a criação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, em profícuo diálogo com a Associação Brasileira de Educação e Ciência da Informação e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, seja decisiva para que se crie um fórum de discussão e aprofundamento das questões relacionadas ao ensino e à pesquisa.

A reflexão teórica é sempre bem-vinda para aqueles que estão comprometidos com uma ação de intervenção no desenvolvimento social. Professores devem ser qualificados para formar profissionais que serão, ao mesmo tempo, usuários e produtores de conhecimento. Uma qualificação adequada implica ter a compreensão de concei-

tos e princípios científicos elementares da área, os quais oferecem o alicerce para as práticas.

Na literatura arquivística, encontramos definições de arquivo que permitem compreender o arquivo como conjunto de documento, instituição, local ou mesmo móvel. O uso da expressão “informação arquivística” tem sido frequente na literatura, não significando, contudo, que tenham sido feitas reflexões mais elaboradas a respeito de sua pertinência e seu significado. Algumas vezes essa informação é equiparada aos documentos produzidos por organizações institucionais, outras vezes é tratada como um tipo de informação extraída dos documentos pertencentes aos arquivos.

Como professores, no entanto, precisamos exercer a ação docente convictos das particularidades da área. Somos responsáveis por preparar profissionais aptos a atuar no mercado de trabalho e acreditamos que as disciplinas de fundamentos básicos são primordiais na construção do conhecimento arquivístico. Nossa afirmativa parte da constatação de que todos os cursos apresentam disciplinas dessa natureza, o que demonstra preocupação com o ensino dos pilares que sustentam a área.

Atualmente, os cursos de graduação são norteados pelas diretrizes curriculares do Ministério da Educação. A flexibilidade na construção das grades curriculares por parte das instituições de ensino superior é pautada pelas competências gerais e específicas, que marcam os limites fronteiriços do respectivo campo de conhecimento.

Porém, esse tipo de ensino requer o respaldo de um corpo teórico que se proponha discutir, de modo a responder às inquietações intelectuais da comunidade arquivística. A bibliografia arquivística utilizada pelas disciplinas selecionadas nesta pesquisa, de modo geral, deixa a desejar no quesito aprofundamento teórico-conceitual. Vários itens utilizados enquadram-se na categoria de manuais e legislação, que não têm como objetivo promover uma reflexão crítica de cunho teórico-conceitual. Particularmente na literatura nacional, é difícil encontrar uma discussão mais elaborada acerca das características e natureza dos conceitos de arquivo e informação arquivística. Há de se

destacar que em Lopes (1996) há a preocupação em evidenciar propriedades do conceito de informação arquivística, mas, em que pesem os esforços do autor, muitas questões permanecem em aberto, conforme mencionamos anteriormente.

Constatamos que a maioria dos professores dos cursos de arquivologia é formada em biblioteconomia e, embora seja uma área bastante próxima da arquivologia, apresenta uma abordagem conceitual distinta e não atende plenamente aos requisitos impostos pelos arquivos. Mas, felizmente, essa defasagem tem sido percebida e um número significativo de professores tem procurado preencher essas lacunas por meio de cursos de pós-graduação, na área da ciência da informação, mas com a possibilidade de desenvolver pesquisas em arquivologia.

Buscamos, então, conhecer a concepção desses professores que atuam no curso de arquivologia, especificamente no ensino dos conceitos básicos como “arquivo” e “informação arquivística”.

Em relação ao conceito “arquivo”, alguns dos professores entrevistados apresentaram definições parecidas com as encontradas nos dicionários terminológicos. Isso pode significar que existe dificuldade com a internalização desse conceito, na medida em que não conseguimos fugir de uma definição bibliográfica.

A bibliografia utilizada é marcada pelo uso de textos escritos em português, conforme destacamos na análise de dados. Isso pode representar uma dificuldade ao ensino, pois não atinge todo o conjunto de importante bibliografia estrangeira, que, fruto de larga experiência profissional e investigativa de seus autores, apresenta contribuições fundamentais para a construção do conhecimento acerca do que ocorre nos arquivos. Assim, aliando-se às barreiras de docentes e discentes relativamente às línguas estrangeiras, destaca-se a dificuldade de acesso e obtenção de cópia de trabalhos publicados em outros países. Além disso, diferentemente de outras áreas, na arquivologia ainda não temos uma estrutura de indexação de periódicos e de bases de dados que atenda plenamente às demandas dos pesquisadores da área.

Como professores, precisamos nos aplicar na escolha dos itens que irão compor a bibliografia das disciplinas. Esses textos irão sub-

siar os alunos em suas primeiras incursões no campo arquivístico e, portanto, precisam possuir características condizentes com a ementa e os objetivos das disciplinas. É curioso perceber que, dos textos selecionados pelos professores para dar suporte ao ensino dos conceitos mencionados, alguns não preenchem totalmente esse requisito. São textos importantes e de valor indiscutível, mas que discutem outros aspectos da área, não relacionados aos conceitos em destaque.

Os autores mencionados tendem a considerar os arquivos como um conjunto de documentos, e essa tem sido a compreensão também de grande parte dos professores. Isso se reflete, de certo modo, na construção das grades curriculares e, também, em âmbito mais amplo, na programação de eventos científicos.

Quando admitimos que essa é a natureza dos arquivos, temos a possibilidade de pensar em um objeto concreto que tem uma história de estudo construída ao longo dos anos. A materialidade defendida por vários teóricos no campo da ciência da informação configura-se fundamental no meio arquivístico por permitir ao arquivo exercer suas funções de registrar e socializar as informações geradas de modo específico e único.

Trata-se de uma posição tradicional, se considerada a posição de outros autores que propõem a concepção de arquivos como sistema de informação ou como acervo composto por informações orgânicas. No entanto, ao admitir essa última como verdadeira, esbarramos no conceito de informação arquivística, ou informação orgânica, como tem sido apontada por autores da área.

Nesse caso, nem mesmo os dicionários terminológicos apresentam uma definição para a expressão “informação arquivística”, e isso reflete na posição de alguns dos professores, que preferiram ou defini-la de modo genérico, de alguma forma vinculando-a com a questão documental ou omitindo uma posição a respeito. A dificuldade dos professores é, de certa forma, reflexo da lacuna existente na literatura arquivística.

A necessidade de compreender os conceitos de arquivo e informação arquivística nos leva a propor a abertura de espaços para realizar discussões sobre a temática conceitual junto a docentes e alunos.

Nesse sentido, seria importante que esse assunto fosse pautado em eventos da área, nos quais as diferentes concepções pudessem ser debatidas, contribuindo para uma efetiva verticalização teórica.

Seria interessante, ainda, a partir do conhecimento da concepção docente, conhecer como os alunos têm assimilado esses conceitos. Nesse sentido, e à vista daquilo que pudemos constatar na presente pesquisa, acreditamos que a mesma possa, em um futuro próximo, ser objeto de continuidade e de ampliação, voltando-se para aqueles que estão saindo da faculdade e irão enfrentar o mercado de trabalho.

Assim, encerramos essa jornada com a plena convicção de que há muito por fazer em termos de construção do conhecimento arquivístico e de que, como professores, não podemos nos furtar desse papel. Acreditamos na seriedade com que a comunidade arquivística tem se empenhado e estamos dispostos a, dentro de nossos limites, contribuir com a questão.

REFERÊNCIAS

- ALBERCH I FUGUERAS, R. *Los archivos: entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento*. Barcelona: Editora UOC, 2003.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Profissional da informação: entre o espírito e a produção. In: VALETIM, M. L. P. (Org.) *O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000, p.31-51.
- ANDRADE, R. S. Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a norma brasileira de descrição arquivística (Norma) e a descrição arquivística codificada (EAD-DTD) e o projeto archives HUB. *Ponto de Acesso*, v.1, n.2, p.70-100, jul.-dez. 2007.
- ÂNGULO MARCIAL, N. *Manual de tecnología y recursos de la información*. México: Instituto Politécnico Nacional, 1996.
- ARAD, A. O Conselho Internacional de Arquivos e a metodologia arquivística. *Archivum*, Paris, n.29, p.182-93, 1982.
- ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. *Ciência da Informação*, Brasília, v.32, n.3, p.21-7, set.-dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19020.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2009.
- ARÉVALO JORDÁN, V. H. *Teoría, fundamentos y práctica de la archivología*. 1.ed. [Santa Fé]: Virtual e-libro.net, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR12676: Métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação*. Rio de Janeiro, 1992.

- BAHMER, R. Archives. In: *Encyclopedia of Library and Information Science*. Nova York: Marcel Dekker Inc., 1968, p.518.
- BARRETO, A. R. et al. *Gestão de unidades de informação: manual*. Curitiba: TECPAR; Brasília: IBICT, 1997.
- BAUTIER, R. H. La phase cruciale de l'histoire des archives: la constitution des dépôts d'archives et la naissance de l'archivistique (XVIe – début du XIXe siècle). *Archivum*, Paris, v.18, p.139-49, 1968.
- BEARMAN, D. Archival strategies. *American Archivists*, v.58, n.4, p.380-413, 1995. Disponível em: <<http://www.jstor.org/pss/40293938>>. Acesso em: 24 ago. 2009.
- BELLOTTO, H. L. A especificidade da informação arquivística. *Contracampo*, Niterói, n.2, p.21-9, 1998a.
- _____. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.
- _____. *Arquivologia: objetivos e objetos*. Disponível em: <<http://arquivovememoria.files.wordpress.com/2009/04/arquivologiaobjetivo-sobjeto.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2010.
- _____. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2.ed. rev. amp. Rio de Janeiro: FGV, 2004a.
- _____. Informação e o documento arquivístico. *Revista D'Art*, São Paulo, n.2, p.52-5, 1998b.
- _____. *O arquivista na sociedade contemporânea*. 2004b. Disponível em: <<http://polo1.marilia.unesp.br/cedhum/pdf/texto01.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2008.
- BOURDIEU, P. *Science de la science et réflexivité: cours du Collège de France 2000-01*. Paris: Raisons d'agir, 2001.
- BRASIL. Arquivo Nacional. Resolução n.20, de 16 de julho de 2004. Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=71&sid=46>>. Acesso em: 27 jun. 2010.
- _____. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<http://bd.camara.gov.br/bd/bistream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>. Acesso em: 7 set. 2011.

- _____. Parecer CNE/CES n.492, de 3 de abril de 2001. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de filosofia [...], arquivologia e museologia. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2010.
- _____. Resolução CNE/CES n.20, de 13 de março de 2002. Estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de arquivologia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES202002.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2010.
- BRENNEKE, A. *Archivistica: contributo alla teoria ed alla storia archivistica europea*. Milán, 1968. Disponível em: <<http://www.icar.beniculturali.it/biblio/pdf/Brenneke/brenneke.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2010.
- BRITO, D. M. de. A informação arquivística na arquivologia pós-custodial. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.31-50, jan.-jun. 2005. Disponível em: <www.arquivistica.net>. Acesso em: 5 dez. 2009.
- BUCKLAND, M. K. Information as Thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v.42, n.5, p.351-60, 1991.
- CALDERON, W. R. et al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. *Ciência da Informação*, Brasília, v.33, n.3, p.97-104, set.-dez. 2004.
- CAMARGO, A. M. A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.) *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros/Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- CAMPBELL, T. M. Archives and Information Management. *Archivaria*, n.28, 1989. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/11576/12522>>. Acesso em: 23 set. 2009.
- CARVALHO, E. L. de; LONGO, R. M. J. A informação orgânica: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do Conselho de Administração da UEL. *Informação & Informação*, Londrina, v.7, n.2, p.113-33, jul.-dez. 2002.
- CASANOVA, E. *Archivistica*. 2.ed. Siena: Arti Grafiche Lazzeri, 1928.
- CASTRO, A. M. *Arquivologia: sua trajetória no Brasil*. Brasília: Thesaurus, 2008.
- CASTRO, A. M.; GASPARIAN, D. M. C. *Arquivística arquivologia: arquivística = técnica, arquivologia = ciência*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.

- CASTRO, A. A. C.; RODRIGUES, G. M. *A trajetória da arquivística no Brasil: marcos temporais e debates iniciais*. Disponível em: <<http://www.asorchi.CI/DOCS/42.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2010.
- CENCETTI, G. Gli archivi dell'antica Roma nell'età repubblicana. *Archivi*, v.2, p.7-47, 1949. [Reed. em Scritti Archivistici, Roma, p.121-220, 1971.]
- COOK, T. Interacción entre la teoría y la práctica archivísticas desde la publicación del manual holandés en 1898. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVES BEIJING, 13., Canadá, 1996. Anais... Canadá, 1996a. III Sesión Plenaria – informe principal.
- _____. Archives in the Post-Custodial World: Interaction of Archival Theory and Practice Since the Publication of the Dutch Manual in 1898. In: INTERNATIONAL CONGRESS ON ARCHIVAL, 13., Pequim, 1996. Proceedings... Pequim, 1996b.
- _____. What is Past is Prologue: a History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. *Archivaria*, n.43, p.17-63, 1997.
- _____. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum na formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.129-49, 1998.
- _____. Archival Science and Postmodernism: New Formulation for Old Concepts. *Archival Science*, Países Baixos, v.1, n.1, p.3-24, mar. 2001.
- CORNELSEN, J. M.; NELLI, V. J. Gestão integrada da informação arquivística. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.70-84, ago.-dez. 2006.
- COSTA, L. F. da; SILVA, A. C. P. da; RAMALHO, F. A. Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade. *Ciência da Informação* [on-line] v.39, n.2, p.129-43, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-9652010000200011>>. Acesso em: 5 out. 2010.
- COUTO, S. L. do. A definição terminológica: problemas teóricos e práticos encontrados na construção de um glossário no domínio da corrosão. 2003. 114f. Dissertação de mestrado em terminologia e tradução – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.
- COUTURE, C. Le calendrier de conservation the retention schedule: notions fondamentales de L'archivistique intégrée. *Archivum*, v.39, p.6-23, 1994. Actes du 12 Congres International.
- COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D. *A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo*. Tradução de Luís Carlos Lopes. Brasília: Finatec, 1999.

- CRUZ MUNDET, J. R. *Manual de archivística*. 7.ed. Madri: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2008.
- _____. *La formation universitaire des archivistes a l'Union Européenne*, 2009. Disponível em: <http://20090209.archiwa.gov.br.pl/repository/wz/VII%Konferencya/Papers/J_R_Cruz_Mundet_La%20formation.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.
- CUNHA, M. V. da. O profissional da informação e o sistema das profissões: um olhar sobre competências. *Ponto de Acesso*, Salvador, v.3, n.2 p.94-108, 2009. Disponível em: <www.pontodeacesso.ici.ufba.br>. Acesso em: 21 mar. 2011.
- CUNHA, M. V.; CRIVELLARI, H. M. T. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.) *Atuação profissional na área de informação*. São Paulo: Polis, 2004, p.39-54.
- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.101-7, 1978.
- DANTON, G. *Metodologia científica*. Pará de Minas: Virtualbooks, 2002. Edição especial. Disponível em: <www.virtualbooks.com.br>. Acesso em: 13 set. 2011.
- DELMAS, B. Archival Science Facing the Information Society. *Archival Science*, n.1, p.25-37, 2001.
- DELSALLE, P. *Una histoire de l'archivistique*. Quebec: Université du Quebec, 2000.
- DOLLAR, C. M. Archivists and Records Managers in the Information Age. *Archivaria*, v.36, p.37-52, 1993.
- DUARTE, Z. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio*, Porto, 1 série, v.5-6, p.141-51, 2006-07.
- DUCHARME, J.; ROUSSEAU, J. Y. L'interdépendance des archives et de la gestion des documents: une approche globale de l'Archivistique. *Archives*, v.12, n.1, p.5-28, jun. 1980.
- DUCHEIN, M. O papel da arquivologia na sociedade de hoje. *Informativo da Associação dos Arquivistas Brasileiros*, ano 15, n.1, p.2-10, jan.-jun. 2006.
- DUMONT, L. M. M. al. Cursos de graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais: propostas de expansão e flexibilização. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.13, p.223-40, 2008.
- DUPLA DEL MORAL, A. *Manual de archivos de oficina para gestores*. Comunidad de Madrid, Dirección General de Patrimonio Cultural.

- Madrid: Consejería de Educación y Cultura. Comunidad de Madrid/Marcial Pons, 1997.
- DURANTI, L. The Archival Body of Knowledge: Archival Theory, Method, and Practice and Graduate And Continuing Education. *Journal of Education for Library and Information Science*, v.34, n.1, p.8-24, 1993.
- _____. Registro documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.49-64, 1994.
- _____. Reliability and Authenticity: The Concepts and Their Implications. *Archivaria*, n.39, p.5-10, 1995.
- DURANTI, L.; MACNEIL, H. The Protection of the Integrity of Electronic Records: an Overview of the UBC-MAS Research Project. *Archivaria*, v.42, p.46-67, 1996.
- EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Ed.) Currents of Archival Thinking. Califórnia: ABC-CLIO, 2010.
- FAUVEL, T. H. F.; VALENTIM, M. L. Informação orgânica como subsídio para o processo de inteligência competitiva organizacional. In: VALENTIM, M. L. (Org.) *Gestão da informação e do conhecimento*. São Paulo: Polis, 2008, p.229-41.
- FINATTO, M. J. B. O papel da definição de termos técnico-científicos. *Revista da Abralin*, v.1, n.1, p.73-97, jul. 2002.
- FONSECA, M. O. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. *Ciência da Informação*, Brasília, v.28, n.2, p.1999. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/289/255>>. Acesso em: 10 mar. 2003.
- _____. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- _____. As estruturas de produção do conhecimento arquivístico: quadros em movimento. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v.7, n.1, jan.-jun. 2008.
- FONSECA, A. M. F.; ODDONE, N. Breves reflexões sobre o profissional da informação e sua inserção no mercado de trabalho. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/AngelaNanci.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2010.
- FRANCO, M. L. P. B. *Análise de conteúdo*. 2.ed. Brasília: Liber Livro, 2005.
- FREDRIKSSON, B. Postmodernistic Archival Science: Rethinking the Methodology of A Science. *Archival Science*, Países Baixos, v.3, n.2, p.177-97, jun. 2003.
- FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G.

de (Orgs.). *Dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, p.13-36.

FURLANETO NETO, M.; BELLINETTI, G. A assinatura digital como prova de autoria do documento eletrônico. *Revista Em Tempo*, Marília, v.7, p.9-24, 2008.

FUSTER RUÍZ, F. Archivística, archivo, documento de archivo... necesidad de clarificar los conceptos. *Anales de documentación*, n.2, p.103-20, 1999.

GAGNON-ARGUIN, L. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística: considerações históricas. In: ROUSSEAU, J. Y; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

GALENDE DÍAZ, J. C.; GARCÍA RUIPÉREZ, M. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística. *Revista General de Información y Documentación*, v.13, n.2, p.7-35, 2003.

GARCIA, O. M. C.; SCHUCH JÚNIOR, V. F. A aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação. *Informação & Informação*, Londrina, v.7, n.1, p. 41-56, jan.-jun. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, Brasília, v.2, n.1, p.115-34, jan.-dez. 2009.

GUIMARÃES, J. A. C. Moderno profissional da informação: elementos para sua formação no Brasil. *Transinformação*, Campinas, v.9, n.1, p.124-37, jan.-abr. 1997.

_____. Ciência da informação, arquivologia e biblioteconomia: em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais. In: GUIMARÃES, J. A. C.; FUJITA, M. S. L. (Orgs.) *Ensino e pesquisa em biblioteconomia no Brasil: a emergência de um novo olhar*. Marília: Fundepe, 2008, p.33-43.

GUTIÉRREZ MUÑOZ, C. El documento archivístico. In: _____. *Descripción de documentos archivísticos (Materiales de trabajo)*. Lima: Instituto Riva-Agüero, Pontificia Universidad Católica del Perú, 1982.

HEREDIA HERRERA, A. *Archivística general: teoría y práctica*. 6.ed. Sevilla: Diputación Provincial, 1993.

- _____. *¿Qué es un archivo?* Espanha: Ediciones Trea, 2007.
- HORA, S. R. A. da; SATURNINO, L. P. T.; SANTOS, E. C. dos. *A evolução do arquivo e da arquivologia na perspectiva da história*. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/33326/1/A-EVOLUÇÃO-DO-ARQUIVO-E-DA-ARQUIVOLOGIA-NA-PERSPECTIVA-DA-HISTÓRIA/pagina1.html>>. Acesso em: 14 mar. 2010.
- INNARELLI, H. C. Os dez mandamentos da preservação digital. In: SANTOS, V. B.; INNARELLI, H. C.; SOUSA, T. R. B. *Arquivística: temas contemporâneos*. Brasília: Senac, 2007.
- INDOLFO, A. C. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.28-60, jul.-dez. 2007.
- JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. 3.ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- JARDIM, J. M. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.251-60, 1992.
- _____. *O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação, cadernos de textos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999b. Disponível em: <http://www.conarq.arquivo-nacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/o_acesso_inform_ao_arquivistica_no_brasil.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2002.
- _____. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1995.
- _____. *Transparência e opacidade do Estado no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1999a.
- JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. As relações entre a arquivística e a ciência da informação. *Cadernos Bad*, v.2, p.29-45, 1992.
- _____. Arquivos. In: CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. T.; MACEDO, V. A. A. *Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação*. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998, p.369-89.
- _____. Educação arquivística, pesquisa e documentos eletrônicos. *Cenário Arquivístico*, Brasília, v.2, n.2, p.52-55, 2003.
- _____. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *Datagramazero*, v.5, n.5, out. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/Art_04.htm>. Acesso em: 13 maio 2010.
- JENKINSON, H. *A manual of Archive Administration*. Oxford: The Clarendon Press, 1922. Disponível em: <<http://www.worldcat.org/title/manual-of-archive-administration-including-the-problems-of>>

-war-archives-and-archive-making/oclc/665143919?title=&detail=&page=frame&url=http%3A%2F%2Fbooks.library.ualberta.ca%2Flocal%2Fmanualofarchivea00jenkuoft%26checksum%3D9fcd7abc6b035bae285320e9175ad159&linktype=digitalObject>. Acesso em: 23 jun. 2010.

- KEMONI, H. N.; WAMUKOYA, F.; KIPANG'AT, J. Obstacles to Utilization of Information Held by Archival Institutions: A Review of Literature. *Records Management Journal*, v.13, n.1, p.38-42, 2003.
- KETELAAR, E. Archival Theory and the Dutch Manual. *Archivaria*, 1o jan. 1996. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/articles/view/12123/13118>>. Acesso em: 20 abr. 2010.
- _____. Tacit Narratives: The Meanings of Archives. *Archival Science*, v.1, n.2, p.131-41, jun. 2001.
- KOHL, M. F. Innovating the Service Sector: An Information Age Myopia. *ARMA: Records Management Quarterly*, v.26, n.1, p.3-13, 1992.
- KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.134-46, 1992.
- LE COADIC, Y. *A ciência da informação*. 2.ed. rev. atual. Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- LEÃO, F. C. A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G). 2006. 81f. Dissertação de mestrado em ciência da informação – ECA/Universidade de São Paulo, 2006.
- LODOLINI, E. El problema fundamental de la archivística: la naturaleza y el ordenamiento del archivo. *Irargi Revista Archivística*, n.1, p.27-61, 1988.
- _____. *Archivística: principios y problemas*. Madri: La Muralla, 1993.
- _____. *La gestion des documents et l'archivistique*. In: MANAGEMENT OF RECORDED INFORMATION, 1989, Ottawa. Proceedings... Munique, Londres, Paris: K. G. Saur, 1990.
- _____. *Lineamentidi storia dell'archivistica italiana: dalle origini alla metà del secolo XX*. Roma: La Nuova Itelia Scientifica, 1991.
- LOPES, L. C. *A informação e os arquivos: teorias e práticas*. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996.
- LÓPEZ YEPES, J. *Notas acerca del concepto y evolución del documento contemporáneo*. Disponível em: <<http://www.ucm.es/centro/cont/descargas/documento11910.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2010.

- LOUREIRO, M. F.; JANNUZZI, P. M. Profissional da informação: um conceito em construção. *Transinformação*, Campinas, v.17, n.2, p.123-51, maio-ago. 2005.
- LOUZADA, J. M. Os conceitos de documento e de informação na literatura arquivística. Trabalho de conclusão de curso. 48f. (Arquivologia), Unesp, 2007.
- MAcNEIL, H. Archival Theory and Practice: Between Two Paradigms. *Archivaria*, n.37, p.6-20, 1994. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11982/12941>>. Acesso em: 14 abr. 2010.
- MAIA, A. O processo histórico de construção do curso de arquivologia no Brasil. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada5/TRABALHOS/G_T5_E_SUPE-RIOR/1/501.PDF>. Acesso em: 11 jun. 2010.
- MARCACINI, A. T. R. O documento eletrônico como meio de prova. São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://augustomarcacini.net/index.php/DireitoInformatica/DocumentoEletronico>>. Acesso em: 23 jul. 2011.
- MARCONDES, C. H. Informação arquivística, estrutura e representação computacional. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.17-32, 1998.
- MARINHO JÚNIOR, I. B.; GUIMARÃES E SILVA, J. Arquivos e informação: uma parceria promissora. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.15-32, 1998.
- MARQUES, A. A. C. Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística no Brasil. 2007. Dissertação de mestrado em ciência da informação – Universidade de Brasília, 2007.
- _____. *Archivística: principios y problemas*. Madri: La Muralla, 1993.
- _____. Os diálogos e as contribuições da arquivologia no campo da Ciência da Informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, mesa redonda “Patrimônio cultural arquivístico: arquivologia, museologia, biblioteconomia”, 15, Goiânia, 2008. Disponível em: <www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/.../angelica.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2010.
- _____.; RODRIGUES, G. M. A constituição do campo científico da arquivística e suas relações com a ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação, 8, 2007, Salvador. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--115.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

- _____.; _____. Os cursos de arquivologia no Brasil: conquista de espaço acadêmico- institucional e delineamento de um campo científico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 15, 2008, Goiânia. Resumos... Goiânia: AAB; AAG, 2008. Disponível em: <www.aag.org.br/anaisxvcbba/conteudo/resumos/comunicacoes.../angelica.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2010.
- _____.; _____. A arquivística nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancibs): análise preliminar da influência do pensamento arquivístico internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação, A responsabilidade social da Ciência da Informação, 10, 2009, João Pessoa. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/pages/anais-do-enancib.php>>. Acesso em: 15 fev. 2010.
- _____.; _____. *A trajetória da arquivística no Brasil: marcos temporais e debates iniciais*. Disponível em: <www.asocarchi.cl/DOCS/42.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2010.
- _____.; _____. *Interlocuções entre a arquivologia internacional e a nacional: referenciais teóricos para a sua compreensão*. Disponível em: <<http://congresso.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/view/395>>. Acesso em: 13 jan. 2011.
- MARTÍN-POZUELO, M. P. *La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia*. Madri: Universidad Carlos III-BOE, 1996.
- MASON, R. O. What is an Information Professional. *Journal of Education for Library and Information Science*, Arlington, v.31, n.2, p.121-38, 1990.
- MASSON, S. M. A arquivística sob o prisma de uma ciência da informação: uma proposta de Silva & Ribeiro. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.85-103, jan.-jun., 2006. Disponível em: <www.arquivistica.net>. Acesso em: 5 dez. 2009.
- MATTOS, A. M.; DIAS, E. W. Análise de cocitação de autores: questões metodológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação, 11, 2010, Rio de Janeiro. Disponível em: <www.enancib.ibict.br>. Acesso em: 25 ago. 2011.
- MAURI MARTÍ, A.; PERPINYÀ MORERA, R. *Estudiar archivística: dónde y por qué*. Tréa: Gijón, 2008.
- McGARRY, K. *O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

- MENDO CARMONA, C. Los archivos y la archivística: evolución histórica y actualidad. In: RUIZ RODRÍGUEZ, A. A. (Ed.) *Manual de archivística*. Espanha: Síntesis, 1995a, p.19-38.
- _____. El largo camino de la archivística: de práctica a ciencia. *Signo – Revista de Historia de la Cultura Escrita*, n.2, p.113-32, 1995b.
- MENNE-HARITZ, A. Access: The Reformulations of an Archival Paradigm. *Archival Science*, v.1, n.1, p.57-82, 2001.
- _____. An Archival System With Old Traditions in a Time of Change. *Archival Science*, v.3, n.4, p.321-7, dez. 2003. Disponível em: <http://novo.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pmetabusc&mn=70&smn=78&sfx=aHR0cDovL2J1c2NhZG9yLnBlcmlyZGlib3MuY2FwZXMuZ292LmJyL1Y/aW5zdG10dXRIPUNBUEVTJnBvcnRhbD1OT1ZPJm5ld19sbmc9UE9SjMz1bmM9ZmluZC1la10xJnNmeGdyb3VwPUEm>. Acesso em: 25 ago. 2009.
- MICHEL, M. H. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos*. São Paulo: Atlas, 2005.
- MIRANDA, R. C. R. O uso da informação na formulação de ações estratégicas pelas empresas. *Ciência da Informação*, Brasília, v.28, n.3, p.284-90, set.-dez. 1999.
- MORAES, C. R. B. de; FADEL, B. Triangulação metodológica para o estudo da gestão da informação e do conhecimento nas organizações. In: VALENTIM, M. L. (Org.) *Gestão da informação e do conhecimento*. São Paulo: Polis, 2008.
- MORENO, A. V. El tiempo de la archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. *Ciência da Informação*, Brasília, v.33, n.3, p.76-96, set.-dez. 2004.
- MORENO, N. A. A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias. Belo Horizonte, 2006, 220f. Tese de doutorado em ciência da informação – Universidade Federal de Minas Gerais.
- _____. A informação arquivística e o processo de tomada de decisão. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.17, n.1, p.13-21, jan.-abr. 2007.
- MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- MORIN, E.; LE MOIGNE, J. Complexidade: os desafios do método. In: _____. *A inteligência da complexidade*. Tradução de Nurimar Maria Falci. 2.ed. São Paulo: Peirópolis, 2000, p.90-137.

- MULLER, S. P. M. Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a óptica de Abbott: proposta de estudo. In: MULLER, S. P. M.; BAPTISTA, S. G. (Org.). *Profissional da informação: o espaço de trabalho*. Brasília: Thesaurus, 2004, p.23-54. (*Estudos avançados em ciência da informação*, v.3).
- MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. [Handleiding voor het ordenen en beschrijven van de vereniging van archivariissen, 1898.]
- MURGUIA, E. I. Discursividade da ciência da informação e sua institucionalização na biblioteconomia e a arquivologia: um estudo comparado. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11, 2010, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://congresso.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/view/395>>. Acesso em: 13 jan. 2011.
- NAGEL, E. Ciência: natureza e objetivo. In: MORGENBESSER, S. *Filosofia da ciência*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- NASCIMENTO, M. A.; FLORES, D. A gestão da informação arquivística como subsídio ao alcance e à manutenção da qualidade. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.62-77, jul.-dez. 2007.
- _____. A gestão da informação arquivística na implementação de sistemas de qualidade. *Ponto de Acesso*, Salvador, v.2, n.2, p.80-93, ago.-set. 2008. Disponível em: <www.pontodoeacesso.ici.ufba.br>. Acesso em: 27 jan. 2010.
- NEVES, F. R. Karl Popper e Thomaz Kuhn: reflexões acerca da epistemologia contemporânea I. *Revista da Farn*, Natal, v.2, n.1, p.143-8, jul.-dez. 2002.
- NUÑEZ FERNÁNDEZ, E. *Organización y gestión de archivos*. Gijón (Asturias): Ediciones Trea, 1999.
- OLIVEIRA, M. K. Vygotsky e o processo de formação de conceitos. In: _____. *Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992.
- OLIVEIRA, L. M. V. de. Os usuários da informação arquivística. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.53-74, jul.-dez. 2006a.
- _____. O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos. 146f. 2006b. Dissertação de mestrado em ciência da informação – UFF/IBICT, 2006. Disponível

- em: <<http://www.uff.br/ppgci/Dissertacao%20Lucia%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2010.
- OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- OLIVEIRA, F. H. A formação do arquivista na Universidade de Brasília frente às demandas profissionais e de mercado da capital federal. 2010. 160f. Dissertação de mestrado em ciência da informação – Universidade de Brasília, 2010. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6611>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- PAES, M. L. Arquivo: teoria e prática. 3.ed. rev. amp. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- PINHEIRO, L. V. R. A ciência da informação entre luz e sombra: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. Tese de doutorado em comunicação – UFRJ/Eco, 1997.
- _____. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. *Informação e Sociedade*, João Pessoa, v.15, n. 1, p.13-48, 2005.
- PINTO, L. G.; OCHÔA, P. (Coords.) A imagem das competências dos profissionais de informação-documentação: relatório. Observatório da profissão de informação- documentação. Lisboa, 2006.
- PONJUÁN DANTE, G. Perfil del profesional de información del nuevo milenio. In: VALENTIM, M. L. P. *O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000, p.91-105.
- RABELLO, R. História dos conceitos e ciência da informação: apontamentos teórico- metodológicos para uma perspectiva epistemológica. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, n.26, p.17-46, 2º sem. 2008.
- _____. A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação. 331f. 2009. Tese de doutorado em ciência da informação – Unesp de Marília, 2009.
- REIS, L. O arquivo e a arquivística: evolução histórica. *Biblios – Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información*, ano 7, n.24, abr.-jun., 2006.
- RIBEIRO, F. Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. In: ENCONTROS DO OUTONO – MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO – BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS, 4, Vila Nova de Famílias, Casa das Artes, 2001a. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10091.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2009.
- _____. Archival Science And Changes in the Paradigm. *Archival Science*, v.1, n.3, p.295-310, 2001b.

- _____. Da arquivística técnica à arquivística científica: a mudança de paradigma. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio*, Porto, I série, v.1, p.97-110, 2002.
- _____. O perfil profissional do arquivista na sociedade da informação. In: JORNADAS LUSO-CABOVERDIANAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PORTUGAL E CABO VERDE: dois povos, duas nações e uma história em comum. Universidade Portucalense, 2004. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8871.PDF>>. Acesso em: 23 jul. 2010.
- RODRIGUES, A. C. Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos. 2008. 258f. Tese de doutorado em história social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 2008.
- _____. Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10, João Pessoa, 2009, p.1-20. Disponível em: <<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/481/1/GT%20%20Ttxt%207-%20RODRIGUES,%20Ana%20C%C3%A9lia.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2011.
- RODRIGUES, G. M.; MARQUES, A. A. C. Archival Science in Brazil: The Establishment of Scientific Discipline and its Impact on Training Archivists the Era of Information and Knowledge. *Archival Science*, v.8, n.2, p.103-21, 2009.
- RODRÍGUEZ BRAVO, B. *El documento: entre la tradición y la renovación*. Gijón: Ediciones Trea, 2002.
- RODRÍGUEZ LÓPEZ, M. C. La delimitación de la archivística como ciencia. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/Mcrlopez.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2009.
- ROMERO TALLAFIGO, M. *Archivística y archivos: soportes, edificio y organización*. 2.ed. rev. amp. Carmona (Sevilla): S&C, Asociación de Archiveros de Andalucía, 1994.
- RONDINELLI, R. C. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- ROUSSEAU, J. Y; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

- ROUSSEAU, R.; ZUCALA, A. A Classification of Author Co-Citations: Definitions and Search Strategies. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v.55, n.6, p.513-29, 2004.
- RUIZ RODRÍGUEZ, A. A. (Ed.) *Manual de archivística*. Madri: Síntesis, 1995.
- RUMSCHÖTTEL, H. The Development of Archival Science as a Scholarly Discipline. *Archival Science*, v.1, n.2, p.143-55, jun. 2001.
- SANDRI, L. La storia degli archivi. In: ACTAS DU VIÈME CONGRÈS INTERNATIONAL DES ARVHIVES, 6, 1968. *Archivum*, v.18, p.101-13, 1970.
- SANTANA, Y. D.; MENA MUGICA, M. M. Evolução de la ciencia archivística. *Acimed*, v.20, n.1, p.1-16, 2009. Disponível em: <<http://scielo.sld.cu>>. Acesso em: 22 jul. 2010.
- SANTOS, V. B. dos; INNARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. de (Orgs.). *Arquivística: temas contemporâneos*. Brasília: Senac, 2007.
- SANTOS, J. T. J.; TOUTAIN, L. M. B. B. Automação de unidades de informação arquivística: o modelo alternativo do software livre. *Informação & Informação*, Londrina, v.12, n.2, jul.-dez. 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1770>>. Acesso em: 22 jul. 2010.
- SCHELLENBERG, T.R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- SILVA, A. M. da. *Documento e informação: as questões ontológica e epistemológica*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2006. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/1026/8742>>. Acesso em: 13 jul. 2010.
- _____. et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 2.ed. Porto: Afrontamento, 2002, v.1.
- SILVA, E. P. da. A abordagem informacional no arquivo nacional do Brasil. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA MERCOSUL, 7, 2007. Disponível em: <<http://www.asocarchi.cl/DOCS/65.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2010.
- _____. A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em arquivologia no Brasil (1996-2006). In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 3, Rio de Janeiro, 2008. Anais... Rio de Janeiro: Enara/AAEJ, 2008a. Disponível em: <http://www.enara.org.br/downloads/Anais%20_%20CNA.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2011.

- _____. A abordagem informacional nos arquivos. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.82-101, jan.-jun. 2008b.
- _____. O conceito de informação arquivística. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação, 11, Rio de Janeiro, 2010. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/.../53/5>>. Acesso em: 8 jun. 2011.
- SILVA, S. C. A. *A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil*. Rio de Janeiro: Associação de Arquivistas Brasileiros/Faperj, 2008c. 282p.
- SILVA, E. L. da; CUNHA, M. V. da. A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas. *Ciência da Informação*, Brasília, v.31, n.3, p.77-82, set./dez. 2002.
- SILVA, J. S.; GUIMARÃES, J. A. C. As relações teóricas da arquivologia com a ciência da informação: uma análise da literatura brasileira. Disponível em: <<http://www.asocarchi.cl/DOCS/79.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2010.
- SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. *Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento, 2002.
- SMIT, J. W. O profissional da informação e a sua relação com as áreas de biblioteconomia/documentação, arquivologia e museologia. In: VALENTIM, M. L. P.(Org.) *Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000. 156p.
- . Arquivologia/biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. *Informação & Informação*, Londrina, v.8, n.2, p.1-13, 2003.
- SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. Ciência da informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, M. L. P. (Coord.) *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2002, cap.1, p.9-23.
- SOMMERMAN, A. Formação e transdisciplinaridade: uma pesquisa sobre as emergências formativas do CETRANS. Dissertação de mestrado em ciências da educação – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e do Diplôme d’Université na Université François Rabelais de Tours, 2003.
- SOUSA, R. T. B. de. *As bases do processo classificatório em arquivística: um debate metodológico*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 2).

- _____. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação*. Brasília: Thesaurus, 2003. (*Estudos Avançados em Ciência da Informação*, v.2).
- _____. Os desafios da formação do arquivista no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 15, 2008, Goiânia. Anais... Goiânia: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Associação de Arquivologia do Estado de Goiás, 2008. Disponível em: <<http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/plenaria2/renato-tarciso.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2011.
- _____. A informação orgânica arquivística. Boletim da Rede de Arquivos do MCT, v.2, n.1, p.27-31, jan.-jun. 2009. Disponível em: <<http://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/04/informacaoorganicaarquivistica1.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2009.
- _____. O arquivo e a gestão da informação. Disponível em: <<http://www.cid.unb.br/publico/setores/000/84/materiais/2007/1/529/M%C3%B3dulo%201%20-%20O%20arquivo%20e%20a%20gest%C3%A3o%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.doc>>. Acesso em: 3 abr. 2010.
- SOUZA, K. I. B. M. de. Análisis y evolución del panorama laboral del archivero en Brasil: el Poder Legislativo Federal en escena. 2010. 378f. Tese de doutorado – Universidad Carlos III de Madrid, 2010.
- TANODI, A. El concepto de archivología. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 1960, p.10-1.
- _____. *Manual de archivología*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, Escuela de Archiveros, 1975.
- _____. *Manual de archivología hispanoamericana: teorías y principios*. Centro Interamericano de desarrollo de archivos, Universidad Nacional de Córdoba, Dirección General de Publicidad, 1979. Parte 1.
- TANODI DI CHIAPERO, B. M. Sobre el concepto de archivo. In: *De archivos y archivistas: homenaje a Aurelio Tanodi*. Washington: Departamento de Asuntos Culturales/Secretaría General, 1987, p.165-72.
- THOMASSEN, T. The Development of Archival Science and its European Dimension. In: SEMINAR FOR ANNA CHRISTINA ULFSPARRE. Estocolmo: Swedish National Archives, 1999. Disponível em: <<http://www.archiefschool.nl/docs/thomdeve.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2009.
- _____. A First Introduction to Archival Science. *Archival Science*, v.1, n.4, p.373-85, 2001.

- TOGNOLI, N. B. A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea. 2010. 120f. Dissertação de mestrado em ciência da informação – Unesp de Marília, 2010.
- _____.; GUIMARÃES, J. A. C. A diplomática contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti. In: CONGRESSO ISKO SPAN: NEW PERSPECTIVES FOR THE ORGANIZATION AND DISSEMINATION OF KNOWLEDGE, 2009, p.23-35. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=356731>>. Acesso em: 10 mar. 2011.
- TSCHAN, R. A Comparison of Jenkinson and Schellenberg on Appraisal. *American Archivist*, v.65, p.176-95, 2002.
- VALENTIM, M. L. P. (Org.) *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2002.
- _____. As organizações e a sociedade da informação. Disponível em: <<http://www.ofaj.com.br/colunistas.php?cod=5>>. Acesso em: 17 ago. 2010.
- VÁZQUEZ, M. *Introducción a la archivología: guía de estudio*. 3.ed. Córdoba, 1996.
- VIANA, C. M. A organização da informação arquivística em arquivos de arquitetura do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFRJ. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, n.esp., p.23-39, 1º sem. 2011.

ANEXOS

Anexo A – Referencial teórico das disciplinas de caráter fundamental dos cursos brasileiros de arquivologia*

Referências	Instituição
ALBERCH I FUGUERAS, R. Archivos, memoria y conocimiento. In: _____. et al. Archivos y cultura: manual de dinamización. Espanha: Ediciones Trea, 2001, p.13-26.	UnB, FURG
ANDRADE, R. S.; SILVA, R. P. G. da. Aspecto teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. Ponto de Acesso, v.2, dez. 2008. Disponível em: < http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3211/2335 >. Acesso em: 3 mar. 2010	UFPB
ANDRADE, W. M. de. A quadratura do círculo: a informação e algumas questões arquivísticas brasileiras. Ciência da Informação, Brasília, v.23, n.3, p.359-62, jan.-abr. 1993.	UFSC
ANTÔNIA, N. M. O papel do profissional de arquivo nos processos de desenvolvimento e inovação. Câmara Municipal de Lisboa. Divisão de Gestão de arquivos. Disponível em: < http://badinfo.apbad.pt/Congresso9/COM41.pdf >. Acesso em: 3 mar. 2010.	FURG

ARCHIVES NATIONALES DE FRANCE. Archives Nationales. Paris: Archives, 1980.	UFSM
AREVALO JORDAN, V. H. Teoría, fundamentos y práctica de la archivología. 4.ed. Santa Fé: Asociación de Archiveros de Santa Fé, 1991.	UFSM
ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativo às atividades-meio da administração pública. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.	UFSM/UFPB
ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Decreto n.8.159, de 9 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, v.29, n.6, p.455, jan. 1991. Seção I.	UEL, UFES,
ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Decreto n.1.173, de 29 de junho de 1994. Dispõe sobre competência, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) e do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar) e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, v.132, n.132, p.9.665, jun. 1994. Seção I.	UFSC
ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Decreto n.1.461, de 25 de abril de 1995. Altera os arts. 3º e 4º do Decreto n.1.173, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre competência organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos e do Sistema Nacional de Arquivos e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, v.133, n.79, p.5.763, abr. 1995. Seção I.	UFSC
ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Decreto n.75.657, de 24 de abril de 1975. Cria o Sistema de Serviços Gerais. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, v.29, n.6, p.455, jan. 1991. Seção I.	UFSC
ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Decreto n.24.205, de 10 de novembro de 2003. Regulamenta a Lei n.2.545, de 28 de abril de 2000, que dispõe sobre a proteção dos documentos de arquivos públicos. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília, 11 nov. 2003. Disponível em: <www.arpdf.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=4443>. Acesso em: 2 mar. 2005.	UFES

<p>ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa] do Brasil, Brasília, 4 jan. 2002.</p>	UFES
<p>ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentações e materiais de sigilos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da administração Pública Federal, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa] do Brasil. Brasília, 28 dez. 2002. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/leis>. Acesso em: 13 maio 2004.</p>	UFES
<p>ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Decreto n. 82.590, de 6 de novembro de 1978. Regulamenta a Lei n.6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo. Diário Oficial [da República Federativa] do Brasil. Brasília, 7 nov. 1978. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/leis>. Acesso em: 13 maio 2004.</p>	UFES
<p>ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Lei n. 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivistas e de técnico de arquivo e dá outras providências. Disponível em: <http://arquivonacional.org.br>. Acesso em: 1º mar. 2005.</p>	UEL, UFES
<p>ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Nobrade: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>.</p>	UFSC
<p>ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Princípios éticos do arquivista. Associação dos Arquivistas de Brasília. Disponível em: <www.aab.org.br/primeticos.htm#top>. Acesso em: 2 mar. 2005.</p>	UFES
<p>ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. Resolução n.14, de 24 de outubro de 2001. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/leis>. Acesso em: 25 abr. 2005.</p>	UFES

ARQUIVO NACIONAL. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. (Publicações técnicas, n. 51)	UFF, UnB, FURG, UFSC, UFRGS
ARQUIVO NACIONAL. Publicações técnicas. Rio de Janeiro, 1985, 1986, 1988.	UFSC/UFPE
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. O papel da Ibero-América na comunidade arquivística internacional. Niterói, 1998.	UEL
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Arquivo & Administração, v.1, n.2, v.2, v.15, v.23. Rio de Janeiro, 1994, 1998.	UFPE, UFSC
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Arquivologia: textos e legislação. Rio de Janeiro, 1979.	UFSC
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Núcleo Regional de São Paulo. Estatutos. São Paulo, 1989.	UFSC
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual de arranjo e descrição de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.	UFF, UnB
BAR, F. L. Gerenciamento da documentação e informação. São Paulo: Cenadem, 1988.	UFSC
BARRETO, A. A. A questão da informação. São Paulo em Perspectiva, v.8, n.4, p.3-8, out.-dez. 1994.	UEL
BARRETO, Aldo Albuquerque. O tempo e o espaço da ciência da informação. Transinformação, v.14, n.1, p.17-24, jan.-jun. 2002.	UEL
BELLOTTO, H. L. Arquivologia: objetivos e objetos. Arquivo: boletim histórico e informativo, São Paulo, v.10, n.2, p.81-3, jul.-dez. 1989.	UEL
BELLOTTO, H. L. O arquivista na sociedade contemporânea. Disponível em: < http://www.marilia.unesp.br/cedhum/pdf/texto01.pdf >. Acesso em: 1º de mar. 2005.	UEL
BELLOTTO, H. L. Archivistica, archivo y documentos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005.	UFRGS
BELLOTTO, H. L. Arquivística: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta).	UEL, FURG, UFRGS

BELLOTTO, H. L. Terminologia das áreas do saber e do fazer: o caso da arquivística. <i>Acervo: revista do Arquivo Nacional</i> , Rio de Janeiro, v.20, n.1-2, jan.-dez. 2007.	FURG
BELLOTTO, H. L. A imagem do arquivista na sociedade e o ensino da arquivologia. <i>Arquivo & História – Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro</i> , n.2, p.7-16, out. 1996.	UniRio
BELLOTTO, H. L. A profissão e o ensino da arquivologia. <i>Boletim do Arquivo</i> , São Paulo, v.1, n.1, p.11-8, dez. 1992.	UEL
BELLOTTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991; 2004.	UFSM, UnB,FURG, UFPB, UFRGS
BELLOTTO, H. L. As fronteiras da documentação. <i>Cadernos Fundap</i> . São Paulo, v.4, n.8, p.12-6, abr. 1984.	UFSM
BELLOTTO, H. L. Os desafios da formação dos modernos arquivistas. <i>Cenário Arquivístico</i> , Brasília, v.1, n.1, p.47-52, jan.-jun. 2002.	UFSM
BERNARDES, I. P. Como avaliar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.	UFES
BERWANGER, A. R. et al. Projeto de implantação do sistema de arquivos da UFSM. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1991.	UFSM
BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. Noções de paleografia e de diplomática. 2.ed. Santa Clara: UFSM, 1995.	UFSM, UFES
BOLETIM [DA] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, Rio de Janeiro, v.3, n.3, out.; nov.; dez. 1993.	UFSM
BOLETIM [DU] CONSEIL INTERNACIONAL D'ARCHIVES. Paris, n.14, jun.1980.	UFSM
BOLETIM INTERAMERICANO DE ARQUIVOS, Córdoba, n.1, 1974.	UFSM
BOTTINO, M. A interdisciplinaridade na graduação em arquivologia. In: JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. (Orgs.) <i>A formação do arquivista no Brasil</i> . Niterói: EDUFF, 1999.	UFES
BOTTINO, M. Panorama dos cursos de arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. <i>Arquivo & Administração</i> , Rio de Janeiro, v.15-32, p.12-18, jan.-dez. 1994.	UFSM

BRITTO, M. T. N. de. Ensino universitário de arquivologia: proposta de um programa-modelo baseado numa filosofia integrada e harmônica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10, São Paulo, 1994. Anais... São Paulo: AAB, 1998.	UEL
CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: AAB, 1996.	UFMS, UFPB, UFSC
CAMPELLO, B.; CALDEIRA, P. da T. (Orgs.) Introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.	FURG
CAMPELLO, B.; CALDEIRA, P. da T. Arquivos físicos e digitais. Brasília: Thesaurus, 2007.	UFRGS
CANADÁ. Arquivo Público. Departamento de Administração de Arquivos Correntes. Arquivos correntes: organização e funcionamento. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.	UFMS
CARBONE, S. Curso extraordinário Panorama arquivístico internacional. Santa Maria: UFMS, 1980.	UFMS
CARVALHO, I. C. L.; KANISKI, A. L. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? Ciência da Informação, Brasília, v.29, n.3, p.33-9, set.-dez. 2000.	UniRio
CARVALHO, L. de F. Serviço de arquivo médico e estatística de um hospital. São Paulo: Associação Paulista de Hospitais, 1974.	UFMS
CASTANHO, D. M. A política de pesquisa no arquivo público do estado do RS. Dissertação de mestrado – Programa de pós-graduação em educação das Faculdades Franciscanas. Santa Maria, 1998.	UFMS
CASTILHO, A. T. (Org.) A sistematização de arquivos públicos. Campinas: Unicamp, 1991.	UFMS, UFPB
CASTRO, A. de M. Arquivo no Brasil e na Europa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.	UFMS
CASTRO, A. de M. et al. Arquivística arquivologia – Técnica – Ciência. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1998.	FURG, UFRGS
CASTRO, A. de M.; CASTRO, A. de M.; GASPARIAN, D. de M. e C. Arquivística = técnica; arquivologia = ciência. Brasília: ABDF, 1985.	UFES, UFPB, UFSC, UFMS

CASTRO, C. A trajetória de um arquivo histórico: reflexões a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. Estudos Históricos, v.231, n.1, 2005.	UFPB
CÓDIGO de ética. Boletim da Associação dos Arquivistas Brasileiros, Rio de Janeiro, v.6, n.3-4, jul.-dez. 1996.	UFSM
COLOMBO, F. Os arquivos imperfeitos. Trad. Beatriz Borges. São Paulo: Perspectiva, 1991, p.87-134.	UnB
COMISSÃO ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL – CEPAD. A importância da informação e do documento na administração pública brasileira. Brasília: Funcep, 1987.	UFSM, UFPB
CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR. Norma internacional de registro para entidades coletivas, pessoas e famílias. Trad. Victor M. M. Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.	UnB
CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G). Norma geral internacional de descrição arquivística. Trad. Victor M. M. Fonseca. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.	UnB
CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDF. Norma internacional para descrição de funções. Trad. Victor M. M. Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.	UnB
CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Section pour l'enseignement de l'archivistique et la formation des archivistes. Études 6. Répertoire des écoles des cours de formation professionnelle d'archivistes. Koblenz, 1992.	UFSM
CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. The Profile of the Archivist. Munchem. Archivum, Paris, v.45, 2000.	UFSM
CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA. 8ª REGIÃO. Bibliotecário: conheça sua legislação. São Paulo, 1996.	UFBA
CONTINOLO, G. Como organizar o arquivo. Lisboa: Fontes, 1975. 291p.	UFSM
COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.129-50, 1998. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/ >. Acesso em: 20 abr. 2008	UnB

CORTÉS, V. Archivos de España y América: materiales para un manual. Madri: Universidad Complutense, 1979.	UFSM
COSTA, A. de S. A bibliografia arquivística no Brasil: análise quantitativa e qualitativa. Arquivística.net, v.3, n.1, 2007. Disponível em: < http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=117&layout=abstract >. Acesso em: 20 mar. 2007.	UFSC
COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D. A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo. Trad. Luís Carlos Lopes. Brasília: Finatex, 1999.	UFSM, UnB, UFPB
COUTURE, C.; ROUSSEAU, J.-Y. Les archives au XXe siecle. Montreal: Université de Montréal, 1982.	UFSM
CRUZ MUNDET, J. R. Manual de arquivística. Madri: Fundación German Sanchez Rupérez, 1994.	UFSM, FURG
CRUZ, T. Workflow: a tecnologia que vai revolucionar processos. São Paulo: Atlas, 1998.	UFSM
CURRÍCULO mínimo superior de arquivo. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.11-21, abr. 1974.	UFSM
DELSALLE, P. Une historie l'arcluvistique. Québec: Presse de l' Université du Québec. 1998.	UFSM
DIAS, E. W. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. Perspectiva em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v.5, n. esp., p.67-80, jan.-jun. 2000.	UFBA
DIAS, E. W. Ensino e pesquisa em ciência da informação. Datagramazero – Revista de Ciência da informação, v.3, n.5, out. 2002. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/out02/Art_02.html >. Acesso em: 18 fev. 2005.	UEL
DITATI, C. A. S. (Org.) Legislação arquivística brasileira. Rio de Janeiro: Conarq, 2008. Disponível em: < http://www.conarq.arquivonacional.gov.br >. Acesso em: 22 jul. 2008.	FURG
DODEBEI, V. L. B. Os sentidos e o significado de documento para a memória social. 1997. ECO. UFRJ. Rio de Janeiro. p.103-65.	UFSM
DOLLAR, C. M. O impacto das tecnologias de informação sobre os princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v.7, n.1-2, 1994.	UFSC

DUARTE, Z. Quem é o profissional, o arquivista? In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA. Anais... Porto Alegre, 2006.	FURG
DUCHEIN, M. O papel da arquivologia na sociedade de hoje. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.6, n.3. set.-dez. 1978.	UFSM, UFPB
DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.10-4, n.1, p.14-33, abr. 1982-ago.1986.	UFF, UnB, UEPB
DUCHEIN, M. Os arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional. Acervo: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.20, n.1-2, p.13-22, jan.-dez. 2007.	FURG
DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v.7, n.13, p.49-64, 1994. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/Acesso em: 13 mar. 2010..	UFF, UnB
EMILIANE, J. R. La ética profesional del archivero. El mundo de los archivos, Córdoba, v.1, n.2, p.35-54, nov. 1981.	UFSM
ESPOSEL, J. P. P. Arquivos: uma questão de ordem. Niterói: Muiraquitã, 1994.	UFSM
ESPOSEL, J. P. P. Introdução à arquivologia: roteiro de ensino. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1980.	UFSM
ESPOSEL, J. P. P. Os arquivos no Brasil: atualidade e perspectiva. Separata de SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 6, 1973, São Paulo. Anais... São Paulo, 1973, v.3.	UFSM
EVANS, F. B. Archivist and Records Managers: Variations on a Theme. American Archivist, v.3, n.1, p.45-58, jan. 1976.	UFSM
FAVIER, J. Arquivos, memória da humanidade. Arquivo & Administração, v.7, n.1, p.5-7, jan.-abr. 1979.	UEL
FAVIER, J. Les archives. Paris: Presses Universitaire de France, 1965.	UFSM
FONSECA, M. O. (Org.) A formação do arquivista no Brasil. Niterói: UDEFF, 1999.	UFES

FONSECA, M. O. Arquivologia e ciência da informação. Rio de Janeiro: FGV, 2005.	UFF, UnB, UFBA, UFES, FURG, UFAM, UFRGS, UEPB
FONSECA, M. O. O direito à informação. Arquivo & História, Rio de Janeiro, p.17-32, 1996.	UFES
FRANCO, C. M.; BASTOS, A. W. Os arquivos nacionais: estrutura e legislação. Acervo, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.7-28, jan.-jun. 1986.	UEPB
FREIRE, I. M. Da construção do conhecimento científico à responsabilidade social da ciência da informação. Informação & Sociedade Estudos, João Pessoa, v.12, n.1, p.184-94.	UFES
GAK, L. C.; BELESSE, J. Arquivística: a pertença cidadã. Cenário Arquivístico, Brasília, v.1, n.1, p.37-43, jan.-jun. 2002.	UniRio
GALLEGO DOMÍNGUES, O.; LÓPEZ GÓMEZ, P. Introducció n na arquivística. Galícia: Anabad. Estúdios n.1.	UFSM
GARCIA, O. M. C. A aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação. Santa Maria, 2000. Dissertação de mestrado em administração – Curso de pós-graduação em administração da Universidade Federal de Santa Catarina.	UFSM, UFPB
GÓES MONTEIRO, N. Reflexões sobre o ensino arquivístico no Brasil. Acervo, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.79-90, jul.-dez. 1988	UniRio
GOMES, F. A.; HELLUY, H. R. Manual de arquivo e documentação. 4.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1976.	UFSM
GOMES, H. E. Documentação e comunicação. Rio de Janeiro, FGV, 1973.	UFSM
GOMES, M. Y.; FILGUEIRAS F. S. de; MELLO, M. P.; SANTOS, M. C. P. Perfil do profissional da informação e o Mercosul. In: ENCUENTRO DE DIRECTORES, 3., Y DE DOCENTES DE LÁS ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 2, 1998. p.37-41. Disponível em: <www.utem.el/deptogestinfo/6/doc>. Acesso em: 2 mar. 2005.	UFES
GONÇALVES, J. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1998.	UFSM, UFES, UFRGS

GUINHACT, C.; MENO, M. Introdução geral às ciências da informação e documentação. Brasília: IBICT, 1994.	UFBA
HAMON, M. Os méritos da história empresarial. Memória Eletropaulo, n.22, p.14-21, ago.-dez. 1995.	UEL
HEREDIA HERRERA, A. El principio de procedência y los otros principios de la archivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2003.	UEL
HEREDIA HERRERA, A. Archivística general: teoría y práctica. 4.ed. Sevilla: Gráficas Del Sur, 1985; 1989; 1993.	UFSM, UFPB, FURG, UFRGS
HIGINO, A. F. F.; ARAÚJO, R. F. de; SCOTT, C. de S. P. Construção de políticas de informação: aspectos epistemológicos e metodológicos. LINC em Revista, Brasília, v.4, n.2, p.286-302, set. 2008.	UFAM
HOLANDA, N. Planejamento e projetos. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1975.	UFSM, UFPB
INDOLFO, A. C. O perfil dos estudantes de arquivologia da UniRio. In: JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. (Orgs.) A formação do arquivista no Brasil. Niterói: EDUFF, 1999, p.159-66.	UniRio
INDOLFO, A. C. et al. Gestão de documentos. Conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Publicações Técnicas 47, 1995.	UFSM, UFES, UFPB
JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. (Org.) A formação do arquivista no Brasil. Niterói: EDUFF, 1999.	UEL, FURG, UFSM, UFRGS, UniRio, UFES, UFPB, UFSC
JARDIM, J. M. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, E. (Org.) Acesso à informação e política de arquivos. 1.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.	UFF
JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. A informação como campo interdisciplinar. Disponível em: http://www.uff.br/neinfo/artigoinfo.html . Acesso em: 17 de fev. de 2005.	UEL
JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. As relações entre a arquivística e a ciência da informação. Informare – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Inf., Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.41-50, jan.-jun. 1995.	UEL, UFBA

JARDIM, J. M. Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFF, 1995. 195p.	UFSM, UFF, UFPB, UFSC, UFRGS
JARDIM, J. M. Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EDUFF, 1999.	UFSM, UFPB
JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. Ciência da Informação, Brasília. v.2, n.2, 1995.	UFPB
JARDIM, J. M. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-95). Ciência da Informação, Brasília, v.27, n.3, p.243-52, set.-dez. 1998.	UniRio, UFSC
JARDIM, J. M. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.251-60, 1992.	UniRio
JARDIM, J. M. Do pré-arquivo à gestão de documentos. Acervo, v.3, n.2, p.33-36, jul./dez. 1988.	UniRio
JARDIM, J. M. FONSECA, M. O. Arquivos. In: CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. da T.; MACEDO, V. A. A. (Orgs.) Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação. Belo Horizonte, 1998, p.367-90.	UFF
JARDIM, J. M. FONSECA, M. O. O conceito e a prática da gestão de documentos. Acervo, Rio de Janeiro, v.2, n.2, jul.-dez. 1987.	UFSM, UFF, UFPB
JARDIM, J. M. Novas perspectivas da arquivologia nos anos 1990. In: _____. A informação: questão e problemas. Niterói: EDUFF, 1995, p.27-38. (Estudos e pesquisas, v.1).	UFSM, UFF, UFBA
JARDIM, J. M. Políticas arquivísticas no Mercosul. Arquivo & Administração, v.5, p.12-16, 2006.	UFF
KECSKEMÉTI, C. A modernização do Arquivo Nacional do Brasil. Acervo, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.5-10, jul.-dez. 1988.	UniRio
KECSKEMÉTI, C. Argumentación en favor de una enciclopédia em matéria de archivos. In: De archivos y archivistas: uma homenagem a Aurélio Tanodi. Washington: OEA, 1987, p.96-101.	UFSM
KURANTOV, A. P. Progreso en la ciencia administrativa de archivos. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA MESA REDONDA DOS ARQUIVOS, 8, 1976. Anais... Washington, 1976, p.34-97.	UFSM

LE GOFF, J. Documento/Monumento. História e Memória. Campinas: Unicamp, 1996.	UniRio, UnB
LIMA, R. O arquivo como elemento de comunicação. Curso informação, documentação, comunicação. Rio de Janeiro, FGV, 1972.	UFSM
LIMA, S. M. D. Arquivos: reencontro do tempo. Revista Leitura, ano 22, n.2, p.31-3, mar.-abr. 2004.	UEL
LODOLINI, E. La formación profesional y las escuelas de archivística. In: De archivos y archivísticas: una homenaje a Aurelio Tanodi. Washington: OEA, 1987, p.102-11.	UFSM
LODOLINI, E. Questioes básicas de la archivologia. Córdoba: Universidade Nacional de Córdoba, 1976.	UFSM
LODOLINI, E. Archivística: principie e problemis. Milão: Franco Angelo, 1984.	UFSM
LODOLINI, E. Características y problemas de los Archivos Nacionales Latinoamericanos. Boletín del Archivo General de la Nación, Buenos Aires, LXII, 225, Caracas, jul.-dez. 1973, p.261-70.	UFSM
LOPES, L. C. A nova arquivística na modernização administrativa. Rio de Janeiro, 2000.	UFSM, UEL, UFPB
LOPES, L. C. Arquivópolis: uma utopia pós-moderna. Ciência da Informação, v.22, n.1, p.41-43, jan.-abr., 1993.	UEL, UFSC
LOPES, L. C. A imagem e a sombra da arquivística. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.	UFSM, UFPB, UFRGS
LOPES, L. C. A arquivística e a informática: novos desafios e velhos problemas. Niterói: EDUFF, 1995, p.51-60 (Estudos e pesquisas, v.1)	UFSM
LOPES, L. C. A arquivística no Brasil vista pelo olhar do outro, do estrangeiro. Revista Contracampo, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: < www.uff.br/mestcii/cca.htm >. Acesso em: 12 abr. 2005.	UFES
LOPES, L. C. A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.	UFSM, UFPB, UFRGS, UFES
LOPES, L. C. A informação e os arquivos: teoria e práticas. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUF CAR, 1996. 142p.	UFSM, UFPB, UFSC
LOPES, L. C. O arquivista hermeneuta. Cenário Arquivístico, Brasília, v.1, n.1, p.53-7, jan.-jun. 2002.	UFSM

LOUREIRO, J. M. M. Socialização da informação: nadando contra a corrente. Revista Informação e Sociedade, João Pessoa, v.12, n.2, 2002.	UniRio
LUPORINI, C. E.; PINTO, N. M. Sistemas administrativos - uma abordagem moderna de O. & M. São Paulo: Atlas, 1985.	UFMS, UFPB
LUZ, A. R. Os arquivos e os sistemas de gestão da qualidade. Arquivística.net. v.1, n.1, 2005. Disponível em: < http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=6&layout=t=abstract >. Acesso em: 11 nov. 2007.	UFSC
MACHADO, H. C.; CAMARGO, A. M. de A. Como implantar arquivos públicos municipais. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 1999.	UFMS, UFPB
MACHADO, H. C. O perfil do arquivista em traços preliminares. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 2. 1974. São Paulo. Anais... São Paulo, 1974, p.21-32.	UFMS
MACHADO, H. C. Os arquivistas: administração de conflitos e negociação: soluções compartilhadas. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2004.	UFRGS
MARCIAL, E. C. Epistemologia da ciência da informação: a presença do paradigma social de Capurro na literatura. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMAÇÃO, 8, Salvador, 28 a 31 de outubro de 2007. Salvador: ENANCIB, 2007.	UFAM
MAROT, P. Lês archives français de la Renaissance à la Revolution: lês feudistes. Paris: Archives Nationales de France, 1968.	UFMS
MARQUANT, R. Os arquivos e as modernas pesquisas econômicas e sociais. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.	UFMS
MARQUES, A. A. da C.; RODRIGUES, G. M. A constituição do campo científico da arquivística e sua relação com a Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, Salvador, 28 a 31 de outubro de 2007. Salvador: ENANCIB, 2007.	UFAM
MARTINS, M. H. P. A ética em questão. Palavra-chave, São Paulo, n.8, p.3-4, out. 1994.	UFMS
MASSON, S. M. A arquivística sob o prisma de uma ciência da informação: uma proposta de Silva & Ribeiro. Arquivística.net, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 85-103, jan.-jun. 2006. Disponível em: < http://www.arquivistica.net >. Acesso em: 17 nov. 2009.	UFAM

MATTAR, E. Acesso à informação e política de arquivos. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.	UnB
McGARRY, K. Aspectos éticos e profissionais da informação. In: _____. O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, cap.6, 1999, p.173-202.	UFES
MOSS, W. W. Los archivos, la historia y la tradición orales: un estudio del RAMP. Programa General de Información/ UNISIST. Paris: Unesco, 1986. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000600/060066so.pdf Acesso em: 12 nov. 2009..	UnB
MUKHERJEE, A. K. Filosofia da biblioteconomia. Teresina: Associação dos Bibliotecários do Estado do Piauí, 1985.	UFBA
MULLER, S. M. Reflexões sobre a formação profissional para biblioteconomia e sua relação com as demais profissões da informação. Transinformação, Campinas, v.1, n.2, p.175-85, maio-ago. 1989.	UFBA
MURILLO, M. V. Política de la administración de documentos y archivos. Argentina: Instituto Superior Bancário, 2003.	UFSM, UFPB
NAGEL, R. Curso extracurricular documentação pública: administração e arquivamento. Santa Maria: UFSM, set. 1980.	UFSM
NAGEL, R. Dicionários de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística. Bonn: Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional; Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1989.	UFSM
NAGEL, R.; RICHTER, E. I. S. Elementos de arquivologia. Bonn: Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1988.	UFSM, UFBA
NAVARRO, N. Casa de la memoria y centro de documentación. In: ALBERCH I FUGUERAS, R. et al. Archivos y cultura: manual de dinamización. Espanha: Ediciones Trea, 2001, p.45-56.	UnB
NEVES, L. R. S. O sistema de informação e o arquivista. In: CONGRESSO BRASILEIRA DE ARQUIVOLOGIA, 10, 1994, São Paulo. Anais... São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1998.	UEL
OLIVEIRA, D. A. de. Atas do I Seminário de Arquivos Universitários. Campinas: Unicamp, 1992.	UFSM, UFPB

OLIVEIRA, D. A. de. Gestão sistêmica de documentos e informações municipais: modernização da gestão pública. São José dos Campos, 2003.	UFSM, UFPB
OLIVEIRA, E. B. de; SOUZA, T. B. de. O ensino superior de Arquivologia no Brasil. Cenário Arquivístico, Brasília, v.2, n.2, p.48-51, jul.-set. 2003.	UFSC
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Classificação internacional uniforme das ocupações. Genebra, 1968.	UFSM
PAES, M. L. Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 1991; 1997; 2002; 2009.	UFSM, UniRio, UFF, FURG, UFPB, UFAM, UFSC, UFRGS
PAES, M. L. Os arquivos e os desafios de um mundo em mudanças. Acervo, v.7, n.1-2, jan.-dez. Rio de Janeiro, p.65-74, 1994.	UniRio
PAES, M. L. Curso de organização e administração de arquivos. Santa Maria: UFSM, maio 1978.	UFSM
PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da ciência da informação. Ciência da Informação, Brasília, v.24, n.1, p.42-52, 1995.	UFAM
POSNER, E. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa. In: Administração de arquivos e documentação. Rio de Janeiro: FGV, 1964, p.59-72.	UFSM
PRADO, H. de A. A técnica de arquivar. 3.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.	UFSM
QUÉAU, P. A revolução da informação: em buscando bem comum. Ciência da Informação, Brasília, v.27, n.2, p.198-205, maio/ago. 1998.	UFSC
RICHTER, E. I. S.; GARCIA, O. M. C.; PENNA, E. F. Introdução à arquivologia. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2004.	UFES, FURG
RICHTER, E. I. S. et al. Introdução à arquivologia. Santa Maria: UFSM, 1997.	UniRio, UFRGS

RODRIGUES, G.; LOPES, I. L. O direito de acesso aos documentos arquivísticos públicos: legislação de alguns países e comparação entre o Brasil e a França. Semana do Conhecimento/Encontro Nacional dos Profissionais de Informação e Documentação, Brasília, 2005.	UnB
RODRIGUES, G. M. A formação do arquivista contemporâneo numa perspectiva histórica: impasses e desafios atuais. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.17-42, jul.-dez. 2006.	UnB
RODRIGUES, G. M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística. In: RODRIGUES, G.; LOPES, I. L. Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação. Brasília: Thesaurus, 2003, p.210-30.	UnB
RODRIGUES, G.; MARQUES, A. A. da Cunha. A inserção da Arquivística nos cursos de pós- graduação stricto sensu no Brasil. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v.2, n.3, p.75-92, mar. 2005. Disponível em: < http://www2.capes.gov.br/rbpg/index.php/numeros-publicados/volume-2-no3 >. Acesso em: 05 jan. 2008.	UnB
RODRIGUES, J. H. A situação do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.	UFSM
RONDINELLI, R. C. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos. Rio de Janeiro: FGV, 2002.	UFRGS
ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Dom Quixote: Lisboa, 1998.	UFSM, UniRio, UFF, UnB, UEL, UFBA, UFES, UEPB, FURG, UFPB, UFAM, UFRGS
ROUSSO, H. O arquivo ou o indício de uma falta. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.9, n.17, p.85-92, 1996. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/ > Acesso em: 11 jun. 2009..	UnB
RUIZ RODRÍGUEZ, A. A. Manual de arquivística. Madri: Síntesis, [1990?].	UFSM, UFRGS

SANDRI, L. La stori degli archivi. CONGRÉS INTERNATIONAL DES ARCHIVES, 6, 1968, Paris. Anais... Paris: Presses Universitaire de France, 1968, p.101-51.	UFMS
SANJUAN, J. L I. Gestion de documentos. Definicion y analisis de modelos. Bergara, 1993.	UFMS, UFPB
SANTOS, M. A. Arquivos – viga mestre da informação. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.5, n.3, p.4-10, dez. 1977.	UFMS
SANTOS, V. B. dos S. Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística. Brasília: ABARQ, 2002, 2005.	UnB, UFRGS
SCHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 2.ed. Trad. de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV, 1974; 2002.	UFMS, UniRio, UFF, UNB, UFES, UEPB, UFPB, UFSC, UFRGS
SCHELLENBERG, T. R. Documentos públicos e privados: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1963; 1974; 2002.	UFMS, UFPB, UFRGS
SCHELLENBERG, T. R. Manual de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.	UFMS
SILVA, A. M. da et al. Arquivística – teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999.	UFMS, UniRio, UFF, UnB, UFBA, UFES, FURG, UFPB, UFSC
SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. Das “ciências” documentais à ciência da informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2002.	UnB, UFES
SILVA, A. M. da. Arquivística: perspectivas em ciência da informação, v.4, n.1, p.101-16, jan.-jun. 1999.	UEPB
SILVA, B. et al. Da documentação à informação. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1974.	UFMS
SILVA, B. Informação, documentação, comunicação. Rio de Janeiro: FGV, 1972.	UFMS
SILVA, J. A. O Arquivo Nacional e a implementação da política arquivística no Brasil. Cadernos BAD, v.2, p.121-31, 1994.	UEL

SILVA, L. M. da. Publicidade do poder, poder da publicidade. In: Comunicação pública. Estado, mercado e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007, p.180-91.	UnB
SILVA, Z. L. Arquivos, patrimônio e memória. São Paulo: Unesp/Fapesp, 1999.	UFRGS
SILLERA, M. E. Archivos, ética y formación profesional. In:	
RUIZ RODRÍGUEZ, A. A. (Ed.) Manual de archivística. Madri: Síntesis, 1995, p.325-43.	UEL
SMIT, J. W.; KOBASHI, N. Y. Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.	UFRGS
SMIT, J. W. A interface da arquivologia com a ciência da informação. CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10, São Paulo, 1994. Anais... São Paulo: AAB, 1998.	UEL
SMIT, J. W. O profissional da informação e sua relação com áreas de biblioteconomia/documentação, arquivologia e museologia. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.) O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000, cap.6, p.114-34.	UFES
SOBRINHO PORTO, V. Arquivos na velha Roma. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.7, p.23-7, abr. 1979.	UFSM
SOUZA, R. T. B. de S. As bases do processo classificatório em arquivística: um debate metodológico. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.	UFSM, UFPB
STUDART, A. Cidadania ativa e liberdade de informação. In: _____. Comunicação pública: Estado, mercado e interesse público. São Paulo: Editora Atlas, 2007, p.116-33.	UnB
TANODI DE CHIAPERO, B. M. Sobre el concepto de archivo. In: _____. De archivos y archivistas: una homenaje a Aurelio Tanodi. Washington: OEA, 1987, p.165-72.	UFSM
TANODI, A. El concepto de archivología. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 1960.	UFSM
TANODI, A. Hacia un universalismo arquivístico. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.4, n.1, 1976.	UFSM
TANODI, A. Manual de arquivologia hispano-americana: teorías y principios. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 1961.	UFSM

TAYLOR, H. A. Los servicios de archivo y el concepto de usuario: estudio del RAMP. Paris: Unesco, 1984. Disponível em: < http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000600/060066so.pdf >. Acesso em: 15 abr. 2009..	UnB
TESSITORE, V. Os arquivos fora dos arquivos. São Paulo: AAR-SP, 2002.	UFRGS
THIVES JR., J. J. Workflow, uma tecnologia para transformação do conhecimento nas organizações – Estudo de caso no Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina – CEE/SC. 1999. 108p. Dissertação de mestrado em administração, curso de pós-graduação em administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.	UFSM
ULIBARRI, G. Semelhanças e diferenças entre arquivos e bibliotecas. Separata de Inter American Review of Bibliography, Washington, v.12, n.3, p.169-78, jul.-set. 1962.	UFSM
UNESCO. Terminologie de la documentacion. Paris, 1976.	UFSM
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Arquivo Central do Sistema de Arquivo. Manual Técnico Organização de Arquivos Correntes e Intermediários. Campinas: Unicamp, 2005.	UFAM, UFSM, UFPB
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Cadernos de arquivologia. Santa Maria: UFSM, 2002.	UFSM
VALENTIM, M. L. (Org.) Atuação profissional na área de informação. São Paulo: Polis, 2004.	UFRGS
VALETTE, J.-J. O papel dos arquivos na administração e na política de pacificação nos países em desenvolvimento. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.	UFSM
VAZQUEZ MURILLO, M. Relación de la administración de documentos y archivos o archivología con otras ciencias. In: _____. Administración de documentos y archivos: planteos para el siglo XXI. 3.ed. Buenos Aires: Alfagrama, 2008, p.141-5.	FURG
VAZQUEZ, M. Introduccion a la archivologia. Mercedes: Asociacion Bonaerense de Archiveros, 1994.	UFSM
VELA, S. El servicio educativo. In: ALBERCHI FUGUERAS, R. et al. Archivos y cultura: manual de dinamización. Espanha, ediciones Treal, S.L, 2001, p.57-84.	UnB

VOLDMAN, D. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.247-66.	UnB
WILSON, T. A dimensão epistemológica da ciência da informação e seu impacto sobre o ensino em arquivologia e biblioteconomia. Brazilian Journal of Information Science, Marília, v.2, n.1, p.3-15, jan.-jun. 2008. Disponível em: < http://www.bjis.unesp.br >. Acesso em: 14 nov. 2009.	UFAM

* A maioria das referências foi transcrita tal como nos programas das disciplinas. Em alguns casos, houve a necessidade de fazer inserções de dados, de forma a completar as referências e facilitar sua recuperação.

Anexo B – Referências indicadas pelos professores como utilizadas no ensino dos conceitos de arquivologia e de informação arquivística

Material bibliográfico	Instituição
ALBERCHI FUGUERAS, R. Archivos, memoria y conocimiento. In:_____. et al. Archivos y cultura: manual de dinamización. Espanha: Edicion Trea, 2001, p.13-26.	UnB, FURG
ANDRADE, R. S.; SILVA, R. P. G. da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. Ponto de Acesso, v.2, dez. 2008. Disponível em: < http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3211/2335 >. Acesso em: 3 mar. 2010	UFPB
ARQUIVO NACIONAL. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. (Publicações técnicas, n.51)	UFF, UnB, UFRGS
BELLOTTO, H. L. Arquivologia: objetivos e objetos. Arquivo: Boletim histórico e informativo, São Paulo, v.10, n.2, p.81-3, jul.-dez. 1989.	UEL
BELLOTTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991; 2004.	FURG, UFRGS
BOTTINO, M. Arquivos universitários: repertório bibliográfico preliminar. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.57-80, jul.-dez. 1998.	UFPB

BOTTINO, M. Panorama dos cursos de arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.15-32, p.12-8, jan.-dez. 1994.	UFPB
BRASIL. Arquivo Nacional. Lei n.8.159, de 9 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, v.29, n.6, p.455, jan. 1991.	UEL
CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: AAB, 1996.	UFES,UFPB
CAMARGO, A. M. de A. Arquivo, documento e informação: velhos e novos suportes. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.15-23, p.34-40, jan.-dez. 1994.	UFPB
CASTILHO, A. T. (Org.) A sistematização de arquivos públicos. Campinas: Unicamp, 1991.	UFPB
CASTRO, A. de M. et al. Arquivística arquivologia – técnica – ciência. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1998.	UFRGS
CASTRO, A. de M.; CASTRO, A. de M.; GASPARIAN, D. de M. e C. Arquivística = técnica; arquivologia = ciência. Brasília: ABDF, 1985.	UFPB
CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G). Norma geral internacional de descrição arquivística. Trad. Victor M. M. Fonseca. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.	UnB
CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Legislação arquivística brasileira. Disponível em: < http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=49 >. Acesso em: 20 ago. 2010.	UFRGS, UFPB, UFF
COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.129-50, 1998. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/ Acesso em: 11 mar. 2008..	UnB
COX, R. A advocacia nos currículos de graduação em Arquivologia: uma perspectiva norte-americana. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.58-70, jan.-jun. 1998.	UFPB
DIAS, E. W. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. Perspectiva em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v.5, n. esp., p.67-80, jan.-jun. 2000.	UFBA

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.10-4, n.1, p.14-33, abr. 1982-ago.1986.	UFF, UnB
DURANTI, L. (Ed.) Inter pares Project 1. International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems. The Long-Term Preservation of Authentic Electronic Records: Findings of the InterPARES Project. San Miniato: Archilab, 2005. Disponível em: < http://www.interpares.org/book/index.htm >. Acesso em: 13 nov. 2010.	UFF
DURANTI, L. (Ed.) Inter pares Project 2. International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems. Experiential, Interactive and Dynamic Records. Disponível em: < http://www.interpares.org/ip2/book.cfm >. Acesso em 13 nov. 2010.	UFF
DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.49-64, 1994. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/comum/hm > Acesso em: 12 jan. 2010.	UnB, UFF
EVANS, F. B. Archivist and Records Managers: Variations on a Theme.	
American Archivist, v.3, n.1, p.45-58, jan. 1976.	UFPB
FABIO, C. A. L.; RAINHO, M. do C. T. Mapa: a memória (esquecida) da administração brasileira. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.15-23, p.51-7, jan.-dez. 1994	UFPB
FAVIER, J. Arquivos, memória da humanidade. Arquivo & Administração, v.7, n.1, p.5-7, jan.-abr.1979.	UEL
FONSECA, M. O. Arquivologia e ciência da informação. Rio de Janeiro: FGV, 2005.	UFF, UFBA, UFAM
FONSECA, M. O. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.33-44, jan.-jun. 1998.	UFPB
GAVREL, S. Normas de tecnologia de informação: ferramentas para o arquivista. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.15-23, p.19-23, jan.-dez. 1994.	UFPB
GONÇALVES, J. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1998.	UFRGS

HEREDIA HERRERA, A. Archivistica general: teoria y practica. 4.ed. Sevilla: Gráficas Del Sur, 1985; 1989; 1993.	UFPB, FURG, UFRGS
HEYNEMAN, C. B.; MUNTEAL FILHO, O. O Arquivo Nacional e os quinhentos anos dos descobrimentos portugueses. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.15-23, p.41-50, jan.-dez. 1994	UFPB
INDOLFO, A. C. et al. Gestão de documentos. Conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. (Publicações técnicas, v.47)	UFPB
INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. DAT III [Dictionary of Archival Terminology. Compiled by Group on Terminology of the ICA. [s.l.: s.n., s.d]. 73p. Disponível em: < http://staff-www.uni-marburg.de/~mennehar/datiiii/intro.htm >. Acesso em: 22 ago. 2009.	UFF
JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. As relações entre a arquivística e a ciência da informação. Cadernos BAD, v.2, 1992.	UFF
JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. A relação entre a arquivística e a ciência da informação. Informare – Cadernos do Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.41-50, jan.-jun. 1995.	UFBA
JARDIM, J. M. FONSECA, M. O. O conceito e a prática da gestão de documentos. Acervo, Rio de Janeiro, v.2, n.2, jul.-dez. 1987.	UFPB, UFF
JARDIM, J. M. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.251-60, 1992.	UniRio
JARDIM, J.M. Do pré-arquivo à gestão de documentos. Acervo, v.3, n.2, p.33-6, jul. -dez. 1988.	UniRio
JARDIM, J. M. Novas perspectivas da arquivologia nos anos 1990. In: _____. A informação: questão e problemas. Niterói: EDUFF, 1995, p.27-38. (Estudos e pesquisas, v.1)	UFF, UFBA
JARDIM, J. M. Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EDUFF, 1999.	UFPB
JARDIM, J. M. FONSECA, M. O. Arquivos. In: CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. da T.; MACEDO, V. A. A. (Org.). Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação. Belo Horizonte, 1998, p.367-90.	UFF

JARDIM, J. M. FONSECA, M. O. Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil. Niterói: EDUFF, 1995.	UFF
KECSKEMÉTI, C. A modernização do Arquivo Nacional do Brasil. <i>Acervo</i> , Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.5-10, jul.-dez. 1988.	UniRio
LEAL, J. E. F. Aspectos fundamentais da escrita gótica. <i>Arquivo & Administração</i> , Rio de Janeiro, v.15-23, p.58-67, jan.-dez. 1994.	UFPB
LOPES, L. C. A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.	UFPB, UFRGS, UFES
LOPES, L. C. A informação e os arquivos: teoria e práticas. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCAR, 1996. 142p.	UFPB
LOPES, L. C. A nova arquivística na modernização administrativa. Rio de Janeiro, 2000.	UFES, UEPB*
LUPORINI, C. E.; PINTO, N. M. Sistemas administrativos – uma abordagem moderna de O. & M. São Paulo: Atlas, 1985.	UFPB
MARINHO JÚNIOR, I. B.; SILVA, J. G. e. Arquivos e informação: uma parceria promissora. <i>Arquivo & Administração</i> , Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.15-32, jan.-jun. 1998.	UFPB
MEDEIROS, H.; LIMA, M. J. P. de; FIDALGO, M. J.; PENTEADO, P.; GOMES, Z. Gerir documento em Portugal: como e por quê? <i>Arquivo & Administração</i> , Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.81-95, jul.-dez. 1998.	UFPB
MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. A origem e composição dos arquivos. In: Manual de arranjo e descrição de arquivos. Tradução Manoel Adolpho Wanderley. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973, p.12-39.	UFES, UFF
NAGEL, R. Dicionários de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística. Bonn: Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1989.	UFRGS
OLIVEIRA, A. X. G. de. Organizar acervos particulares – tarefa nada fácil. <i>Arquivo & Administração</i> , Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.17-32, jul.-dez. 1998.	UFPB
PAES, M. L. A importância da gestão de documentos para os serviços públicos federais. <i>Arquivo & Administração</i> , Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.45-57, jan.-jun. 1998.	UFPB

PAES, M. L. Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 1991; 1997; 2002; 2009.	UFF, UFAM, UFRGS
PEARCE-MOSES, R. A Glossary of Archival and Records Terminology. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. Disponível em: < http://www.archivists.org/glossary/index.asp >. Acesso em: 20 ago. 2010.	UFF
RONDINELLI, R. C. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos. Rio de Janeiro: FGV, 2002.	UFRGS
ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Dom Quixote: Lisboa, 1998.	UniRio, UFF, UnB, UFBA, UEL, UFES, UEPB, FURG, UFPB, UFAM, UFRGS
RUIZ RODRÍGUEZ, A. A. Manual de arquivística. Madri: Síntesis, [1990?].	UFRGS
SANTOS, V. B. dos S. Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística. Brasília: Abarq, 2005.	UFRGS
SHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 2.ed. Trad. Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV, 1974; 2002.	UniRio, UFF, UFES, UFRGS
SHELLENBERG, T. R. Documentos públicos e privados: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1963; 1974; 2002.	UFES, UFRGS
SILVA, A. M. da.; RIBEIRO, F. Das ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002.	UFES
SILVA, A. M. da et al. Arquivística – teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999.	UFESM, UniRio, UFF, UFBA, UFRGS, UFES, UFPB, UEPB**
SILVA, J. A. O Arquivo Nacional e a implementação da política arquivística no Brasil. Cadernos BAD, v.2, p.121-31, 1994.	UEL
SILVA, M. C. S. de M. e. Segurança em arquivos. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.33-46, jul.-dez. 1998.	UFPB

SILVA, M. L. R. da. A imagem na arquivologia e na história. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.47-56, jul.-dez. 1998.	UFPB
SILVA, S. C. de A. Em busca da consciência do que somos: a identidade nacional através da cultura. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.47-57, jan.-jun. 1998.	UFPB
SMIT, J. W.; KOBASHI, N. Y. Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.	UFRGS
SOUSA, R. T. B. de S. As bases do processo classificatório em arquivística: um debate metodológico. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.	UFPB
THOMASSEN, T. Uma primeira introdução à arquivologia. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.5-16, jan.-jun. 2006.	UFF
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Arquivo Central do Sistema de Arquivo. Manual Técnico Organização de Arquivos Correntes e Intermediários. Campinas: Unicamp, 2005.	UFAM

* A indicação foi feita no questionário, mas não se encontra na bibliografia da disciplina.

** O docente indica, de modo genérico, que utiliza os textos de Malheiros.

Anexo C – Questionário

Prezado(a) professor(a):

Sou professora do curso de arquivologia da Universidade Estadual de Londrina e doutoranda em ciência da informação pela Unesp de Marília, sob orientação do prof. dr. José Augusto Chaves Guimarães. Gostaria de contar com sua colaboração em responder ao questionário, que será de grande importância para a construção de parte da minha tese.

1) Comente o que você entende por arquivo.

2) Como você define o conceito de informação arquivística?

3) Você considera arquivo um sistema de informação?

() Sim () Não.

Justifique sua resposta.

4) Assinale com um X a bibliografia do programa da disciplina que você ministra(ou) e quais referências você indica para tratar o conceito de arquivo e de informação arquivística.

Anexo D – Quantidade de planos das disciplinas em que os autores foram citados*

Autores	Planos	Citações	Trabalho
COUTURE, C.	11	11	1
ROUSSEAU, J.-Y.	11	11	1
RAMOS, J.	8	8	1
REAL, M. L.	8	8	1
RIBEIRO, F.	8	9	2
SILVA, A. M. da	8	9	2
BELLOTTO, H. L.	5	5	3
FONSECA, M. O.	4	8	6
JARDIM, J. M.	4	11	9
LOPES, L. C.	4	6	3
PAES, M. L.	4	4	2
SCELLENBERG, T. R.	4	6	2
HEREDIA HERRERA, A.	3	3	1
ALBERCH I FUGUERAS, R.	2	2	1
CAMARGO, A. M. de A.	2	3	2
CASTRO, A. de M.	2	2	2
CASTRO, A. de M. e	2	2	2
DUCHEIN, M.	2	2	1
DURANTI, L.	2	4	3
FEITH, J. A.	2	2	1
FRUIN, R.	2	2	1
GASPARIAN, D. de M. e C.	2	2	2
MULLER, S. M.	2	2	1
ANDRADE, R. S.	1	1	1
BOTTINO, M.	1	2	2
CALDEIRA, P. da T.	1	1	1

CAMPELLO, B. S.	1	1	1
CASTILHO, A. T.	1	1	1
COOK, T.	1	1	1
COX, R.	1	1	1
DIAS, E. W.	1	1	1
EVANS, F. B.	1	1	1
FABIO, C. A. L.	1	1	1
FAVIER, J.	1	1	1
GAVREL, S.	1	1	1
GOMES, Z.	1	1	1
GONÇALVES, J.	1	1	1
HEYNAMAN, C. B.	1	1	1
HIDALGO, M. J.	1	1	1
INDOLFO, A. C.	1	1	1
KESCKEMÉTI, C.	1	1	1
KOBASHI, N. Y.	1	1	1
LEAL, J. E. F.	1	1	1
LIMA, M. J. P. de	1	1	1
LUPORINI, C. E.	1	1	1
MACEDO, V. A. A.	1	1	1
MARINHO JÚNIOR, I. B.	1	1	1
MEDEIROS, H.	1	1	1
MUNTEAL FILHO, O.	1	1	1
NAGEL, R.	1	1	1
OLIVEIRA, A. X. G. de	1	1	1
PEARCE-MOSES, R.	1	1	1
PENTEADO, P.	1	1	1
PINTO, N. M.	1	1	1
RAINHO, M. do C. T.	1	1	1
RONDINELLI, R. C.	1	1	1

RUIZ RODRIGUEZ, A. A.	1	1	1
SANTOS, V. B. dos	1	1	1
SILVA, J. A. da	1	1	1
SILVA, M. C. L. R. da	1	2	2
SILVA, R. R. G. da	1	1	1
SILVA, S. C. de A.	1	1	1
SILVA, J. G. e	1	1	1
SMIT, J. W.	1	1	1
SOUSA, R. T. B. de	1	1	1
THOMASSEN, T.	1	1	1

* Para a elaboração da matriz de cocitação, foi considerado o autor com, no mínimo, três indicações, conforme destacado na primeira coluna.

Anexo E – Matriz de cocitação

Instituição Autores	UnB	UFSM	UFRGS	UFF	UEPB	UFPB	UFBA	UEL	UnRio	UFES	UFAM	UFSC	FURG
Bellotto, Heloisa L.	0	0	1	0	0	1	0	1	0	1	0	0	1
Couture, Carol	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1
Fonseca, Odila Maria	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0
Heredia Herrera, Antonia	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Jardim, José Maria	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0

Lopes, Luis Carlos	0	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Paes, Marilena Lete	0	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Ramos, Julio	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0
Real, Manuel Luis	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0
Ribeiro, Fernanda	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0
Rousseau, Jean- Yves	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1
Schellenberg, T. R.	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Silva, Armando M.	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0

Anexo F – Autores selecionados para tratar as questões conceituais

Nacionais	Estrangeiros
ANDRADE, Ricardo	ALBERCH i FUGUERAS, Ramón
BELLOTTO, Heloísa Liberalli	COOK, Terry
BOTTINO, Mariza	COUTURE, Carol
CAMARGO, Ana Maria Almeida	COX, Richard
CASTILHO, Ataliba Teixeira	DUCHEIN, Michel
CASTRO, Astréa de Moraes	DURANTI, Luciana
CASTRO, Andresa de Moraes e	EVANS, Frank B.
DIAS, Eduardo Wense	FAVIER, Jean
FÁBIO, Carlos Alfredo Linhares	FEITH, J. A.
FIDALGO, Maria José	FRUIN, R.
FONSECA, Maria Odila	GAVREL, Sue
GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro	HEREDIA HERRERA, Antonia
GOMES, Zélia	KECSKEMÉTI, Charles
GONÇALVES, Janice	MULLER, S.
GUIMARÃES E SILVA, Junia	NAGEL, Rolf
HEYNEMAN, Claudia Beatriz	PEARCE-MOSES, Richard
INDOLFO, Ana Celeste	RAMOS, Júlio
INNARELLI, Humberto Celeste	REAL, Manuel Luís
JARDIM, José Maria	RIBEIRO, Fernanda
KOBASHI, Nair Y.	RODRÍGUEZ, Antonio Ángel
LEAL, João Eurípedes	ROUSSEAU, Jean-Yves
LIMA, Maria João Pires de	SCELLENBERG, Theodore R.
LOPES, Luis Carlos	SILVA, Armando Malheiro da
LUPORINI, Carlos Eduardo	THOMASSEN, Theo
MARINHO JÚNIOR, Inaldo Barbosa	
MEDEIROS, Helena	

MUNTEAL FILHO, Osvaldo	
OLIVEIRA, Adriana Xavier Gouveia de	
PAES, Marilena Leite	
PENTEADO, Pedro	
PINTO, Nelson M.	
RAINHO, Maria do Carmo Teixeira	
RONDINELLI, Rosely Curi	
SANTOS, Vanderlei Batista dos	
SILVA, Jaime Antunes	
SILVA, Maria Celina Soares de Mello e	
SILVA, Maria Leonilda R. da	
SILVA, Sérgio Conde de Albite	
SMIT, Johanna W.	
SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de	

Anexo G – Periódicos indicados nas Referências pelos professores das disciplinas analisadas

Título do periódico	Editor
Arquivo & Administração	Associação dos Arquivistas Brasileiros
Ponto de Acesso	Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia
Arquivo: Boletim Histórico e Informativo	Editado na cidade de São Paulo (não foi identificado o editor)
Estudos Históricos	CPDOC/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.
Perspectiva em Ciência da Informação	Universidade Federal de Minas Gerais
Revista Acervo	Arquivo Nacional.
Cadernos BAD	Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.
Informare (não mais editado)	Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23,7 x 42,5 paicas

Tipologia: Horley Old Style 10,5/14

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Arlete Quaresma

